

LIVROS

As origens do Integralismo

Opinião

Cr\$ 4,00 nº 91 5 de agosto de 1974

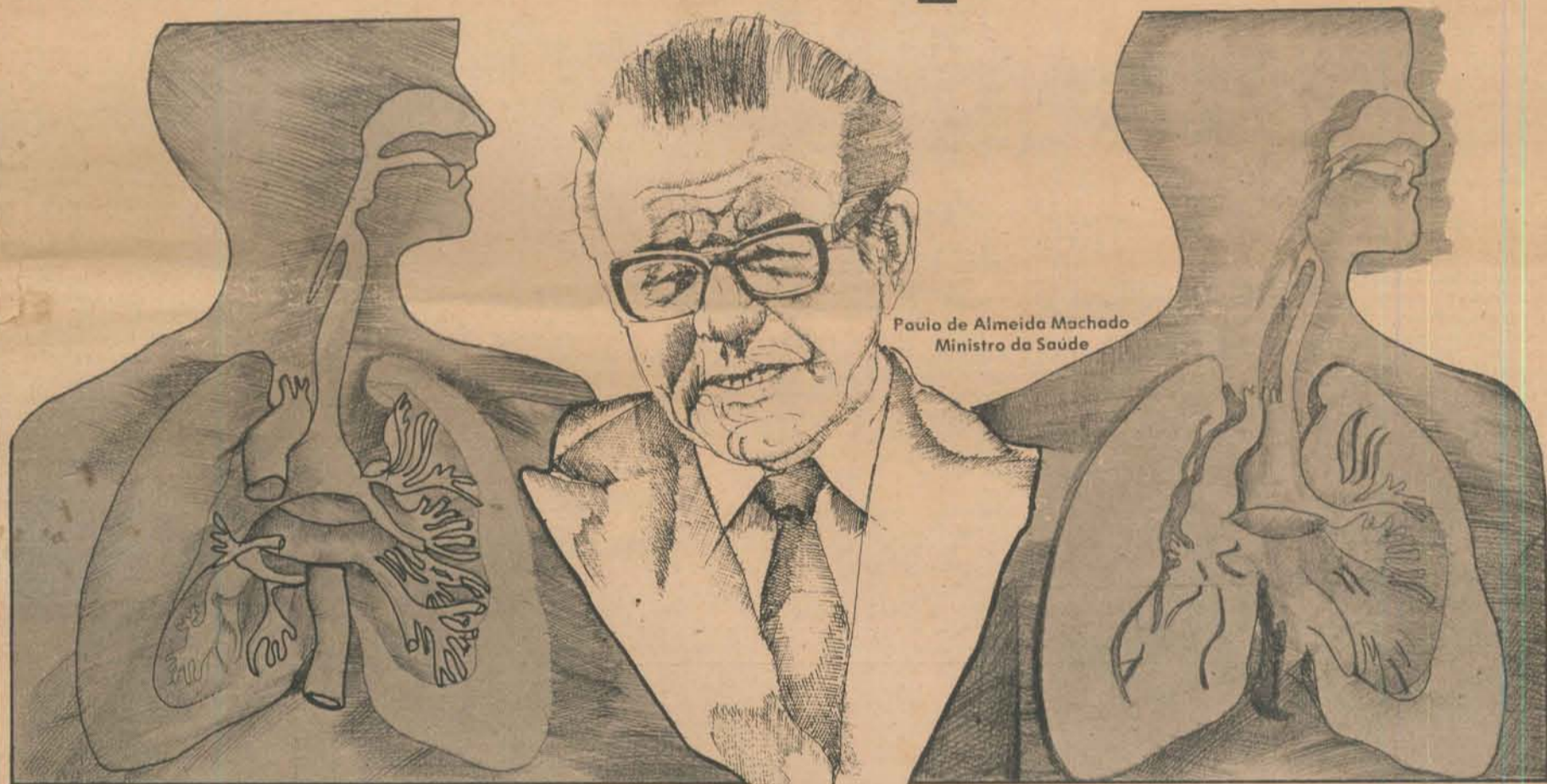
com a edição semanal brasileira do

Le Monde

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES
BIBLIOTECA

SAÚDE

A teoria e a prática



Paulo de Almeida Machado
Ministro da Saúde

A Igreja diante da política

DEBATE

A vida (manipulada?) dos bebês de proveta

Maneiras de se eleger

O deputado estadual mineiro Vicente Guabiroba, expeditista atualmente na ARENA, confessa abertamente a seus colegas da Assembléia Legislativa que gastou em 1970 perto de 350 mil cruzeiros durante a campanha eleitoral. A eleição de Sylo Costa, também da ARENA e da Assembléia estadual, segundo calculam seus companheiros, custou-lhe mais de Cr\$ 500 mil. Aos amigos, ele teria garantido que jamais perderá uma eleição, confiado nas periódicas safras de selecionados bezerras da raça *nelore*, de sua fazenda, no norte do Estado, reservados para serem trocados por votos.

Verdadeiras ou não, tais estatísticas de despesas eleitorais se aproximam muito da média de gastos cobrados a qualquer candidato que se disponha atualmente a vencer. As exigências financeiras tornaram-se de tal forma banais que muitos habituaram-se a conviver com o folclore eleitoral e suportar, olímpicamente, as anedotas. Há poucos dias, nos corredores da Assembléia Legislativa, em Belo Horizonte, via-se de uma suposta dupla "o verbo e a verba", reunindo em dobradinha os deputados Fábio Vasconcelos (deputado estadual e dono da *verba*) e Edgar Vasconcelos (candidato a deputado federal e dono do *verbo*). O primeiro, entraria com o dinheiro; o segundo, com a idéia e a oratória.

Na zona da mata mineira o candidato do MDB, Sílvio Andrade de Abreu Júnior, sobrinho do general Hugo de Abreu, chefe do Gabinete Militar da Presidência da República, está sendo chamado de novo "trem pagador" de Minas, uma alcunha com que se celebrou o ex-deputado Sebastião Paes de Almeida (o *Tião Medonho*), graças à sua generosidade na distribuição de dinheiro durante as campanhas. Calcula-se que Sílvio Abreu, para se eleger em novembro deste ano, gastará cerca de um milhão de cruzeiros (quase quatro vezes o que ganharia durante todo o seu mandato na Câmara). Possivelmente, um exagero; mas, sem dúvida, um sintoma.

Proezas de Abdalla

No final do mês passado completou exatamente um ano que o governo federal nomeou uma comissão para intervir nos negócios do grupo Abdalla e acabar com seus abusos. Isto é, a comissão devia recuperar para a União as dívidas deste empresário paulista para com o fisco, orçadas entre 650 e 800 milhões de cruzeiros. Devia ainda providenciar o pagamento das indenizações de antigos operários da Fábrica de Cimento Portland Perus, avaliado em 20 milhões de cruzeiros e acabar com a poluição em Perus, onde a fábrica lança diariamente 150 toneladas de pó de cimento de suas chaminés.

No entanto, a comissão permanece até hoje instalada nos mesmos escritórios do inexpugnável industrial, de onde seus prepostos dirigem os

negócios do grupo Abdalla. A comissão tem conseguido adiar sempre as medidas e providências que lhe foram determinadas, há um ano, em caráter de urgência. Naquela ocasião, o próprio Ministério da Fazenda assegurou que havia sido autorizado o imediato pagamento dos 20 milhões de cruzeiros aos operários. A comissão — numa atitude surpreendente — apelou da sentença e o processo continua rolando pela burocracia judicial, agora aguardando julgamento pelo Tribunal Superior do Trabalho. E os operários ficaram sem receber um tostão.

A poluição continua, e as dívidas para com o fisco também entraram na emperrada engrenagem burocrática: a comissão aguarda uma decisão sobre o recurso apresentado pelo grupo Abdalla. Enquanto isso, o industrial está "desaparecido", procurado pelas polícias estadual e federal. Ele já tem duas condenações e dois processos que poderão acarretar-lhe novas penas. Mas ninguém consegue localizá-lo, para prendê-lo, embora ele possa ser visto periodicamente em São Paulo.

Estatísticas agrárias

Com a recente edição do volume *Estatísticas Cadastrais/1*, o INCRA — Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — iniciou a divulgação dos resultados do recadastramento realizado em 1972, que levantou o número de imóveis rurais, parceiros, arrendatários, assalariados, posseiros e proprietários no setor agrícola do país.

A publicação rompe um silêncio de 7 anos — desde a divulgação, feita em 1967, dos resultados preliminares do primeiro cadastro de imóveis rurais realizado em 1965/66 — e vem trazer um importante reforço ao pobre acervo de dados sobre a realidade sócio-econômica da agricultura brasileira à disposição dos economistas e sociólogos rurais.

O volume não apresenta nenhuma análise dos dados coletados pelo INCRA. Contém, entretanto, grande número de tabulações primárias sobre distribuição de áreas, mão-de-obra, ocupação humana, valores dos imóveis e de sua produção, situação jurídica, efetivo pecuário e classificação segundo a legislação vigente (minifúndio, empresa rural, latifúndio por exploração e latifúndio por extensão).

Fora da lista

Quando os quatro jovens deixaram a cadeia, na noite do dia 25 do mês passado, depois de mais de 90 dias atrás das grades, estava esclarecido um lamentável engano policial. Os presos libertados eram Hamilton de Almeida, Paulo Orlando Lafer, Marcos Pereira de Souza e Edinício Ribeiro Primo. Alguns dias antes já havia sido solta Marcia Lancelotti de Jesus, que fora detida com o mesmo grupo no dia 20 de abril, no interior do teatro Oficina, em São Paulo. Todos eram acusados de uso e porte de entorpecentes, lesões corporais e

resistência à polícia. E todos foram absolvidos pelo juiz David Eduardo Jorge Haddad, da 5.ª Vara Criminal, em São Paulo, por insuficiência de provas. Não havia porte de entorpecentes, ninguém estava fumando maconha e se houve resistência é porque o policial Mário Vaian, fantasiado de *hippie*, sacara de seu revólver antes mesmo de identificar-se. Com base no processo, o juiz ainda considerou Hamilton de Almeida ex-correspondente de *Opinião* na Bahia, como um jornalista de "alta categoria" profissional, observando que ele já recebera inclusive o Prêmio Esso de Jornalismo.

De fato, Hamilton de Almeida, com apenas 28 anos de idade, podia demonstrar uma experiência profissional invejável. Dentro da cadeia não apenas chegou a colaborar com o *Jornal da Tarde*, de São Paulo, na preparação de uma série de reportagens sobre a vida carcerária, como ainda fundou e fez circular dentro da Casa de Detenção um jornalzinho dos presos, chamado *O Cadeão*. Contudo, toda essa atividade profissional parece ter sido desprezada pelo Sindicato dos Jornalistas de São Paulo que, em nota oficial, afirmou não ter o nome de Hamilton de Almeida em seu quadro de associados, dispensando-se, por isso, de prestar-lhe a assistência que seria de supor, já que o órgão responde pelos interesses da classe. Ou deveria responder.

O salário do vaqueiro

"Raimundo vaqueiro, Raimundo Jacob, Raimundo doido, Raimundo meu primo. Você foi morto e seu crime ficou impune. Mas não foi só isso não. Estão em liberdade os matadores de Assis Miguel, Luiz Tadeu, José Alexandre e tantos outros, como você. Parece que não existe Justiça para os assassinos de vaqueiros". (Do sanfoneiro Luiz Gonzaga durante o evangelho sobre o fariseu orgulhoso).

A missa do vaqueiro, cerimônia religiosa celebrada, dias atrás, no sítio das Lajes, no município de Serrita, alto sertão de Pernambuco, aos poucos vai esquecendo a sina de Raimundo Jacob, seu patrono, e transformando-se num evento turístico-folclórico. Quando foi celebrada pela primeira vez, em 1971, era uma cerimônia simples e comovente. Esse ano virou um espetáculo: seis mil turistas, uma caravana de políticos, inaugurações de pequenas obras públicas e uma verdadeira festa para violeiros e comerciantes da região.

Raimundo Jacob foi assassinado, há 20 anos, em circunstâncias misteriosas. O motivo de sua morte foi o seu comportamento profissional. Jacob não aceitava trabalhar ligado aos fazendeiros da região. Era uma espécie de vaqueiro *free-lancer* e líder da região. Por isso, seus colegas suspeitam que ele tenha sido morto a mando de algum fazendeiro importante.

Para o padre João Cândia, 37 anos, vigário de Serrita e conhecido vaqueador da região, a missa em homenagem a Raimundo Jacob é uma boa oportunidade para se falar sobre a situação em que se encontram os vaqueiros dos sertões de Pernambuco, Ceará, Piauí e Maranhão. "O vaqueiro, diz

padre Cândia, está vivendo um momento difícil".

Padre Cândia, a partir da idéia da missa, já formou 40 vaqueiros líderes, numa espécie de pequeno sindicato da classe. "Os fazendeiros, diz Cândia, estão querendo eliminar a única forma de participação do empregado no lucro do empregador existente aqui no sertão. Estão querendo acabar com o sistema de quarteação. De cada quatro bezerras que nasce no rebanho sobre sua guarda, um é do vaqueiro. A quarteação garante ao vaqueiro, quando precavido, comprar até uma fazendola para cuidar de seu próprio rebanho, depois de 20 anos de serviço. Estão querendo acabar com um direito adquirido desde a implantação do ciclo do couro. Transformar o vaqueiro num assalariado é condená-lo à morte".

Números redondos

Do total de 7,5 bilhões de dólares (quase 50 bilhões de cruzeiros), destinado ao novo programa de assistência externa dos Estados Unidos, cerca de 5 bilhões de dólares (perto de 35 bilhões de cruzeiros) serão oferecidos para os órgãos de segurança de outros países — segundo afirmou recentemente o senador Alan Cranston. O parlamentar norte-americano esclareceu ainda que serão beneficiados 97 governos, dos quais 57 oscilam da "autocracia ao estado policial".

A Secretaria de Estado respondeu à denúncia do senador, afirmando que "a ajuda a um país é determinada não pelo fato de ser este uma democracia ou uma ditadura, mas por uma série de razões que correspondem ao nosso interesse nacional".

O grande argumento

"No meu açougue não. No meu açougue eu vendo por quanto eu quiser e o fisco da SUNAB já sabe disso", contestou o açougueiro diante da insistência do freguês em pagar Cr\$ 13,00 por dois quilos de costelas, de acordo com a tabela oficial, e não os Cr\$ 14,00 que o vendedor queria cobrar por serem costelas "especiais".

O freguês mostrou sua carteira de identidade: era o superintendente da SUNAB, Rubens Noé Wilker. O açougueiro quase teve um enfarte, pediu em nome dos filhos, falou, implorou. A autoridade ameaçou, repreendeu, falou, condenou. Ao final da história — relatada nos jornais cariocas, há duas semanas — e que se passou em Brasília, o superintendente da SUNAB saiu com as suas duas costelas "especiais" e deixou na caixa do açougueiro exatamente os Cr\$ 14,00 cobrados no início. "Fiquei com pena", foi a desculpa de Noé Wilker.

Agora, dizem os brasileiros, o açougueiro arranjou um forte argumento para cobrar por fora da tabela: "Olha aqui, se o freguês aí não está satisfeito com o preço, saiba que até o superintendente da SUNAB esteve aqui, pagou o que eu cobrei e foi embora. No meu açougue eu vendo por quanto eu quiser. É ponto final".

PALAVRAS



Do jornalista Carlos Chagas, num artigo publicado no jornal *O Estado de São Paulo*: "Há três anos que a meningite se vinha registrando num crescendo, em todo o país. Em 1972 houve apreensão, em 1973, alarme, e agora pânico. O ônus do que acontece não se debitará apenas aos dois inoperantes ministros da Saúde do governo Medici, Rocha Lagoa e Machado de Lemos. Se um preferia continuar denunciando e demitindo médicos suspeitos de tendências ideológicas diversas da sua e se outro chegou ao cúmulo de cancelar, no ano passado, a compra de vacinas contra a meningite — são problemas para a consciência de ambos. O mais grave é que o governo que os mantinha ignorou olímpicamente tudo o que não lhe podia granjear a popularidade fácil e ilusória. Relegaram-se a nada, inclusive no orçamento, problemas não condizentes com a "superpotência" que tentaram feticiosamente impor ao mundo".

Do paisagista Burle Marx, em conferência proferida no auditório da Companhia Vale do Rio Doce, em Vitória: "É humanamente impossível alguém viver nestes conjuntos habitacionais que se constroem pelo Brasil a fora. Estou certo de que muitos deles, dada a irracional economia de espaço, oferecem menos conforto do que um galinheiro. A vida que se desenvolve nestes conjuntos de habitação popular somente poderá conduzir a um nível maior de criminalidade, promiscuidade e marginalização".

Do colonista Pedro Dantas, em *O Estado de S. Paulo*, a respeito da reformulação política proposta pelo futuro vice-governador de São Paulo, Manoel Gonçalves Ferreira Filho: "Sua democracia possível, parece-nos, nem é possível, nem é verdadeira democracia. É uma acomodação muito pouco prática e realista de alhos com bugalhos, que não se vê como e em que pontos viria melhorar os vícios que condena no sistema democrático tradicional. Os reformuladores, e especialmente os reformuladores brasileiros, têm o hábito de abandonar o que pretendem corrigir, sem tentar, primeiro, a desejada correção".

Do senador Franco Montoro (MDB-SP), em entrevista ao *Jornal do Brasil*, sobre o processo político e

econômico do país: "A concentração do poder, a falta de crítica e a ausência de participação da comunidade, tem prejudicado nosso verdadeiro desenvolvimento sendo, portanto, necessário substituir o monólogo governamental pelo diálogo democrático. É preciso ainda respeitar os direitos fundamentais da pessoa e das instituições que integram a comunidade nacional; pois a função do Estado não é a de absorver ou dominar, mas de ouvir e respeitar as entidades, desde que atuem dentro da lei".

Do cabo eleitoral Francisco Nieto Martins, de São Paulo, falando de suas experiências na arte de angariar votos: "A gente tem de tomar Cinzano e batida às 10 horas da manhã e comer bolo de fubá depois da janta. Mas, quando se procuram votos, é preciso agradecer ao dono da casa".

Do jornalista Carlos Castelo Branco, num artigo sobre os rumos da reforma constitucional, em sua coluna do *Jornal do Brasil*: "De 1969 para cá o governo decidiu não alterar a ordem constitucional, chegando a um ministro de Estado a construir a espantosa teoria de coexistência de duas ordens — a constitucional, oriunda das normas da carta de 1969, e a institucional, integrada pelas regras do Ato N.º 5. É claro que a primeira dessas duas estava submetida e anulada pela segunda, que era o instrumento válido da Revolução".

Do mesmo jornalista: "A reforma seria o grante tema a partir de 1975, ano da formulação de projetos e de debates, para votação oportuna, isto é, para votação posterior à obtenção do consentimento da força revolucionária para as modificações que o Congresso propuser. O processo tanto pode ser este, como o inverso, isto é, a simulação do debate parlamentar depois de estudado um projeto do gosto dos comandos pelas comissões de juristas amestrados que se amontoam sempre nas franjas do Poder".

Do jornalista norte-americano Jack Anderson, comentando o fato de o governo americano ter convidado 23 executivos de companhias petrolíferas para estabelecer normas para equipamento antipoluição: "É o mesmo que colocar o Drácula dirigindo um banco de sangue".

SAÚDE

Meningite:
esperando
a primavera

O tempo é o melhor remédio. Enquanto discutiam a eficiência profilática dos atuais medicamentos disponíveis e distribuíam conselhos sanitários, esta parecia ser a única receita unanimemente aceita pelas autoridades sanitárias brasileiras para cicatrizar as feridas abertas no último mês em oito Estados do país pelo vírus da meningite — uma minúscula bactéria que se beneficia das baixas temperaturas e não resiste a um aquecimento superior a 41 graus centígrados. (1)

Um dia após a criação da Comissão Nacional de Controle da Meningite, o ministro da Saúde, Paulo de Almeida Machado, tomou a iniciativa de constatar que as vacinas adquiridas nos Estados Unidos e na França não poderiam operar milagres: "O importante", destacou o ministro, "é que o fim do inverno se aproxima e com a elevação da temperatura, a situação vai melhorar".

O ministro da Saúde, no clímax das preocupações com a epidemia, chamava a atenção para o fato elementar de que nem só de meningite vivem os problemas sanitários do país. Assim, enquanto uma São Paulo assustada adiava o reinício das aulas para o próximo dia 12, as silenciosas estatísticas da saúde paulista continuavam apontando o sarampo como responsável por uma taxa de mortalidade infantil bem superior à da meningite.

(1) Por não resistir à luz do sol, o vírus da meningite propaga-se sobretudo no inverno, beneficiado pelas baixas temperaturas e pela menor resistência individual aos resfriados. O meningococo transmite-se pela saliva, através do contato direto.



Ministro Almeida Machado

Da teoria
à prática

Desde que foi criado por Getúlio Vargas, há três décadas, o pequeno tumultuado e pouco influente Ministério da Saúde ganhou entre os políticos, através dos anos, a infeliz reputação de ser muito menos um prêmio do que um castigo.

As razões que afastaram do Ministério da Saúde a cobiça dos políticos, a julgar pelo longo, rigoroso e crítico depoimento do atual ministro, Paulo de Almeida Machado, à comissão de saúde da Câmara dos Deputados, em maio passado, permaneceram intactas. "Trata-se de uma máquina absolutamente inadequada para os fins a que se propõe", denunciou Almeida Machado. "Um exemplo desse labirinto: cerca de 40 pessoas devem despachar diretamente com o ministro. Não é difícil imaginar a dificuldade, a quase impossibilidade de fazer uma estrutura semelhante trabalhar, porque quando existem 40 pessoas que despacham diretamente com o ministro, ou ele não faz nada além de assinar papéis, ou essas 40 pessoas não são atendidas e o seu serviço perece".

Não é apenas esta onerosa herança de vícios burocráticos, entretanto, que pesa sobre os ombros do quinto ministro da Saúde posterior ao movimento de março de 1964.

Para concentrar sua atenção no saneamento básico e na medicina preventiva, Almeida Machado será obrigado a inverter toda a estratégia que vem-se desenvolvendo, há 10 anos, no Brasil — de tônica basicamente assistencial, com a valorização da rede hospitalar privada. Desde a posse do clínico Raymundo de Britto, em 1964, foi essa a orientação predominante de todos os outros ministros — Leonel Miranda, Francisco de Paula Rocha Lagoa e Mário Machado Lemos.

O exemplo mais didático, sem dúvida alguma, dessa tendência é dado pelo Plano Nacional de Saúde, esboçado na gestão de Leonel Miranda e arquivado na gestão seguinte, sob acusações variadas — que iam de distorções privatizantes até a simples inviabilidade econômica. Mais do que isso, porém, o antigo plano dava os retoques definitivos no enfoque assistencial, ignorando, em todo o volume cuidadosamente encadernado que especificava seus objetivos, a vasta e fundamental área da medicina preventiva.

Assumindo em 1970, Rocha Lagoa dedicou os dois anos que separaram a posse de sua sucinta e discreta exoneração sobretudo em apagar todos os vestígios do antigo Plano — enquanto assumia o pesado ônus da demissão de 10 respeitáveis pesquisadores do Instituto Oswaldo Cruz. Seu sucessor e segundo ministro da Saúde de Garrastazu Medici, Machado Lemos, retirado em 1972 da Secretaria de Saúde de São Paulo, aparentemente não dispôs de tempo suficiente para ir além da fixação de um alentado rol de intenções: 52

projetos prioritários, com previsão de aplicação de recursos até 1980, além de um incontável número de convênios com a Organização Panamericana de Saúde.

A Almeida Machado, um sanitarista requisitado da presidência do Instituto de Pesquisas da Amazônia (INPA), depois de cinco anos de pesquisas na selva, caberá dessa forma a pouco invejável tarefa de conciliar a complicada máquina burocrática de seu Ministério às novas prioridades estabelecidas pelo atual governo. Em termos mais diretos, isso significa reduzir o abismo que separa as intenções saneadoras do delicado quadro sanitário do país (ver matéria *Além de Cem Milhões*).

Para cumprir esta tarefa, Almeida Machado leava sobre seus antecessores — quase todos recrutados de confortáveis clínicas privadas — a vantagem pessoal de ostentar um extenso currículo de laboratorista e de pesquisador — poucas vezes interrompido por atividades paralelas. As principais exceções ocorreram duas vezes: a primeira delas em 1955, quando serviu como oficial de gabinete do governo de São Paulo; a segunda, em 1961, quando participou do Gabinete civil do breve governo de Jânio Quadros.

À comissão de saúde da Câmara, ele fez um rápido esboço das soluções que defende para os males burocráticos do Ministério. Elas se concentram, sobretudo, na preocupação com a regionalização da saúde pública, estendendo a todas as regiões do país as experiências desenvolvidas na selva amazônica.

Além disso ele prega a urgente dinamização da máquina administrativa, ou como prefere o secretário-geral do Ministério, José Carlos Seixas, a agilização de seu corpo burocrático (ver matéria *O Remédio e Agilizar*).

É através da conjugação destes dois fatores (a descentralização, de um lado; a racionalização, de outro) que ele espera, como observou em seu depoimento no Congresso, resolver o dilema entre a teoria e a prática, na saúde pública do país: "É muito bonito falar em Plano Nacional de Saúde. Isso é sonoro. Mas na hora da execução, na hora de colocar em prática, sente-se que existe qualquer coisa de fluido, de imaterial, e dificilmente irá se transformar em ação".

"O remédio
é agilizar"

(entrevista com o
secretário-geral
do Ministério da Saúde,
José Carlos Seixas)

Aos 36 anos, o médico José Carlos Seixas, secretário-geral do Ministério da Saúde, considera-se agora, antes de mais nada, um administrador. Este atributo, sem dúvida alguma, parece tornar-se o melhor remédio para uma pasta cuja estrutura administrativa foi diagnosticada recentemente por seu titular, o ministro Paulo de Almeida Machado, através de três adjetivos sombrios: obsoleta, ineficiente e inoperante.

Por isso mesmo, no auge das preocupações com a meningite, Seixas reúne a imprensa, em Brasília, no final do mês passado, para diagnosticar os males da saúde brasileira numa linguagem mais próxima da técnica de administração do que da profilaxia médica: "Não há falta de vacinas nem de verbas no Ministério da Saúde; o que há é uma falta de agilização".

Para explicar o que entende por agilização, Seixas citou o exemplo do sarampo: "Ele é responsável por alta

taxa de mortalidade infantil, que poderia ser evitada através da vacinação. As vacinas existem em número suficiente e estão à disposição da população infantil. Acontece que não se consegue agilizar as estruturas da saúde de forma a manter as vacinas permanentemente acessíveis a todas as crianças".

Ex-coordenador do Hospital Emílio Ribas — que centralizou no último mês as atenções de São Paulo por ser um dos poucos capazes de oferecer atendimento especializado para a meningite — e ex-professor universitário, Seixas conheceu o ministro Almeida Machado em 1969, quando os dois trabalhavam juntos no Departamento Dermatológico Sanitário da Secretaria de Saúde, em São Paulo. Sua entrevista:

Pergunta — Até que ponto a vacina é eficaz quando se sabe que a gravidade do sarampo se acentua com a subnutrição das crianças?

Seixas — A criança mal nutrida pode ter o sarampo mais precocemente. O problema, porém, não está na subnutrição.

P — Mas não é a subnutrição que torna a doença grave?

S — Certo. Mas todo mundo sabe que resolver um problema como este no Brasil é uma *parada*. Por isso, esperar a solução definitiva para a desnutrição é a melhor maneira de não fazer nada, quando se pode, pelo menos, melhorar parte do problema.

P — O Ministério da Saúde baixou normas de combate ao sarampo até 1979, visando reduzir a sua taxa de mortalidade. O que foi feito do programa?

S — Está sendo desenvolvido.

P — Por que então nem mesmo os postos de saúde aqui em Brasília, em plena avenida W-3, dispõem de vacina contra o sarampo?

S — Não estou mentindo. O problema é de agilização. A população assume uma atitude passiva, indo comprar a vacina na farmácia, quando não encontra nos postos de saúde. No entanto, o povo deveria, sem tumulto, perguntar o que está havendo, por que não há vacinas disponíveis. Essa seria uma maneira da comunidade contribuir para agilizar a saúde pública.

P — O próprio ministro Almeida Machado, contudo, declarou na comissão de saúde da Câmara que o orçamento do Ministério vem sendo reduzido gradativamente, de 1969 para cá.

S — Posso garantir que as perspectivas este ano são melhores.

P — Então o Ministério não enfrenta problemas financeiros?

S — O problema principal não é financeiro. É administrativo, de desorganização. Como disse, o fundamental é agilizar.

P — Epidemias como a de meningite e a de sarampo se devem então ao descaso das autoridades sanitárias?

S — Não exatamente. Não se pode dizer que há descaso das autoridades sanitárias da Suécia, por exemplo, onde também há epidemias de sarampo. O que se pode, sim, é lastimar a existência de grandes epidemias no Brasil.

P — A meningite não tem atingido justamente as classes sociais que mais se ressentem de deficiências sanitárias?

S — Não. A alta classe também tem pegado meningite.

P — Mas não é uma pequena minoria?

S — Não. Isso é pura especulação. Precisa ser provado e não há qualquer comprovação científica.

P — No Congresso de Odontologia realizado há poucas semanas em Brasília afirmou-se que a subnutrição mata mais no Brasil do que qualquer doença. Como vê o problema?

S — Não há elementos que comprovem isso. A subnutrição é um problema sério com profundas repercussões diretas e indiretas na saúde do brasileiro. Mas não se pode garantir que seja o maior fator de mortalidade.

P — 90% das verbas destinadas a doenças mentais concentram-se no eixo Rio — São Paulo. Como se justifica essa concentração quando se sabe que a doença mental se manifesta com maior incidência em outras regiões do país, provocada sobretudo pela subnutrição?

S — O ideal é descentralizar e essa é a preocupação do governo. Existe todo um esforço neste sentido embora se possa dizer que para o Rio e São Paulo fluem muitos dos que necessitam de atendimento, justificando portanto uma maior parcela de recursos.

P — Segundo se comenta, os hospitais do Ministério da Saúde vão passar para o Ministério da Previdência. Não é o retorno da dicotomia medicina preventiva-medicina curativa?

S — A notícia é pura especulação. A Previdência ficará fundamentalmente com a assistência médico-hospitalar. Isso não quer dizer que ficará só com a medicina curativa. Por outro lado, a tendência é atribuir ao Ministério da Saúde as medidas de alcance coletivo, sobretudo.

P — O presidente da República afirmou na primeira reunião ministerial que o saneamento básico e a medicina preventiva merecerão cuidados especiais da saúde pública. O que tem sido feito neste sentido?

S — Medidas concretas como, por exemplo, uma destinação maior de recursos financeiros para estas áreas.

P — Aproximadamente 12 milhões de brasileiros sofrem da doença de Chagas, um problema eminentemente sanitário. Como o Ministério da Saúde tem combatido a doença de Chagas?

S — Através da dedetização.

P — Isso é suficiente?

S — É simplesmente o mais correto. O problema geral, de habitação, não é uma atribuição do Ministério da Saúde.

P — O problema sanitário então é uma área de ninguém?

S — Claro que não. Mas seria muito ambicioso pretender que o Ministério da Saúde resolvesse sozinho os problemas sanitários. O que falta especificamente ao Ministério é uma agilização de seus serviços no Brasil. Quanto à falta de educação sanitária é uma questão que não pode ser resolvida apenas através de ordens governamentais, mas com a participação efetiva de lideranças comunitárias. A consciência da população para este problema depende de fatores emotivos, de condicionamentos permanentes. Isso não existe no Brasil. Logo que passar o atual surto de meningite, ela voltará a ser esquecida, e a população se desmobilizará.

P — O que acha das restrições que constantemente se fazem às distorções do setor privado de saúde?

S — É uma questão de ponto de vista. Na verdade, temos deficiências tanto no subsistema privado quanto no subsistema público e o mais correto é tentar corrigir as deficiências de ambos os sistemas.

P — A criação do Ministério da Previdência não implica o reconhecimento oficial do desprestígio e da limitação do Ministério da Saúde?

S — Não. A criação do novo Ministério talvez facilite a racionalização do trabalho de assistência médica. É tão especulativo falar em limitação do Ministério da Saúde como garantir que o Ministério da Previdência solucionará de uma vez com os problemas de saúde do país.

CLASSIFICADOS
de
OPINIÃO

Tel. 246-7466

Futebol Correndo pelos salários

Ao se iniciar a fase final do Campeonato Nacional, um clima de alegria instalou-se entre os jogadores do Vasco da Gama, um dos quatro classificados para a disputa do título, ao lado do Cruzeiro, do Internacional de Porto Alegre e do Santos. Sem contar a finalíssima contra o Cruzeiro, na última quinta-feira, o Vasco faturou líquido em três jogos cerca de Cr\$ 1 milhão e 100 mil cruzeiros, e os guichês da tesouraria do clube, que estavam em recesso desde fins de maio, foram afinal reabertos para o pagamento dos salários atrasados dos jogadores. Um deles, o zagueiro Moisés, pôde então explicar por que o Vasco, com um time quase ignorado pela crônica, conseguiu chegar à disputa do título:

— A rapaziada está correndo atrás dos salários.

Dos 40 clubes que participaram do Campeonato Nacional, poucos chegaram ao fim da competição com o tesoureiro a exibir um sorriso de felicidade, como aconteceu com o do Vasco. Em alguns, o atraso do pagamento dos jogadores, de tão continuado, assumiu aspectos dramáticos. No Esporte Clube Bahia e no América Futebol Clube do Rio, os jogadores recusaram treinar, como forma de obrigar os dirigentes a buscarem uma solução para uma situação insustentável: o Bahia não pagava há quatro meses e o América há três. Um dos jogadores do América, o gaúcho Manuel, viveu por causa disso um momento de humilhação: foi despejado de um hotel de terceira onde se hospedava com a mulher grávida de cinco meses e teve de arranjar às pressas um lugar na casa da sogra, no subúrbio de Marechal Hermes.

Foi esse quadro de crise que marcou o início dos campeonatos regionais, na semana passada, num ano que não é particularmente feliz para o futebol. Ao contrário do que ocorreu nas temporadas anteriores, os clubes não falam em contratações milionárias, fortalecimento de seus times, e sim em saídas de emergência para atender aos compromissos vencidos e não liquidados. Acuado pelas dívidas, o Bahia decide vender a sua sede praiana, a Fazendinha da Pituba, onde os jogadores treinam e se concentram. O América do Rio procura um diretor com crédito na praça e desprendimento para avaliar mais um *pagamento* a ser empenado num banco amigo. O Atlético Mineiro insiste na redução do número de participantes do campeonato estadual, para diminuir o número de jogos em que o déficit é certo. O Flamengo imagina a forma de financiar o rombo previsto até o fim do ano no departamento de futebol, que atinge a respeitável soma de Cr\$ 1.689.095,00. O Esporte de Patos, Paraíba, tem uma meta bem mais modesta: arranjar dinheiro para as passagens de sua equipe, a fim de evitar o que aconteceu na segunda quinzena de julho, quando ele deixou de cumprir um jogo contra o Santos de João Pessoa, pelo campeonato estadual, porque não tinha nem a *Micharia* das passagens de ônibus para a capital. O Ibis de Pernambuco sugere a seus jogadores uma nova forma de remuneração — em vez de salários eles ganhariam participação nas rendas do clube — mas não consegue seduzi-los com essa promessa de socialização da pobreza.

Em toda parte, entre clubes grandes e pequenos, uma palavra é repetida de boca em boca: crise. Passada a euforia da Copa do Mundo, desfeito o sonho do tetracampeonato mundial de futebol, muitos dirigentes e mesmo cronistas parecem supostos com a crise, como se ela fosse uma espécie de subproduto da derrota da seleção. Na verdade, é um dos frutos amargos da vitória, a vitória da seleção na Copa do Mundo de 1970.

Há certamente alguns fatores meramente conjunturais que contribuíram para agravar a crise dos clubes brasileiros. Um deles foi a circunstância de 1974 ser um ano de

Copa do Mundo, em que os interesses da CBD, precisamente por força da vitória em 1970, se sobrepõem aos interesses dos clubes. Além de despojados de seus melhores jogadores durante todo o primeiro semestre — e seis meses não são seis dias — os clubes foram vítimas da inversão do calendário do nosso futebol, com a transferência para agosto dos campeonatos regionais, normalmente disputados a partir de março. Já desprovido das principais estrelas dos times, o Campeonato Nacional teve a sua fase semifinal programada exatamente para a época em que a atenção do público seria desviada para a Seleção, não porque correspondesse ao interesse da torcida (a do Vasco, por exemplo, andou para a seleção, que não tinha craque vascaíno), mas porque os meios de comunicação magnificaram a importância do esporte. Com isso, os clubes perderam uma senhora nota.

Os números do Campeonato Nacional não deixam margem a dúvidas. A fase de classificação, com seus 360 jogos, acusou uma renda média por partida de Cr\$ 96.038,00. A fase semifinal, pelo planejamento caolho da CBD, coincidiu com o momento em que a Seleção Brasileira decidia seu destino no Mundial. Muitos jogos importantes foram programados para o mesmo dia em que a seleção curti seu calvário na Alemanha. Assim, os jogos que deveriam ser mais atraentes ficaram destituídos de impacto, e o resultado é que a renda média por partida baixou para menos de Cr\$ 60 mil. Só aí a cegueira da CBD provocou um prejuízo de Cr\$ 2 milhões e 400 mil aos 24 clubes classificados para essa fase, nos 60 jogos que eles disputaram. Foi a falta desse rico dinheirinho que privou o Bahia, por exemplo, da possibilidade de manter em dia — ou pelo menos com atraso menor — o pagamento dos salários de seu elenco.

A própria organização do Campeonato Nacional, nos termos em que foi estruturada pelo Diretor de Futebol da CBD, Antônio do Passo, não atende aos interesses dos clubes, principalmente os dos três principais centros do país — São Paulo, Guanabara e Minas Gerais — que são sacrificados pela necessidade da chamada *entidade-mater* de atender aos compromissos regionais de seus dirigentes. A experiência de três anos mostra que essa concepção de campeonato é irreal, pois as melhores equipes estiolam suas energias nas viagens para os Estados, cujos times

têm de jogar em casa por não serem atração nos grandes centros, e chegam ao final da competição pelas tabelas, sem lograr levar para os estádios, quando voltam às suas cidades, o grosso de sua torcida. Na forma atual, já condenada pelo ministro da Educação, o Campeonato Nacional é um ótimo negócio apenas para as empresas de aviação, que suprem a sua capacidade ociosa com o dinheiro da CBD, originado da Loteria Esportiva e que deveria ser empregado no incentivo ao esporte amador.

São problemas dessa natureza, mais que as vicissitudes aleatórias de um ano de Copa do Mundo, que geraram a grave crise dos clubes. Ela é agravada pela incompetência dos cartolas, que se queixam da "inflação" no futebol mas vivem a fomentá-la, atribuindo um valor ao jogador quando se trata de lhe renovar o contrato e multiplicando-o por quatro ou cinco quando se trata de vendê-lo a outro clube. Pela própria estrutura das federações e confederações, que se eternizam nas mãos de dirigentes — o da Confederação Brasileira de Basquete, Paulo Martins Meira, está no cargo há quase 30 anos — e pelo enfeudamento dos clubes, que em alguns casos são como propriedades de umas poucas famílias. O do Fluminense, Jorge Frias de Paula, para citar um, foi eleito por um colégio de 150 eleitores, dos quais apenas 90 sufragaram o seu nome.

A tudo isso se soma a própria inconsciência dos jogadores, geralmente procedentes das camadas mais pobres da população e que se deslumbram com a fama, as manchetes de jornais e revistas e os contratos generosos que na realidade contemplam uns poucos. Essa inconsciência é que mantém o Sindicato dos Atletas Profissionais da Guanabara nas mãos não de um jogador, mas nas de um preposto de clube, no caso Maurício Farah, funcionário administrativo do Flamengo, onde tem como função, entre outras, despedir atletas — ele que deveria defendê-los. De raro em raro, como no episódio da recusa dos jogadores do Bahia e do América, eles percebem a verdadeira natureza de seu relacionamento com o clube.

Diante de tantos problemas, é difícil acreditar que a crise permanente do futebol seja resolvida no espaço de uma geração. Até que a solução seja encontrada e implantada, a rapaziada — como diz o profeta Moisés — ainda vai ter de correr muito atrás dos salários. (Maurício Azedo)

Professoras Pelo mínimo da lei

Neste mês, as professoras primárias de Minas conhecerão a decisão da Justiça sobre o longo e rumoroso processo movido por elas contra o Estado. A ação, que se arrastou pelos tribunais por quase dois anos e meio, tem um objetivo singular: forçar o governo estadual a cumprir um decreto federal, assinado pelo ex-presidente Medici, em 1970, estipulando que seus vencimentos não podiam, a partir daquela data, ser inferiores a 130% do salário mínimo regional.

Atualmente, o maior salário recebido por uma professora primária em Minas (o das professoras em fim de carreira, depois de 30 anos de magistério) é de 409 cruzeiros. Com a vitória no processo, que possivelmente será conseguida, depois de quase três anos de esforços, os salários serão elevados a um mínimo de 488,80 cruzeiros.

Antes de entrarem com a ação, as professoras mineiras tentaram, segundo Maria Telma Lopes Cançado, presidente da Associação das Professoras Primárias de Minas

Gerais, dialogar com o governo para resolver amigavelmente o problema. "É lamentável que até para receber o mínimo estipulado por lei as professoras mineiras tenham de recorrer à Justiça".

Segundo Maria Telma, as justificativas do Estado para manter uma política salarial contrária à lei eram simples: "Toda tentativa de melhoria salarial esbarra na resposta de que não seríamos atendidas porque o Estado estava elaborando o Estatuto do Magistério que reclassificaria a profissão, regularizando nossa situação". No entanto, o Estatuto serviu apenas para agravar a situação. "Ele reduziu definitivamente a remuneração do professor ao nível do trabalhador braçal".

Quase 70% das 40 mil professoras mineiras continuaram com vencimentos inferiores ao mínimo regional: as que estão em início de carreira — até 10 anos de exercício da profissão — e compõem a ampla maioria passaram a receber 360 cruzeiros mensais.

Outra crítica das professoras ao

Estatuto do Magistério mineiro é de que ele não cumpre seu objetivo fundamental: a estruturação da carreira, com a fixação dos seus níveis e de sua escala de promoções. "Também neste aspecto", diz Maria Telma, "o Estatuto foi uma decepção. Além de manter a velha estrutura do magistério, significou um retrocesso, pois eliminou os cargos de diretor e inspetor, colocando-os na dependência do arcaico sistema de apadrinhamento político".

Vitoriosas ou não na luta pelo cumprimento das leis federais, ainda em agosto as professoras mineiras deverão entrar com um novo processo na Justiça. Desta vez, exigindo o cumprimento de uma lei estadual — a da paridade, assinada pelo atual governador Rondon Pacheco em 1961 quando ele era secretário da Justiça. Segundo a lei, os vencimentos dos aposentados devem ser nivelados aos dos funcionários que estão em atividade no cargo ou função correspondente.

Esquecendo-se da lei que assinou, porém, o governador Rondon Pacheco em lugar da equiparação apenas lhes concedeu um abono de 12%.

Depois de decidirem em reunião na Associação das Professoras entrar novamente na Justiça, as professoras se dedicam agora à tarefa de recolher assinaturas que, calculam, deverá atingir a maioria das 7 mil aposentadas no Estado. (Luís Bernardes)

A alta velocidade e a baixos salários

"No trânsito, tudo o que possa ser feito através de medidas construtivas não deve ser imposto mediante restrições legais", diz a sentença de um certo *sir* Alker Strip encravada entre o térreo e o primeiro andar do Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN) carioca. O conselho pode ser sábio mas, por não prever engarrafamentos de interesses econômicos, revelou-se duplamente ineficaz no caso da limitação da velocidade dos ônibus que transitam pelo Rio. Foram inúteis as restrições legais, e mais ainda as medidas construtivas.

O Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN) considerou ilegal a ordem de serviço do DETRAN carioca que tornava obrigatório o uso nos veículos coletivos do limitador de velocidade Nei — fabricado com exclusividade pela Mecânica Ottolini Indústria e Comércio. O CONTRAN aceitou assim o argumento do Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros da Guanabara de que o método mecânico para controle da velocidade ficara a critério das empresas, em acordo anteriormente firmado.

Para o assessor jurídico do DETRAN, Alvaro Rocha, a questão, porém, está longe de encerrar-se. Convencido de que os donos de ônibus têm objetivos financeiros que não levam em conta a necessidade de segurança dos passageiros (40 mil por hora, segundo estatísticas de 1970), ele quer levar adiante a medida que considera saneadora. E mais resolutivo ainda se mostrava, no final do mês, quando tomava conhecimento da segunda derrota do DETRAN na área jurídica: a concessão de liminar ao mandado de segurança impetrado na Justiça carioca pelos donos de ônibus contra o limitador.

À primeira vista, os limitadores Nei — da Ottolini — e as molas originais que já vinham sendo utilizadas pelas empresas para reduzirem a 60 km horários a velocidade máxima dos ônibus produzem os mesmos efeitos. Suas vantagens específicas merecem discussões menos técnicas do que propriamente financeiras. Assim, da mesma forma que o DETRAN e a

Ottolini podem acabar, ao longo de uma arrastada batalha judicial, usufruindo das vantagens da venda de limitadores aos 5.100 veículos coletivos da Guanabara (ao preço de Cr\$ 1.500,00 cada), os empresários têm redobrados interesses em continuar pagando os modestos Cr\$ 5,00 para repor os limitadores originais de fábrica em seus ônibus.

À margem das duas grandes linhas de atrito e independentemente das conclusões do duelo que vem se travando, os motoristas viram passar com sabor cotidiano o dia — quinta-feira, 25 de julho — comemorativo da classe. Uma missa patrocinada pela Mercedes-Benz no marco zero da Rodovia Presidente Dutra com a presença de 200 motoristas de táxi preencheu a data dentro dos limites convencionais que regem atualmente as manifestações sindicais.

Também como em um dia qualquer circularam pelos corredores do DETRAN as últimas peças que permitiram aos responsáveis do trânsito carioca classificarem os motoristas de ônibus como os principais agentes provocadores do tumulto no tráfego, para usar a expressão enfática do assessor jurídico, Alvaro Rocha: o atropelamento de um homem em Copacabana — de morte imediata — e o choque de um ônibus contra um poste, com 27 feridos — dois novos acidentes que Rocha acrescentou à sua estatística pessoal de desastres envolvendo veículos coletivos, de julho do ano passado a julho deste ano. "De lá para cá", assegura o assessor jurídico, "os ônibus foram envolvidos em 450 acidentes, com 163 casos de atropelamentos". Ainda que não se preocupe em confrontar estes números com o total de acidentes no mesmo período, Rocha contenta-se em citar uma pesquisa extra-oficial (que indica a participação dos ônibus em 5% dos acidentes, embora representem apenas 1% dos veículos) para concluir categoricamente: "Nas vias onde circulam os ônibus, é sempre maior o abuso da velocidade. Como se trata do veículo que transporta maior número de passageiros, conseguir combatê-los significa diminuir o número de vítimas nos acidentes".

Menos preocupado com sofismas estatísticos, o ex-cobrador e atual presidente do Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários e Anexos da Guanabara, Sebastião Ataíde de Melo, usa argumentos mais singelos e diretos para explicar o problema sob o ponto de vista dos principais acusados: os motoristas. Apesar do limite legal de oito horas de trabalho, suas jornadas diárias vão normalmente ao dobro disso porque cada hora extra representa mais Cr\$ 3,90 em seus míseros salários. "Não há nem hora de almoço. E para nos negar isso, os donos das empresas falam em falta de mão-de-obra. Acho que é mais justo falar em evasão provocada pelo desgaste da profissão" — diz Sebastião.

Citando as conclusões do último Simpósio Nacional do Trânsito, realizado em Brasília, apontando a responsabilidade humana em mais de 80% dos acidentes, o presidente do sindicato limita-se a perguntar: "Como se pode falar em falhas humanas pra quem vive sob condições de trabalho tão desumanas?"

Para Sebastião, as esperanças de melhora são escassas. Pelo menos do sindicato que preside, pouco os motoristas podem esperar no momento. "Não representamos sequer 10% dos 37.600 motoristas profissionais da Guanabara. Nas nove intervenções que o Sindicato sofreu, fomos perdendo toda a força e os profissionais abandonaram pouco a pouco a entidade. Assumi em janeiro deste ano, e só consegui trazer dois mil de volta".

Na verdade, para Sebastião, uma estatística, pelo menos, é fundamental: "Até o fim do meu mandato, espero ter 50% da classe reunida. Só assim poderemos cobrar dos empresários condições melhores de trabalho e oferecer mais segurança aos passageiros. Com o limitador do DETRAN, ou com o limitador de velocidade das empresas". (Luís Carlos Antero)

CNBB

A política, segundo a Igreja

"N ão se trata de um diagnóstico da realidade brasileira nem de uma proclamação pronta, mas apenas de uma contribuição para estudo e reflexão sobre problemas temporais vistos à luz da fé". Ao fazer essa advertência, no dia 25 de julho passado, dom Ivo Lorscheiter, secretário-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), parecia querer evitar que o documento *Igreja e Política*, divulgado na ocasião, tivesse outra significação que não a de aprofundar considerações de ordem teológica sobre a atuação da Igreja na vida sócio-política e econômica. Reflexões que, segundo o documento, "tentam dissipar incertezas sem pretender remover as dificuldades das opções concretas".

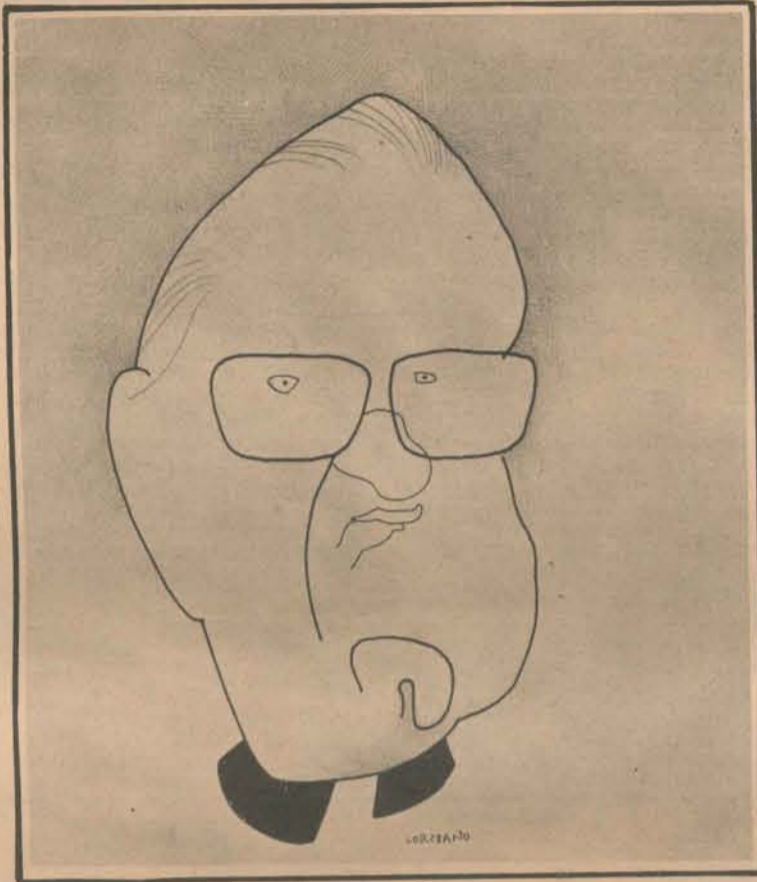
De fato, o documento não procura situar explicitamente o que deve dizer e fazer a Igreja na atual conjuntura política do país. Ele faz parte do Plano Bienal de Atividades -- *Aprofundamento do Papel da Igreja na Situação do País* -- previsto desde o ano passado, e portanto colocado nos limites de atribuições da presidência e do Conselho Episcopal de Pastoral da CNBB, e não como uma proposição de todo o episcopado. Contudo, parece destinado a provocar repercussões idênticas às registradas quando da divulgação do texto *Unidade e Pluralismo na Igreja* (uma reflexão teológica sobre a necessidade da diversidade de opiniões dentro da Igreja).

Desde que começou a ser elaborado, há 10 meses, por uma comissão de teólogos do Instituto Nacional de Pastoral, órgão de assessoria da CNBB, desenvolveu-se dentro e fora da Igreja uma surda polémica sobre os seus direitos e deveres de discutir e opinar sobre questões políticas, sociais e econômicas -- polémica aparentemente provocada pela manifestação de setores do episcopado nordestino (logo seguida pelos bispos do centro-oeste) sobre as opções para o desenvolvimento brasileiro, e que foi prontamente respondida pelo cardeal-arcebispo de Porto Alegre, dom Vicente Scherer. Num longo artigo, publicado no dia 30 de junho de 1973, em vários jornais do país, dom Scherer afirmou: "Não cabe à Igreja proferir juízos neste assunto. Quem o faz, como o referido documento (o documento dos bispos do nordeste), que apresenta uma crítica de total repulsa e condenação, o faz como cidadão, não, porém, em nome de sua própria e direta competência".

Na época em que a controvérsia era mais intensa, a CNBB manteve-se prudentemente em silêncio. O documento agora divulgado, depois de reconhecer que no "juízo das opções que determinam o rumo da vida política, social ou econômica de um povo não há clareza e, muito menos, unanimidade", afirma que a Igreja não pode renunciar ao direito de "proferir um juízo evangélico com relação à humanidade ou desumanidade da situação".

De qualquer forma essas posições divergentes fizeram com que a Igreja adquirisse hoje, no Brasil, uma tríplice imagem como prega o documento: "Para alguns, a Igreja é a única voz capaz de levantar-se em defesa dos direitos das pessoas ou das exigências do bem comum. Lamentavelmente, porém, segundo esses, ela é culpada de omissão". Para outros, ao contrário, "toda vez que a Igreja fala de assuntos políticos, econômicos ou sociais, imiscui-se indevidamente em área que não é da sua competência. Em consequência, exercem-se pressões com o fim de reduzir a Igreja ao silêncio e à subserviência nesses campos. Há ainda", diz o documento, "os que esperam, com interesse, os pronunciamentos e atitudes de representantes da Igreja como uma ajuda à compreensão mais objetiva e mais crítica da realidade nacional".

Para os bispos da CNBB essa diversidade de opiniões é compreensível se levar em conta "a extraordinária complexidade dos



D. Ivo Lorscheiter

problemas enfrentados por quantos exercem a vida política". Assim, os bispos admitem também como situação natural a existência entre os membros da Igreja de opções divergentes no campo social, político e econômico: "Uns defendem a ordem vigente, embora reconheçam a necessidade de melhorá-la; outros se batem por novas formas constitucionais e mudanças radicais do sistema econômico e da ordem jurídica". Mas, à Igreja, "como corpo presidido pela Hierarquia, não compete identificar-se com qualquer dessas opções, ao nível de imediata participação na vida econômica, social ou cultural". Para algumas pessoas ligadas à alta direção eclesial, não poderia ser de outra forma: de um lado, há o objetivo de defender o direito fundamental de todo homem manifestar-se livremente, incluindo-se aí o direito de bispos e padres divulgarem suas opiniões, muitas vezes divergentes; de outro, está a preocupação da Hierarquia de evitar que os conflitos na interpretação das questões temporais levem a uma quebra da unidade tão proclamada. (Genilson Cesar)

O documento em resumo

Alguns dos trechos mais importantes do documento da CNBB:

• **Sobre a participação do povo nas decisões políticas:** "Uma das dificuldades da vida política, em nossos dias, deve-se à complexidade e ao dinamismo muito maiores da vida econômica, cultural, social. A necessidade de empregar, em todos os níveis, modernas técnicas de produção, distribuição, controle e dos meios de comunicação social pareceria exigir a outorga de todo poder de decisão a elites qualificadas do ponto de vista técnico-científico. A vida política, entendida em termos de participação e responsabilidade dos cidadãos na ordenação e promoção do bem comum pareceria relegada a plano secundário, como ineficaz, ou mesmo irreversivelmente incluída no rol das utopias impraticáveis (...).

O livre exercício da vida política, entendendo-se por esta a participação ativa dos governantes e governados na realização do bem comum -- que de maneira nenhuma se institucionaliza no consenso pela força, mas depende do uso legítimo do direito à informação, à crítica, à proposição de alternativas -- é condição para que possam os homens ver, com olhos de consciência crítica, nos intrincados e vastos domínios da técnica aplicada, os aspectos humanos ou desumanos dos sistemas, processos, projetos, e, assim, mediante decisões políticas, isto é, decisões que visam o bem dos homens e de todo o homem, fazer correções de rumo oportunas (...).

É claro que as novas condições tornam hoje mais difícil e complexa a participação na vida política. Novos processos de participação devem ser inventados, aperfeiçoados. Processos que possibilitem a efetiva tomada de consciência, por parte dos cidadãos, dos grandes problemas que a todos interessam, a participação no seu debate e na escolha de soluções. É preciso superar a aparente contradição entre necessidade de performance técnica e participação política do Povo. Não é verdade que o êxito econômico exige que o Povo seja afastado de qualquer possibilidade de escolha e manifestação, relativamente a responsáveis, objetivos, metas, prioridades".

• **Sobre os antagonismos na vida política:** "A vida política se revela no campo de antagonismos, ao mesmo tempo que resulta do esforço para integração da comunidade. O aspecto mais chocante, é, sem dúvida, o dos antagonismos, sobretudo quando estes recorrem à violência declarada ou disfarçada. Entretanto deve-se dizer que os conflitos políticos, lealmente contidos dentro dos limites do respeito aos direitos fundamentais das pessoas e dos grupos, e enfrentados com vistas ao bem comum, são benéficos e mesmo necessários à superação das dificuldades e crises sociais. Os antagonismos são frutos de causas várias que se reforçam mutuamente.

Devemos, antes do mais, assinalar a ambigüidade do próprio poder político. Por um lado, ele é fator de integração, por outro atua como força coatora, que procura conduzir todos efetivamente à realização dos objetivos considerados por seus detentores como

sendo de interesse nacional.

Além das divergências da vida partidária, e das lutas pela conquista do poder, ou por sua manutenção, há outros fatores de tensões, mais ou menos profundas. Citaremos, entre outros, a carência de recursos básicos, a idade média da população, extremamente jovem, a sua distribuição no território, a situação de dependência econômica e cultural, as diferenças regionais, os preconceitos.

Os antagonismos políticos e os meios utilizados são muito variados. Dependem das instituições, das mentalidades, da cultura dos povos e do regime político vigente. Uma será a fisionomia do antagonismo em regime democrático, no qual os detentores do poder reconhecem o papel da oposição e esta, por sua vez, tem força e condições para opor-se a qualquer tentativa de absolutizar-se o poder e dele participa, realmente e efetivamente, à sua maneira. Outra característica da tensão em regimes fortes que julgam necessário cercar a participação da oposição".

• **Sobre o exercício do poder:** "O poder político e o Estado que representa podem ficar obcecados pela vontade de dominar e pelo desejo de assegurar, por todos os meios, a ordem estabelecida. Por essa razão, o exercício do poder tem de ser moderado, controlado pela comunidade.

Esta função é exercida principalmente pelo Poder Judiciário, e, também, pelos partidos, pelos corpos intermediários e por quantos queiram participar ativamente da escolha das metas prioritárias e das decisões de maior alcance para a sociedade. Contra possíveis abusos do poder, em todo caso, precisam os cidadãos contar com a efetiva proteção da ordem jurídica.

O equilíbrio, ainda que precário, da sociedade mantém-se na medida em que houver forças capazes de conter o poder político dentro de seus limites e dos objetivos de real interesse comum".

• **Sobre o papel das ideologias:** "As lutas políticas são dominadas por ideologias. Apesar de ambigüidades sempre presentes nas lutas políticas e nas ideologias, não há dúvida de que, no seu conjunto, as ideologias expressam a pretensão de grupos de representar aspirações em favor do homem e da sociedade.

Face a tais manifestações da vontade do homem de crescer e realizar-se numa sociedade mais justa e fraterna, o poder político não pode limitar-se a defender a própria ordem estabelecida (que não será isenta de elementos de injustiça e desordem), de maneira cega e intransigente. Muito menos se justifica lançar mão, para esse fim, de meios que violam os direitos fundamentais das pessoas e dos grupos. O poder não pode tornar-se obstáculo ao crescimento político e social. Cabe-lhe, antes, o papel de propulsor desse crescimento e de catalisador dos antagonismos em benefício comum.

A política não é somente campo de lutas. Ela manifesta a aspiração profunda e o esforço constante dos homens em busca de integração. Com efeito, o sonho de muitos é o de ver um dia a humanidade enfim reconciliada, tanto no plano nacional, quanto no internacional. Até mesmo algumas das ideologias mais exacerbadas, embora entre si contraditórias, de acordo com os seus seguidores, pretendem acenar para uma era na qual poderão todos viver como irmãos e não mais sob o esquema "amigo-inimigo" ou "senhor-escravo".

Para uns, o móvel dessa idade-ouro está no progresso obtido mediante a livre concorrência. O progresso, segundo esses, conduzirá a humanidade à superação da presente penúria e à implantação de uma sociedade de abundância, eliminada, dessa forma, a fonte das tensões políticas e sociais.

Para outros, a abundância não será suficiente para apaziguar os ânimos. Enquanto forem os homens movidos pelo egoísmo, pelo instinto de dominação e competição, não se chegará nem à sociedade de abundância nem à verdadeira integração

social. A sociedade ideal só aparecerá como fruto de longo processo. Para apressar o seu advento, em vez de abrandar os antagonismos, há que acirrá-los, a fim de que, pela luta sem trégua, seja eliminada a classe dominante e não haja mais nem dominadores nem dominados.

O cristão não se deixa convencer nem pelo pessimismo dos que descreem do homem e da sua capacidade de instaurar a sociedade fraterna nem pelo otimismo dos que acreditam no mito do progresso fatal ou pensam terem-se apropriado do segredo da História e dos meios de libertação universal" (...).

• **Sobre a missão crítica da Igreja:** "A Igreja, face à realidade sócio-econômico-política, não pode renunciar ao múnus de proferir um juízo evangélico com relação à humanidade ou desumanidade da situação. A compreensão que a Igreja tem de si mesma e do Evangelho levam-na a ver em cada ser humano uma pessoa criada à imagem e semelhança de Deus, destinada a uma vida em plenitude. Vida em plenitude não só no futuro distante, além do tempo, mas já no momento presente. Para chegar ao seu pleno desenvolvimento, toda pessoa e toda sociedade devem ter garantidos alguns direitos que lhe são conferidos não pelos homens, mas pelo próprio Criador. De acordo com um ensinamento já muitas vezes proclamado pela Igreja, alguns direitos são universais e invioláveis e devem ser defendidos, respeitados e promovidos sob qualquer regime político". O documento prossegue recordando alguns desses direitos expressos na encíclica *Pacem in Terris*: "Direito à subsistência física", "direito aos bens do espírito", "direito ao salário condigno", "direito de associação", "direito à vida política", "direito à proteção da ordem jurídica", "direito de livre autodeterminação".

(...) "Não é, portanto, para defender os seus interesses particulares de comunidade visível, e muito menos qualquer privilégio, que a Igreja se sente impelida a manifestar-se sobre problemas de caráter sócio-político. Conscientemente procura a Igreja renunciar, em nossos dias, a privilégios, que, em lugar de favorecer a sua tarefa, se constituem em empecilho. O silêncio e a acomodação seriam em muitos casos o modo fácil de angariar simpatias e proteção. O que reivindica a Igreja, e não poderá deixar de fazê-lo, é liberdade para cumprir a sua missão" (...).

• **Sobre a ação da Igreja no mundo:** "Os mais recentes documentos sociais da Igreja proclamam com vigor que o testemunho do Evangelho não pode limitar-se ao exercício do juízo crítico face às injustiças da ordem sócio-econômico-política ou à denúncia dos pecados dos responsáveis. O cristão precisa agir. Agir não como quem possui, por ser cristão, a chave dos segredos dos processos sócio-econômico-políticos ou porque sabe tirar do Evangelho modelos infalíveis para transformar todas as situações, mas agir solidariamente com esforços de todos os homens de boa vontade empenhados na construção de um mundo mais humano (...).

Como há de realizar-se esta ação da Igreja pela justiça e participação dos cristãos na transformação do mundo? O Sínodo dos Bispos no-lo diz em palavras simples: "Os membros da Igreja, enquanto membros da sociedade civil, têm o direito e o dever de procurar o bem comum, como os demais cidadãos. Os cristãos devem desempenhar suas tarefas temporais com fidelidade e competência; devem operar como fermento do mundo na vida familiar, profissional, social, cultural e política. Incumbe-lhes assumirem a própria responsabilidade em todos esses campos, sob a direção do espírito evangélico e da doutrina da Igreja. (...) Ao desenvolverem essas atividades agem geralmente por sua própria iniciativa, sem envolverem, na sua decisão, a responsabilidade da Hierarquia eclesial; de algum modo, porém, implicam a responsabilidade da Igreja, pelo fato de serem seus membros".

A visita de Luís Echeverría Em busca de um sentido político

Uma semana depois da volta ao lar, o presidente do México, Luís Echeverría, possivelmente já deve ter contabilizado os efeitos políticos das inusitadas atenções dispensadas aos jornais em sua movimentada passagem pela América do Sul.

Do inumerável rol de acordos de cooperação técnica e científica e das ratificações protocolares de amizade, firmados no Equador, Peru, Argentina, Venezuela e Brasil, Echeverría centralizou, certamente, uma notícia importante e capaz de merecer todo o aparato jornalístico que acompanhou cada um de seus passos: o reconhecimento, menos ou mais explícito, em todos os países visitados, quanto à necessidade de rápido aprimoramento dos mecanismos econômicos de defesa de suas exportações no mercado internacional. Esta preocupação não se esgota no terreno quase sempre fluido das declarações de intenções, mas se integra na busca de uma posição solidária do bloco latino-americano em relação sobretudo aos Estados Unidos. No Brasil, o interesse em ressaltar o

sentido político para a viagem tornou-se particularmente significativo, justificando a iniciativa de Echeverría em destacar seus encontros com Geisel, como momentos fundamentais de seu roteiro continental. "Não vim aqui só para estimular negócios óbvios, industriais e comerciais, mas também para algo mais importante e certamente de maior transcendência: incrementar o conhecimento de povo a povo, estreitar a união latino-americana, já que interesses alheios à América Latina, por muitos meios, desde os dias em que se começou a luta pela independência de nossos países, nos mantiveram muito divididos" — disse ele, em Brasília, logo depois de ser homenageado pelo Congresso.

Neste sentido, todas as suas atenções se voltaram, em São Paulo, Rio e Brasília, contra a possibilidade de se esgotar sua estada no Brasil dentro de um ângulo puramente econômico. Foi esta preocupação que o levou a acrescentar à agenda protocolar do Itamaraty um roteiro paralelo em que se incluiu o encontro com um eclético grupo de intelectuais reunidos na casa

do sociólogo Hélio Jaguaribe, no Rio. Lá debateram, durante uma noite de ecumenismo ideológico, iniciada às 23 horas e concluída às 6 horas da manhã do dia seguinte, o ex-ministro do Planejamento, Roberto Campos, o empresário Antônio Gallotti, os professores Rômulo de Almeida, Celso Lafer, Cândido Mendes e Fernando Henrique Cardoso (ver matéria ao lado), entre outros.

Além de ser um episódio singularmente estranho nas agendas de todos os outros chefes de Estado que visitaram recentemente o Brasil, a reunião noturna com os intelectuais somou-se a explícitas declarações políticas feitas por Echeverría em todos os outros momentos de sua visita — incluindo neles, mesmo depois da supressão de dois parágrafos, o seu discurso de resposta à discreta e formal saudação do presidente Ernesto Geisel, durante o jantar que foi oferecido aos visitantes no Palácio do Itamaraty, em Brasília.

Esgrimindo a sua espada de cruzado do Terceiro Mundo, disse Echeverría: "Os povos da América Latina

estamos obrigados a buscar novas fórmulas de colaboração que, respeitando as particularidades de cada um, nos permitam alcançar metas comuns. Precisamente as nossas: não as de potências e consórcios que exportam a nossas pátrias falsas prosperidades".

• "Para que esta colaboração seja duradoura, é necessário que em cada país ibero-americano se fortaleça a integração nacional e se amplie o apoio popular na representação política".

• "As metrópoles coloniais, desde a perspectiva de poder, têm sempre acreditado que todo modelo cultural alheio ao seu é de menor valor".

• "Como povos do Terceiro Mundo diante dos grandes centros de poder mundial, cabe-nos defender a soberania sobre nossas riquezas e o inalienável direito de escolher a organização e o sistema político e econômico que melhor correspondam à nossa realidade e interesses".

• "A soberania nacional sobre os recursos naturais; o direito de imprimir à propriedade privada as modalidades ditadas pelo interesse público; a ilegitimidade das pressões econômicas para reduzir a soberania política dos Estados; a sujeição do capital estrangeiro às leis do país ao qual se dirige e outros princípios de caráter reivindicativo que o México defende nos foros internacionais se

originam das grandes lutas de nosso povo".

• "Durante anos as estatísticas globais do crescimento econômico de meu país puderam fazer pensar que havíamos triunfado sobre o sub-desenvolvimento, porém bastava ver a realidade social circundante para nos convencer do contrário".

Continuadas durante as visitas ao Congresso e ao Supremo Tribunal Federal, estas declarações de sonoro conteúdo político foram traduzidas, na entrevista coletiva que reuniu em Brasília os 87 repórteres e fotógrafos que acompanhavam a comitiva mexicana, aos jornalistas brasileiros. Mesmo negando que tenha falado sobre a reintegração de Cuba na Organização dos Estados Americanos com o presidente Geisel — motivo que classificou de prioritário para a atual visita, em entrevista anterior dada ainda no México — Echeverría reiterou com ênfase os propósitos de seu país de lutar contra o bloqueio econômico à ilha (Opinião n.º 88). E para os que ainda mostravam-se céticos em relação ao sentido político de sua estada no país, prometeu solenemente: "O meu encontro com os intelectuais será transformado em livro. Ele vai mostrar claramente a importância política de minha visita ao Brasil".

A ECONOMIA

Mercado de capitais Alterando as regras do jogo

Depois de vários dias de expectativa, durante os quais empresários, banqueiros e jornalistas especializados fizeram inúmeras especulações sobre o seu provável conteúdo, saiu finalmente a 24 de julho a legislação estabelecendo um novo regime para o Imposto de Renda e o mercado de capitais. As alterações foram apresentadas numa verdadeira chuva legislativa — dois decretos-leis, sete resoluções e uma circular do Banco Central.

A grande vedete da nova legislação é o decreto-lei 1.338, que reestruturou o Imposto de Renda. A modificação básica introduzida está no cálculo das deduções do Imposto de Renda, que antes eram feitas com base na renda bruta auferida pelo contribuinte e passaram agora a ser realizadas em função do imposto devido.

A legislação anterior previa uma série de estímulos a certas aplicações financeiras (como por exemplo depósitos em caderneta de poupança ou compra de ações de empresas situadas no nordeste e na Amazônia) por parte das pessoas físicas, permitindo que determinadas percentagens das quantias aplicadas fossem abatidas da renda bruta, até o limite de 50% da mesma. Esse sistema gerava uma séria distorção: os contribuintes de rendas mais elevadas eram os que mais se beneficiavam do sistema de isenções fiscais e acabavam pagando menos Imposto de Renda. Diretores de empresas com renda bruta superior a 300 mil cruzeiros por ano eram às vezes menos gravados do que profissionais liberais ou assalariados que ganhavam em torno de 50 mil cruzeiros.

Para eliminar essa distorção a nova legislação estabelece que os contribuintes com renda até 57 mil cruzeiros anuais podem descontar até 60% do Imposto de Renda devido, enquanto os contribuintes com renda bruta superior a 301.600 cruzeiros podem deduzir no máximo 30%. O Imposto de Renda a ser pago por todos os contribuintes, inclusive os de renda mais baixa, vai no entanto aumentar. Assim, um contribuinte que tenha uma renda bruta anual de 57 mil cruzeiros pagava antes 1.559 cruzeiros e agora vai pagar 2.731 cruzeiros (mais 75,2%) e um outro que percebia 450 mil cruzeiros por ano desembolsava 69.662 cruzeiros e agora pagará 127.513 (mais 83%).

Além de eliminar distorções no



Imposto de Renda, o decreto-lei 1.338 tem um outro objetivo: estimular a poupança a longo prazo. Para atingi-lo foram criados incentivos fiscais à compra de ações, obrigações reajustáveis do tesouro nacional, letras imobiliárias, letras de câmbio e outros papéis, com prazos não inferiores a dois anos. Assim, por exemplo, quem comprar 100 mil cruzeiros de letras de câmbio pode descontar 4% dessa aplicação, ou seja, 4 mil cruzeiros, do Imposto de Renda a pagar.

Bolsa: a grande beneficiada

O mercado de ações ganhou uma importante inovação com o decreto-lei 1.338: o investidor pode agora deduzir do seu Imposto de Renda 6% do valor da compra em Bolsa de ações de sociedade de capital aberto. Para evitar manobras especulativas com as ações beneficiadas, ficou estabelecido que elas ficarão em custódia — ou seja, indisponíveis para negociação — durante dois anos.

Um outro incentivo às Bolsas foi dado através dos Fundos 157, alimentados com recursos do Imposto de Renda, que poderão aplicar 100% de seus recursos em Bolsa. A nova legislação estabelece que 70% dos recursos dos Fundos 157, que deverão no total atingir 1 bilhão de cruzeiros este ano, têm que ser aplicados em "ações de sociedades anônimas de capital aberto controladas por capitais privados nacionais, adquiridas por subscrição ou em Bolsa de Valores". Entre estas não estão incluídas as instituições financeiras. Isso significa que grande parte dos recursos dos Fundos 157 não poderão ser utilizados para comprar ações da Vale do Rio Doce, Petrobrás ou Banco do Brasil (por serem controladas pelo governo), ações de bancos comerciais e de empresas estrangeiras como Pirelli, Souza Cruz e Belgo-Mineira. O objetivo dessa medida é fortalecer as pequenas e médias empresas nacionais, que sofrem de aguda falta de liquidez e foram muito atingidas

pela limitação de crédito adotada este ano pelo governo para combater a inflação.

Com relação ao mercado de ações houve também a preocupação de estimular a poupança do contribuinte de renda média ou baixa, evitando-se vantagens semelhantes ao contribuinte de ganhos elevados. No recebimento de dividendos ou bonificações em dinheiro, o aplicador em ações ao portador não identificado pagará 15% de imposto sobre os dividendos de empresas de capital aberto e 25% para as demais. No caso de contribuintes identificados, acionistas de uma empresa de capital aberto, o imposto de 15% poderá transformar-se, quando da apresentação da declaração de renda, num "desconto" de 2,5 vezes o valor recolhido, ou o equivalente a 37,5% do dividendo recebido. A intenção desse tratamento desigual — taxa compulsória do investidor não identificado e prêmio de 2,5 vezes o imposto pago pelo investidor identificado — tem por objetivo penalizar o contribuinte de altas rendas que realiza grandes ganhos de capital, aplicando em ações no anonimato, e não paga Imposto de Renda progressivo sobre esses ganhos.

Estímulos aos títulos privados

O decreto-lei 1.338 procurou também estimular a procura de títulos privados de renda fixa (letras de câmbio, letras imobiliárias, depósitos a prazo, debêntures e cédulas hipotecárias), aumentando seu poder de competitividade em relação aos títulos governamentais de renda fixa (obrigações reajustáveis do tesouro nacional e letras do tesouro).

Nos últimos meses a procura de títulos governamentais aumentou rapidamente devido não só à segurança que apresentam mas também em função da sua rentabilidade, que estava acima dos papéis privados. Explicando melhor: as letras de câmbio ofereciam, por exemplo, uma rentabilidade de 24% ao ano, porque sua correção monetária é pré-fixada pelas autoridades do Banco Central. Os papéis governamentais (LTN, ORTN) por sua vez têm sua correção monetária estipulada em função da inflação, ou seja, a posteriori. Se a inflação constatada é de 30%, por exemplo, a correção fixada é de 30%. Como esse ano a inflação no primeiro semestre já ultrapassou 20%, isso significa que o proprietário de uma LTN receberá mais de 20% de correção de janeiro a junho, ou seja, quase a mesma coisa que os 24% que o comprador de uma letra de câmbio vai conseguir de janeiro a dezembro.

Para estimular o investidor a aplicar

novamente em títulos privados de renda fixa, o governo aumentou a remuneração das letras de câmbio e depósitos a prazo fixo em 2% e permitiu que 4% das aplicações nesses títulos fossem descontados do Imposto de Renda devido. A verdade no entanto é que a competitividade dos títulos privados vai ser determinada em grande parte pela inflação nos próximos meses. Caso ela seja muito elevada, os aplicadores vão continuar preferindo ORTNs e LTNs; caso seja inferior aos rendimentos oferecidos pelas letras e depósitos a prazo fixo, os aplicadores se voltarão para os títulos privados.

A nova legislação estabelece também que tanto os títulos privados como os governamentais não deverão ter prazos inferiores a 12 meses. Os juros pagos por esses papéis sofrerão uma taxa de 20%, para prazos entre 12 e 24 meses, e apenas 14% para prazos superiores a 48 meses. Com isso o governo deseja estimular as aplicações a longo prazo. Além disso, "os juros de que trata este artigo não poderão ser pagos a intervalos inferiores a 30 dias, vedada qualquer antecipação, podendo o Conselho Monetário Nacional elevar essa periodicidade mínima em relação aos investimentos que especificar". Embora o texto não seja muito claro, isso parece indicar que os papéis que forem revendidos a prazos inferiores a 30 dias não poderão receber juros. Com isso estaria eliminado o "jogo de ganhar juros" de uma série de grandes empresas que negociam papéis a prazos curtíssimos (de até três dias) no mercado aberto e acumulam enormes "lucros não operacionais".

Folga no crédito bancário

As pequenas e médias empresas talvez possam respirar um pouco mais aliviadas de agora em diante. Foi autorizada pela nova legislação a liberação de 4% dos depósitos compulsórios dos bancos comerciais para financiamento a pequenas e médias empresas industriais e comerciais. Isso significará uma liberação de Cr\$1,5 bilhão, sendo 500 milhões dos bancos comerciais e o restante do Banco Central.

Até o momento os banqueiros e empresários estão digerindo todas as modificações estipuladas pela nova legislação. Espera-se que os negócios em Bolsa sejam reativados, que aumente a procura por títulos privados de renda fixa e que as pequenas e médias empresas não fiquem tão sufocadas pela falta de crédito. Porém, como assinalou o ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen, serão necessários pelo menos três meses para saber como o mercado reagirá a todas essas inovações.

NEGÓCIOS

Pedro Pinheiro

Inflação Os cálculos contraditórios

Há indícios suficientes de que o próprio governo vem sendo seguidamente surpreendido pela evolução da inflação. Já antes de sua posse, o ministro Mário Henrique Simonsen afirmava que após alguns reajustes nos dois primeiros meses do novo governo os preços deveriam evoluir em 1974 de uma maneira mais ou menos semelhantes à de 1973.

Em março, quando a inflação acumulada (medida como índice geral de preços — disponibilidade interna) havia atingido 9,8%, o ministro da Fazenda vinha tranquilizar o empresário de todo o país dizendo tratar-se de um trimestre atípico. Conhecidos os dados de abril (alta de 5,1%), atípico passou a ser também o quadrimestre.

Os dados de junho revelaram uma inflação de 2%, sensivelmente menor do que a dos meses anteriores, e o fato foi oficialmente anunciado como sinal evidente da perda de impacto na ascensão dos preços, que deveria refletir-se também numa evolução menor nos meses seguintes, embora todo o semestre devesse ser considerado atípico.

No entanto, Simonsen dia 24 de junho último voltou a confirmar que ainda em julho os números deveriam manter-se acima da casa dos 2% por causa dos aumentos da carne, dos óleos comestíveis e do café.

O secretário de Planejamento da presidência da República também vem fazendo afirmações que não deixam de criar certa confusão. A 3 de maio último, Reis Velloso recomendava aos empresários reunidos num almoço da Confederação Nacional da Indústria que para efeito administrativo em seus negócios levassem em conta uma inflação da ordem de 20 a 22% para todo o ano. Depois, alguns jornais publicaram entrevista que teria sido concedida à Rádio e Televisão Francesa em 8 de julho na qual o secretário Velloso havia previsto uma inflação de 32% em 1974. No dia seguinte, um desmentido oficial desautorizava as estimativas.

No entanto, o próprio ministro Mário Simonsen, em diálogo aos homens de empresa do Rio Grande do Sul, admitia que até o fim do ano poderia ser contabilizada uma inflação média mensal de 1,5% ao mês que somados aos 22,8% do primeiro semestre chegam a um pouco mais de 32%.

Quando em maio fixaram-se as novas taxas de juros para as letras de câmbio e para os depósitos a prazo fixo, a correção monetária prevista para a remuneração dos títulos (considerados juros de 9%) foi de 15 a 17% para o período maio de 1974 a maio de 1975. No entanto, dia 24 último (portanto um pouco mais de dois meses após o início da vigência das novas taxas) o Conselho Monetário Nacional reajustou novamente em 2% as taxas de remuneração das letras de câmbio e dos depósitos a prazo fixo, reconhecendo assim que a inflação se mostra mais virulenta do que anteriormente esperado.

Hoje os empresários parecem convencidos de que pelo menos todo 1974 será um ano atípico. E bom número de instituições financeiras do país, ao planejarem suas atividades do semestre, estão contando com uma inflação superior a 35%, maior portanto do que a das contas do ministro.

Hoechst: dedetizando os concorrentes

Há poucos meses, o DDT (Dicloro Difênil Tricloreto) apareceu nos jornais como o novo bandido destruidor da ecologia e envenenador de gado e de gente. Agora, ele está envolvido em outros episódios, embora

desempenhe um papel um pouco diferente.

A Hoechst, única produtora nacional (cerca de 5 mil toneladas esperadas para 1974), em outubro do ano passado, havia reunido todas as firmas consumidoras e distribuidoras do produto no varejo e propôs a importação de mil toneladas apenas para abastecer diretamente a Bayer, a Nortox e a Shell, dado que o DDT estava bastante escasso no mercado externo e só essas mil toneladas estavam disponíveis para compra imediata. (Na ocasião, só a Hoechst podia importar a quantidade necessária para complementar o consumo interno.) Nessa reunião, prometera que os outros clientes menores seriam supridos com remessas posteriores. No entanto, a Hoechst, alegando absoluta escassez de DDT no mercado externo, deixou de importar a quota que se destinaria às outras empresas que, dessa maneira, perderam para as grandes parte de sua participação no mercado distribuidor.

Ainda nem bem refeitos desse percalço, os clientes da Hoechst estão surpreendidos com outra peça. O Conselho Interministerial de Preços (CIP) fixou o preço do DDT na concentração de 100% em Cr\$ 4,40 por quilo (em outubro estava em torno de Cr\$ 2,40). No entanto, desde junho a Hoechst passou a fornecer o DDT apenas na concentração de 45%, diluído em xilol, produto final que surpreendentemente não é controlado pelo CIP.

O preço pedido pela Hoechst pelo DDT 45% é de Cr\$ 4,50 por quilo equivalente em cerca de Cr\$ 9,00 ao produto concentrado em 100%. Quer dizer: os preços estão 126% acima da tabela do CIP.

E não param aí os problemas das empresas que dependem do DDT para formular defensivos agrícolas. Com a interrupção do fornecimento do produto em pó, as misturadoras estão obrigadas a produzir apenas defensivos líquidos. Além disso, além de ter que absorver os aumentos de preço, o agricultor, que é o consumidor final do produto, terá que se reequipar para poder aplicar os defensivos na forma líquida.

Pelo menos até agora as misturadoras não encontraram uma solução para conseguir o DDT 100% ou mesmo na concentração de 50% sob a forma sólida. As importações, bastante difíceis por causa da escassez internacional do produto, aparentemente estão bloqueadas pela Hoechst, que teria impedido um fabricante japonês (dependente de suas matérias-primas) de concluir algumas vendas para o Brasil, através da Mitsubishi.

Hoje parece haver disponibilidade de DDT apenas na Montrose (que tem fábricas na Califórnia e no México), que por sua vez tem ligações com a Stauffer, da Alemanha. Esta, no entanto, só fornece o DDT à Hoechst, também alemã.

A queda nos negócios

Primeiro, começaram as queixas dos varejistas, descontentes com a diminuição do ritmo de saída de mercadorias nas lojas de artigos domésticos, de confecções, bazares e até nos supermercados. Depois, esses dados começaram a ser confirmados com informações sobre quebra de vendas de veículos usados e pela sensível redução de consultas aos serviços locais de proteção ao crédito (que denotam menor interesse pelas compras a prestação). Agora, os próprios índices de arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM) pelos estados revelam uma importante diminuição no nível dos negócios no país. (O ICM é um

indicador importante para aferir a evolução dos negócios porque é um imposto que é recolhido sobre todas as transações comerciais, tanto no varejo como no atacado.)

As estatísticas de junho ainda não são todas conhecidas. Mas já se sabe que em relação ao mês de maio anterior, São Paulo arrecadou 13,9% menos, o Rio de Janeiro — 14,5%; Brasília (Distrito Federal) — 8,5%; Pará — 7,3% e Goiás — 7,2%.

Parte desse recuo pode ser atribuído à crise de crédito que levou as empresas a deixarem de recolher o imposto devido. Mas não há dúvida de que elas confirmam uma involução das compras por parte do consumidor — fato que se deve basicamente à contenção do crédito nas vendas a prestação e também à queda do poder aquisitivo devido à inflação.

Consumo Brasília, ano 14

Os terreiros de macumba são mil, aproximadamente; fala-se em preservação de áreas verdes; a administração pensa, para o setor do transporte urbano, em construir pistas elevadas, avenidas duplicadas e mesmo implantar o *monorail* ou o aerotrem para adaptar a cidade a seu próprio crescimento (a taxa, hoje é de 6,6% ao ano). Há um novo Código de Obras pronto. E uma relativa escassez de moradia. Em compensação, há uma das maiores rendas *per capita* do Brasil — 850 dólares anuais (ou Cr\$ 5.160,00 em bases atuais).

São Paulo de 420 anos? Não; Brasília, ano 14", diz a publicação *Marketing Global* da Rede Globo de Televisão. E para saber qual o mercado consumidor dessa cidade, constituída por 126 mil famílias com renda mensal de cerca de 350 milhões de cruzeiros, a Globo encomendou uma pesquisa ao IBOPE, que sorteou 250 ruas, cadastrou todos os seus moradores e investigou mil domicílios.

A pesquisa demonstrou, por exemplo, que a renda em Brasília é altamente concentrada: os 50% mais pobres (renda domiciliar até Cr\$ 1.600,00) detêm 17,6% da renda e a metade mais rica fica com 82,4%. Pesquisas semelhantes sobre o Grande Rio (1) e o Grande Belo Horizonte (2) chegaram a resultados parecidos: os 50% mais ricos ficam com mais de 80% da renda e os 50% mais pobres com menos de 20%. Há algumas diferenças importantes, porém: "O segmento mais pobre (com renda domiciliar até Cr\$ 700,00) apresenta uma situação pior em Brasília do que no Rio e BH... Nos demais segmentos, a partição da renda é mais homogênea que nas cidades citadas", diz *Marketing Global*.

A exemplo do que acontece no Rio e em Belo Horizonte, as famílias mais pobres em Brasília utilizam praticamente toda a sua renda (mais de 93%) em despesas essenciais (alimentação, aluguel, educação, transporte, vestuário, médicos, gás, luz, telefone e prestações), não havendo sobras para lazer constante ou consumo de bens sofisticados. Já os mais ricos (com renda domiciliar superior a Cr\$ 5 mil) gastam apenas 39,5% de seus rendimentos com bens e serviços

essenciais. A capital federal é um excelente mercado para bens "supérfluos": a parcela da renda disponível para gastos que ultrapassam as necessidades básicas é de 45%, enquanto em BH é de 38% e no Rio de 35%. Nos domicílios que percebem até Cr\$ 700,00 por mês a renda que "sobra" é mínima (7%), mas chega a 60% nos segmentos mais ricos.

O consumo de gêneros alimentícios é liderado pelo arroz (adquirido em 95% dos domicílios), seguido do macarrão (85%), leite (83%) e o óleo de soja (72%). Repetindo o que aconteceu no Grande Rio e no Grande BH, alguns alimentos aparentemente essenciais — como o feijão e o pão — não aparecem entre os mais comprados, o que pode significar que em muitas famílias a dieta alimentar está se tornando cada vez mais restrita devido ao elevado preço dos gêneros.

Mais automóveis

As peças fundamentais do domicílio de Brasília são o fogão a gás de botijão (presente em 91,8% dos domicílios), a televisão em preto e branco (73,6%), a máquina de costura (69,9%), o rádio transistor (60,6%), a geladeira (59,2%) e o liquidificador (56,6%).

Dentre os bens de consumo durável mais caros, o automóvel ocupa uma posição de destaque em Brasília aparecendo em 22,8% dos domicílios, em comparação com 17,6% no Rio de Janeiro e 14,2% em Belo Horizonte. O número de carros licenciados vem aumentando vertiginosamente, pulando de 28.764 em 1969 para 74.414 em 1973, ou seja, um crescimento de 150% em apenas quatro anos. Em 1965, Brasília tinha um automóvel para 18,5 habitantes; no ano passado, o índice era de um automóvel para sete habitantes, o que provavelmente revela que, relativamente ao número de habitantes, Brasília é a cidade do país que mais automóveis possui.

Essa crescente presença do automóvel na capital federal é provocada em parte pela existência de um péssimo sistema de transportes coletivos e pela sua característica de cidade criada para o automóvel.

(1) Guanabara, Niterói, Duque de Caxias, Nova Iguaçu, São João de Meriti e São Gonçalo.

(2) Belo Horizonte, Betim, Caetés, Contagem, Itabirito, Nova Lima, Lagoa Santa, Matozinhos, Raposos, Sabará e Santa Luzia.

Café

Mais 50%

A novela do café, a exemplo do que aconteceu com a carne e o óleo de soja, não teve um final feliz para o consumidor brasileiro. O café em pó subiu de Cr\$ 9,00 para Cr\$ 13,50 o quilo e o cafezinho deve passar de 0,40 para 0,60 centavos.

Há três meses as exportações de café estão semiparalisadas. Todas as tentativas do Instituto Brasileiro do Café (IBC) para reativar os negócios externos até agora falharam. Os torrefadores americanos, com um cómodo estoque de 7 milhões de sacas, não estão muito interessados no produto brasileiro, que está mais caro na Bolsa de Mercadorias de Nova York do que os cafés "suaves" da América Central, que são de melhor qualidade.

Resultado: grandes quantidades de café estão encalhadas nos portos de Santos e Paranaguá.

Para escoar esse café o IBC anunciou no dia 12 de julho que não subsidiaria mais as indústrias torrefadoras, suprindo 60% de suas necessidades de matéria-prima com sacas do seu estoque estratégico que eram vendidas a Cr\$ 155,00 quando o preço de mercado era de Cr\$ 350,00. As torrefadoras a partir de então teriam que comprar todo o café de que necessitassem dos produtores e comerciantes, ao preço de mercado. Para compensá-las a SUNAB liberou o preço do café no varejo, que estava tabelado em Cr\$ 9,00 o quilo.

Uma semana depois, porém, a Assessoria Econômica do Ministério da Fazenda solicitou aos torrefadores que adiassem o aumento de preços até agosto. Provável motivo: o café em pó e o cafezinho têm um peso de 1,42% na formação do índice do custo de vida calculado pela Fundação Getúlio Vargas para a Guanabara. Como o café ia subir 50%, o impacto sobre a elevação do custo de vida em julho seria de 0,7%. O Ministério da Fazenda, preocupado com a rápida elevação dos preços nos últimos meses, queria transferir esse aumento para agosto.

Quando tudo parecia acertado para a volta ao esquema antigo um novo personagem entrou em cena: o Ministério da Indústria e Comércio, a quem está subordinado o IBC, não concordou com a manutenção do subsídio e o café subiu mesmo de preço.

Petróleo

Enquanto no Brasil crescem as pressões para que se adote uma espécie de "fórmula flexível" para o monopólio estatal do petróleo, através da permissão da entrada do capital estrangeiro no setor, na Argentina a presidenta Isabelita Perón enviou ao Congresso um projeto de lei com o objetivo de estatizar e nacionalizar definitivamente toda a atividade petrolífera naquele país.

O projeto pede uma revisão dos atuais contratos mantidos com empresas privadas de maneira a permitir que a empresa estatal Gáz del Estado detenha em suas mãos a exclusividade de todas as operações industriais e comerciais da atividade petrolífera. "desde a prospecção, perfuração prospectiva e comercial, até a refinação e comercialização dos produtos". (No Brasil, o monopólio não incluiu o setor de comercialização.) Ainda pelo projeto, a Gáz del Estado não poderá mais conceder qualquer área do território nacional argentino para que as companhias estrangeiras nelas façam explorações e nem poderá fazer qualquer tipo de "contratos de serviços" (fórmula que se quer adotar no Brasil) com estas companhias que impliquem no pagamento em espécie — isto é, em petróleo.

Desde que os países produtores de petróleo decidiram elevar o preço do produto, foram várias as especulações sobre quais seriam os possíveis prejudicados pelo aumento: se os países subdesenvolvidos, se os desenvolvidos (os consumidores). Mas está cada vez mais claro que nas listas dos possíveis prejudicados nunca figuram as grandes companhias petrolíferas internacionais.

Segundo estudo recente feito pelo Chase Manhattan Bank, as 30 maiores companhias petrolíferas do mundo — entre elas 26 norte-americanas — aumentaram no segundo trimestre deste ano os seus lucros em mais de 130%, em relação a igual período do ano passado: os lucros pularam de 3,20 bilhões de dólares para 7,37 bilhões. Os lucros da Exxon cresceram 67%; os da Standard Oil de Indiana teriam subido na espetacular proporção de 131% e a Shell conseguiu ampliá-los em 76%. A Tenneco Inc. — um conglomerado petrolífero — apresentou lucros de 87,6 milhões, duplicando seus ganhos.

DISTRIBUIÇÃO DA RENDA NO GRANDE RIO, GRANDE BH E BRASÍLIA

| Regiões | 50% mais pobres | 50% mais ricos |
|------------|-----------------|----------------|
| Grande Rio | 18,0% | 82,0% |
| Grande BH | 16,0% | 84,0% |
| Brasília | 17,6% | 82,4% |

Fonte: IBOPE-Rede Globo de Televisão.

Automóveis

Os problemas do Passat

"O Passat é bonito". "O Passat é possante". "O Passat já chegou badalado". Essas e outras categóricas afirmações constam dos enormes anúncios que a Volkswagen espalhou recentemente pelas principais revistas e jornais do país, para apresentar as virtudes do seu novo carro. Segundo a revista *Quatro Rodas*, o Passat "é de fato o carro mais revolucionário já criado pela Volkswagen, totalmente fora dos padrões tradicionais da marca". Em termos mecânicos ele nada tem a ver com o Fusca e seus parentes próximos, a começar pelo fato de que é refrigerado a água e seu motor é na frente.

Para o presidente da Volks do Brasil, Wolfgang Sauer, o Passat representa uma alternativa para os consumidores que começaram com o Fusca e com o tempo saíram em busca de outras marcas. "Esperemos que, agora, eles voltem", diz ele. Explicando melhor: com o Passat, a Volks pretende penetrar na disputadíssima faixa dos carros médios, que deverão representar mais de 50% das vendas de automóveis este ano. Com o Volks 1.600 (que já deixou de ser fabricado) e o TL a empresa fez duas tentativas fracassadas de resistir à crescente presença de outros carros, iniciada com o Opala da General Motors e o Corcel e reforçada recentemente com o Dodge 1.800, o Maverick e o Chevette.

Alguns revendedores mostram-se céticos a respeito do impacto que o Passat deverá causar junto aos consumidores. Em sua opinião o Passat é muito caro: o modelo mais barato custa Cr\$ 31.700,00 e o mais luxuoso Cr\$ 33.390,00. Enquanto isso, um de seus mais sérios concorrentes, o Corcel — de ampla aceitação no mercado

brasileiro, com vendas superiores a 34 mil unidades no primeiro semestre — fica por Cr\$ 27.400,00 o modelo *standard* e Cr\$ 30.100,00 o modelo de luxo. Além disso, o Passat é um carro ainda não testado no mercado brasileiro e como apresenta muitas inovações em relação aos outros modelos da Volks poderá ser olhado com desconfiança pelo consumidor. Essa particularidade aliás está sendo intensamente explorada pela Ford, na sua ofensiva publicitária para ofuscar o Passat. Encabeçando o anúncio do Corcel aparece a frase: "Esse é o carro. Com a vantagem de não estar começando hoje". No meio do anúncio há um outro ataque direto ao Passat: "Diferente daquelas novidades que deixam você pensando: Será que funciona? Será que vai dar certo? Nós não começamos hoje. Você pode ficar tranquilo".

Para a Volks, no entanto, o Passat deve ser um êxito. Segundo um engenheiro da empresa, ele foi lançado em meados de 1973 na Europa e, "entre todos os outros modelos VW, é o que menos tem sofrido as consequências de uma certa retração na demanda". Na Alemanha, até o fim do ano passado já haviam sido vendidas 100 mil unidades e no início de 1974 o carro foi lançado no mercado americano com o nome de Dasher, tendo sido vendidas 10 mil unidades em três meses.

Apesar do presidente da Volks afirmar que o lançamento do Passat foi precedido de uma cuidadosa estratégia de *marketing*, alguns revendedores acham que ele apareceu no momento errado porque o mercado de automóveis não está passando por uma boa fase. Aparentemente a situação estaria tranquila porque a produção alcançou no primeiro semestre 412.539



veículos — o que representa um aumento de quase 23% em comparação com o período de janeiro/junho do ano passado. Esse dado, no entanto, é ilusório: a produção em 74 cresceu apenas 4,7% em relação ao segundo semestre de 1973.

Esse modesto acréscimo de produção é atribuído pelos fabricantes à falta de matérias-primas, que vem provocando irregularidade no fornecimento de peças. Na realidade, no entanto, o que ele reflete é principalmente a retração da demanda. A venda da maior parte dos revendedores de automóveis caiu em junho e a Associação Brasileira de Revendedores de Veículos (ABRAVE) registrou no final desse mês um incômodo estoque de 7.800 carros novos nas lojas de São Paulo e de 4.500 nas lojas do Rio de

Janeiro. Segundo Afonso Costa, diretor de vendas da Companhia Santo Amaro, revendedora da Ford no Rio, sua companhia vendia no início do ano uma média de 280 carros por mês. "Agora, estamos colocando uma média de 100 carros e, para conseguir isso, precisamos gastar verbas consideráveis com propaganda", afirmou ele à revista *Veja*.

A retração da demanda foi provocada: 1) pelo aumento dos preços da gasolina, que afastou os consumidores de carros "bebedores" como o Galaxie e o Dodge Dart; 2) pela perda de poder aquisitivo causada pela inflação, que já ultrapassou os 25% este ano; e principalmente 3) pelo limite de 24 meses para resgate das promissórias resultantes do financiamento de um carro, o que aumentou substancialmente o valor das

prestações. Isso eliminou do mercado uma boa parte dos consumidores de classe média a quem eram oferecidos prazos de pagamentos de até 40 meses.

De qualquer forma, o lançamento do Passat veio confirmar uma velha tradição da indústria automobilística brasileira, que em geral fabrica carros caros e pouco econômicos. O modelo LS faz apenas 8,5 quilômetros por litro de gasolina e o L, cerca de 9 quilômetros, enquanto o Corcel faz em média quase 10 quilômetros. Além disso, o Passat é 12 mil cruzeiros mais caro que o automóvel mais barato existente no país — o já caríssimo Fusca, que custa em torno de 19 mil cruzeiros (ou 50 vezes o maior salário mínimo do país). A sua única vantagem com relação aos modelos já existentes é que ele obedece a normas de segurança mais avançadas.

O MUNDO

Estados Unidos Conseguirá Richard Nixon escapar da cadeia?

Em menos de 72 horas Richard Nixon sofreu as três maiores derrotas políticas de sua vida, que podem ser decisivas para que antes do fim desse ano seus adversários políticos assistam à cena que tanto esperam: ver o cidadão Richard M. Nixon esvaziar as gavetas de seu escritório na Casa Branca e deixar desconsolado o local onde exercia o cargo de presidente dos Estados Unidos. Outros esperam algo mais: vê-lo arrumando as malas e se mudando para uma prisão federal, onde talvez seja condenado a cumprir penas pelos diversos crimes de Watergate. Isso, a menos que ele prefira fazer como Robert Vesco, seu milionário amigo e colaborador que ao se ver caído pela Justiça simplesmente se exilou na Costa Rica.

Mas por enquanto isso é apenas desejo dos adversários de Nixon, desejo que ficou mais próximo do possível quando a Corte Suprema dos Estados Unidos decidiu que o presidente não tinha o "privilégio executivo" de reter provas necessárias em um julgamento, sob a alegação de que essas provas — 64 gravações de conversas suas e de seus auxiliares que estão sendo julgadas — continham matérias prejudiciais à segurança nacional.

No dia 24, a Suprema Corte, por unanimidade, tomou a histórica decisão de considerar que "cabe ao Poder Judiciário e não ao presidente decidir sob o alegado privilégio do Executivo, pois o privilégio de reter material probatório considerado relevante num processo judicial

estabeleceria limitações ao exercício da Justiça". As fitas (tinham sido pedidas judicialmente à Casa Branca pelo promotor especial para o caso Watergate Leon Jaworsky para serem de provas no julgamento de seis ex-auxiliares diretos de Nixon. As gravações inculpariam ou inocentariam seus ex-auxiliares e possivelmente implicariam. Por isso Nixon julgou melhor retardar ao máximo a entrega dessas fitas, negando-se a entregá-las a Jaworsky, que não teve alternativa senão apelar para a mais alta instância da Justiça americana, a Suprema Corte. Essa não era a primeira vez que Nixon se via nessa situação: no ano passado o então promotor especial para Watergate, Archibald Cox, também pediu judicialmente várias fitas, mas Nixon além de negá-las demitiu-o bem como forçou a renúncia do procurador-geral da República, que se recusava a demitir o incômodo promotor. Jaworsky, que sucedeu Cox, mostrou a firme disposição de levar as investigações até as últimas consequências.

Nixon, decepcionado, aceitou o veredito da Corte Suprema. Mas não foi essa sua única derrota, na Corte Suprema: ele sofreu outra, tão importante como a de ser obrigado a entregar provas que possivelmente o incriminam. No mesmo julgamento, a Suprema Corte julgava a constitucionalidade de se nomear o presidente como "co-conspirador", o que fora feito por um Grande Júri que

investiga Watergate. O Grande Júri, ao examinar as provas que dispunha da participação de Nixon na obstrução das investigações de Watergate, decidiu que existiam evidências suficientes para nomeá-lo como "cúmplice". A Corte Suprema considerou-se incompetente para julgar a decisão do Grande Júri, e portanto Nixon continua nomeado como "co-conspirador" em Watergate.

Sua terceira derrota foi frente ao Legislativo. O comitê da Câmara que prepara o processo de *impeachment* votou favoravelmente ao seu julgamento político por 27 a 11. Agora a votação será levada ao plenário e é praticamente certo que o pedido de *impeachment* seja aceito pela Câmara, por maioria simples (50% dos votos mais um). Em seguida, o processo passará ao Senado, que é o encarregado do julgamento propriamente dito. Lá será decidido se Nixon permanece ou não no cargo de presidente dos Estados Unidos. A Câmara deverá decidir se apóia a recomendação do Comitê Judiciário da Câmara possivelmente até o dia 23 de agosto. Caso a Câmara aprove o pedido de *impeachment*, a Casa Branca disporá de três semanas para preparar sua defesa e o caso dará entrada no Senado, onde será julgado e condenado aproximadamente em dezembro, na hipótese de se conseguir uma votação de 2/3 dos senadores. Atualmente parece improvável que os adeptos do *impeachment* consigam os 2/3 dos 100 votos do Senado, mas em outubro, quando o Senado estiver debatendo a questão, simultaneamente estará sendo realizado o julgamento criminal de seis ex-assessores de Nixon, julgamento para o qual a Suprema Corte ordenou que Nixon fornecesse as 64 gravações. E nessas gravações podem estar os argumentos finais para que os senadores indecisos condenem Nixon, destituam-no do cargo de presidente, situação na qual, como todo cidadão americano, está sujeito a pagar pelos seus atos atrás das grades.

Cuba

As fórmulas da reaproximação

É cada vez maior o número de países latino-americanos que, de uma forma ou de outra, estão se aproximando de Cuba. A Colômbia assinou recentemente um primeiro acordo com o governo de Havana, sobre pirataria aérea e marítima — na realidade, um primeiro passo para o reatamento diplomático, ao que parece não muito distante. E Luís Echeverría, o presidente do México, em giro pela América Latina, nunca deixou de mencionar o problema em todos os países por onde passou (o México foi o único país a não romper com Cuba em 1964, quando esta foi expulsa da Organização dos Estados Americanos).

O Peru, desde 1968, após o golpe militar nacionalista, iniciou sua aproximação com Cuba, mantendo hoje estreitas relações políticas e econômicas com Havana, embora o presidente Aylarado ressalte sempre que os dois países seguem revoluções diferentes. A Argentina, depois da volta de Domingo Perón, no ano passado, rompeu definitivamente com o bloqueio econômico imposto pelo continente, sob a liderança dos EUA, aos cubanos. Começou a vender automóveis, tratores, enfim, todo tipo de transação comercial, atingindo a soma de 500 milhões de dólares, total que se esperava alcançar apenas ao fim de dois anos de intercâmbio entre os dois países.

O chanceler venezuelano, Efraim Schacht, já tornou público que seu governo "busca fórmulas" para restabelecer relações diplomáticas com

Havana. Outros dois países parecem também dispostos a fazê-lo, muito em breve: Equador e Panamá, cujo líder, o general Omar Torrijos, é considerado pelos cubanos como um amigo.

Colômbia, Venezuela, Equador e Panamá poderiam assim se somar à Argentina, México, Peru, Jamaica, Guiana, Trinidad-Tobago e Barbados (os quatro últimos não pertenciam à OEA em 1964 e nunca romperam com Cuba), no rol dos países que mantêm relações com o governo do primeiro-ministro Fidel Castro. O próprio líder cubano declarou recentemente a Pat Holt, secretário administrativo da Comissão de Relações Exteriores do Senado dos Estados Unidos, que "não tem objeções" a dialogar com o secretário de Estado Henry Kissinger, se o bloqueio econômico a Cuba for previamente levantado. Holt foi o primeiro funcionário norte-americano a ir a Havana, após muitos anos, aceito pelo governo cubano e autorizado pelo Departamento de Estado.

Mas parece difícil uma radical mudança da Casa Branca nos próximos meses, ou mesmo anos (Castro se diz disposto a "esperar todo o tempo que for necessário" — por tal mudança). Em relação aos países latino-americanos, o prazo deverá ser menor, e, até março do próximo ano, sem dúvida haverá uma definição quando será realizado em Buenos Aires o próximo encontro dos chanceleres da OEA, para o qual o México, Argentina e Peru já pediram a participação de Cuba.

Peru I

Jornais para as "maiorias"

Um novo passo foi dado pelo governo do presidente Juan Velasco Alvarado em sua política que pretende ser nacionalista e socializante, com a recente expropriação de 10 jornais peruanos. "Agora começamos a nova etapa; o jornal passará a servir às maiorias e não a grupos estreitos e a famílias", explicou o interventor Hector Carnejo Chavez, líder do Partido Democrata Cristão e membro do Conselho Nacional de Justiça, nomeado interventor para o matutino *El Comercio*. Enquanto falava, Carnejo era aplaudido pelos gráficos e redatores do jornal.

Além do influente *El Comercio*, um dos mais antigos diários latino-americanos, o decreto oficial expropriou ainda: *La Prensa*, *Correo*, *Ojo*, *Ultima Hora*, *La Nueva Cronica* e *Expresso*, todos matutinos, e os vespertinos *Aficion*, *La Tercera* e *Extra*. Segundo o decreto, apenas os jornais com tiragem inferior a 20 mil exemplares podem ser de propriedade privada. Os órgãos expropriados ficaram sob o controle de diversas categorias profissionais: o *Correo*, dos profissionais liberais — médicos, advogados, engenheiros, etc.; *El Comercio*, das organizações agrícolas; *La Prensa*, das organizações de trabalhadores; *Ojo*, de escritores, artistas e intelectuais; *Ultima Hora*, das cooperativas e organizações congêneres; e *Expresso*, das organizações educacionais. *La Nueva Cronica* foi o único a tornar-se estatal.

"É indispensável que os órgãos de imprensa mais influentes na formação da consciência nacional deixem de ser porta-vozes e defensores de interesses minoritários, sem contudo se transformarem em peças integrantes de um monopólio estatal, submetido ao poder público e monocórdico em seus julgamentos e apreciações". Assim justificou o governo, no decreto oficial, o ato de expropriação.

Um conjunto

Desde que assumiu a presidência, a 3 de outubro de 1968, após um golpe militar, o general Juan Velasco Alvarado tem adotado uma série de medidas, às vezes drásticas, que só podem ser entendidas dentro de sua perspectiva global nacionalista e socializante. Um dos primeiros atos de Alvarado — a 9 de outubro de 1968 — foi a nacionalização da International Petroleum Company (IPC), que o colocou em hostilidade frontal com o governo norte-americano. Em 24 de junho de 1969, promulgou uma radical lei de reforma agrária, determinando a expropriação de 9 milhões de hectares, entregues a camponeses ou comunidades agrícolas. No mesmo dia, foram ocupados os grandes complexos açucareiros, entregues posteriormente às cooperativas de seus trabalhadores.

Em abril do ano seguinte, as minas não exploradas pelos concessionários — estrangeiros em sua maioria — passaram, mediante decreto, ao controle estatal. Pouco depois, em julho, saiu a lei geral sobre indústrias,

reservando para o Estado as instalações básicas — papel, metalurgia não ferrosa, siderurgia, química básica, fertilizantes e cimento — e criando também a comunidade industrial para representar os trabalhadores que, por seu intermédio, passaram a participar da propriedade, administração e lucros das empresas. Em novembro de 1971, uma lei determinou novas bases para a educação: o ensino voltado para o trabalho.

No mesmo mês de novembro, outra medida governamental iria causar confusão nos meios jornalísticos continentais: uma lei geral de telecomunicações expropriou 51 por cento das ações das empresas de televisão e 25 por cento das companhias de rádio. E, em julho de 1972, a companhia peruana de telefones, da ITT, que operava em Lima, foi também expropriada. O mesmo ocorreu com outras empresas telefônicas do interior do país.

Em setembro, a eletricidade passou ao controle estatal. A 19 de abril de 1973, o Estado assumiu a comercialização dos fertilizantes, medida já adotada anteriormente em relação aos metais, pedras preciosas, café, papel-imprensa e algodão. A indústria produtora de óleo e farinha de peixe, dominada por interesses peruanos mas tendo também participação estrangeira, seria nacionalizada logo em seguida. E toda a produção de cimento, no final do ano passado, tornou-se monopólio estatal também.

A primeira medida deste ano, decretada no dia 1.º de janeiro, foi uma outra expropriação, dessa vez do grande complexo mineiro de propriedade da empresa norte-americana Cerro de Pasco Corporation. E, depois de anos de discussão e desentendimento, Peru e Estados Unidos conseguiram, a 19 de fevereiro, chegar finalmente a um acordo para a indenização de empresas

norte-americanas expropriadas, com exceção da International Petroleum Company. O gesto foi interpretado por Washington como um "ato de boa vontade" do governo de Lima, enquanto muitos observadores encararam-no como uma tentativa de reaproximação de Alvarado com os EUA. Essa tentativa estaria ligada à queda do governo Allende no Chile, que colocou o Peru em relativo isolamento no continente.

Em relação à imprensa, o último decreto de expropriação do governo peruano foi precedido de medidas como:

- Lei do Estatuto da Liberdade de Imprensa, a 30 de dezembro de 1969, que estabeleceu que apenas peruanos de nascimento poderiam constituir empresas jornalísticas ou serem proprietários de suas ações. O decreto concedia o direito de retificação de informações e obrigava a publicação de comunicados oficiais.

- Lei do Jornalista, a 6 de fevereiro de 1970, garantindo a estabilidade dos profissionais e o pagamento de horas extras e noturnas de trabalho, bem como de domingos e feriados.

- Expropriação dos jornais *Expresso*, *Extra* e da *Rádio Expresso*, em março de 1970.

- Pedro Beltran, diretor do *La Prensa*, foi obrigado a abandonar o cargo e vender todas as ações que possuía do jornal, por ter permanecido fora do país mais de seis meses.

- Estatização da produção dos programas de rádio e televisão, em 31 de outubro de 1973.

- O escritório da agência noticiosa Latin foi fechado a 15 de abril deste ano, "por realizar no exterior uma persistente e insidiosa campanha jornalística contra o governo".

- Fechamento da revista *Caretas*, em 13 de junho de 1974, "por seus contínuos e mal intencionados ataques à revolução peruana".

Peru II

O medo do isolamento

A política externa peruana, desde o golpe militar no Chile, sofreu alterações importantes. De lá para cá, o governo militar peruano assinou um acordo com os Estados Unidos, o presidente Velasco Alvarado propôs um encontro de oito chefes de Estado latino-americanos e recentemente o general Gustavo Leigh, membro da junta chilena, visitou o Peru pela primeira vez desde setembro.

Parece que o Peru está tentando encontrar um *modus vivendi* com seus novos vizinhos militares. No período de Allende, as relações entre Lima e Santiago eram claras: os dois governos tentavam libertar seus países da dependência econômica e ambos reataram relações diplomáticas com Cuba, Chile e Peru uniram-se no Pacto

Andino, a primeira alternativa econômica ao Brasil no continente, e questionaram a estrutura da Organização dos Estados Americanos (OEA).

Com a mudança de regime no Chile, pela primeira vez desde que tomaram o poder em 1968, os generais peruanos encontraram-se na vanguarda dos governos nacionalistas e independentes do continente. Ao mesmo tempo, viram com ansiedade a aproximação entre o Brasil, Chile e Bolívia. Isolados como estavam, os generais foram forçados a serem mais objetivos. As relações com Cuba, que há anos eram boas, tornaram-se mais cautelosas. O presidente Velasco Alvarado considerou necessário enfatizar que as revoluções peruana e cubana seguiam orientações ideológicas diferentes.

E o Peru tentou melhorar as relações com os Estados Unidos. A nacionalização de uma companhia americana de petróleo em 1968 resultou em um boicote da ajuda e créditos dos EUA. Em fevereiro último, o Peru concordou em pagar 70 milhões de dólares em compensação pela nacionalização das várias firmas norte-americanas. Em contrapartida, os EUA reconheceram esta soma como uma justa compensação, levantando o boicote. O presidente Velasco classificou o acordo como "benéfico", insistindo em que ele não alterava a posição peruana de readmissão de Cuba na OEA.

O acordo de fevereiro marcou o início de uma reaproximação norte-americana com o Peru. De acordo com fontes diplomáticas dos EUA, a reaproximação definitiva ocorrerá em outubro, quando o secretário de Estado Henry Kissinger deve visitar o

país, durante uma excursão pela América Latina. Espera-se mais pragmatismo nas relações entre o Peru e Argentina. No entanto, é no contexto latino-americano que deverá haver transformações ainda mais importantes na política externa peruana.

A presença dos militares em Santiago fez reviver um velho problema relacionado com a guerra de 1881, em que o Peru perdeu uma parte do seu território sul para o Chile. Em abril, o primeiro-ministro peruano advertiu duas vezes sobre o perigo de uma guerra chilena. Seguiu-se imediatamente um fortalecimento das já boas relações entre a Argentina e o Peru. A Argentina, velha rival do Brasil, compartilhava a ansiedade peruana quanto à aproximação brasileiro-chilena. Em abril, a Argentina advertiu a junta militar chilena de que qualquer ação contra o

Peru provocaria a mobilização da Força Aérea argentina contra o Chile. Em maio, Peru e Argentina assinaram uma declaração de solidariedade, e no mês passado a Argentina autorizou o crédito de 50 milhões de dólares ao Peru.

O presidente Velasco Alvarado aproveitou-se da ocasião do aniversário da independência em dezembro para convidar oito chefes de Estado latino-americanos a Lima. Será um encontro importante para as relações entre a Argentina, Peru, Venezuela, Panamá, Colômbia, Equador, Bolívia e Chile. Mas com a ausência de Perón e a situação de certa forma confusa na Argentina é extremamente duvidoso o apoio político que este país poderá dar ao Peru. Sem o apoio de uma sólida política externa argentina, o Peru poderá se encontrar isolado de novo. (Jane Monahan, The Guardian).

Israel

A direita em dificuldades

A direita radical anda enfrentando dificuldades em Israel. Depois de rejeitar mais uma vez (a terceira) a entrada do Partido Nacional Religioso na coligação governamental, o primeiro-ministro Yitzhak Rabin investiu, no final do mês passado, contra colonos judeus ortodoxos que se instalaram sem permissão próximo a Samaria, na margem ocidental do rio Jordão, território ocupado por Israel em junho de 1967, densamente povoado por árabes e que, provavelmente, será restituído à Jordânia de acordo com os planos de Telaviv.

Os colonos, aproximadamente 150, armaram suas barracas de campanha na área, burlando de alguma forma a vigilância dos postos militares de controle, em uma localidade vizinha a Sebastia, onde o reino bíblico de Israel teve sua capital nos séculos VII e VIII AC. "O governo deve reconhecer nosso direito ao estatuto judeu na terra de Israel antes de se preocupar com o estatuto palestino", afirmava um panfleto divulgado pelos colonos.

Mas o governo do premier Rabin, consciente do "barril de pólvora" que representaria um pequeno núcleo judeu em meio a milhares de árabes palestinos, decidiu reprimir os ortodoxos direitistas, prometendo-lhes, no entanto, uma compensação: seu estabelecimento em um acampamento militar mais a leste, distante dos centos povoados por árabes.

Confusão

O fato provocou certa confusão em Israel, com os direitistas revoltados pela ação governamental, e as forças de direita moderada, centro e esquerda indignadas pela ousadia dos colonos. O ministro do Trabalho Moshé Baram qualificou o ato como "muito grave", o Partido Mapam (aliado dos trabalhistas na coligação governamental) pediu a dispersão imediata, dos "colonos selvagens", enquanto o prof. Amnon Rubistein, decano da Faculdade de Direito de Telaviv, advertiu que a ação dos direitistas, poderia "inspirar os árabes a se instalarem em localidades em ruínas que se encontram em Israel".

O Partido Nacional Religioso (PNR) é contrário à devolução de qualquer pedaço da Cisjordânia (a região a oeste do Jordão) aos árabes. Consideram que o território, sendo parte do antigo reino de Israel, tem de ficar em posse dos judeus, abstraindo assim o fato de que hoje ele é densamente povoado por árabes palestinos, que trabalham na terra há vários séculos. Esse foi um dos motivos pelos quais o PNR ficou, pela primeira vez, fora da coligação governamental, formado em maio último. Recentemente, o grupo tentou novamente entrar para o governo, sendo mais uma vez barrado. Na ocasião, vários parlamentares ressaltaram que, se incluído no

governo, o PNR dificultaria as negociações de paz com os árabes. (Um outro fator que também impediu a entrada do partido foi sua concepção estreita sobre quem é judeu, baseada em rígidos preceitos da antiga ortodoxia hebraica, que impõe vários limites à conversão ao judaísmo e aos filhos dos convertidos.)

Um pouco, sim

O governo do primeiro-ministro Yitzhak Rabin não pretende absolutamente, como aliás tem declarado insistentemente nos últimos dias, devolver toda a Cisjordânia aos árabes. Mas concorda em restituir grande parte à autoridade civil jordaniana, com a manutenção apenas de força militares israelenses na região. Diferentemente do Sinai (egípcio) e das colinas de Golan (sírias, completamente evacuadas de seus habitantes durante a guerra de 1967), a Cisjordânia não poderia ser tranquilamente anexada por Israel, pois isto — colocando à parte os problemas gerais da região e os internacionais — enfrentaria forte resistência da população, que soma aproximadamente 400 a 500 mil palestinos, em uma área de proporções muito limitadas. De fato, desde 1967, são constantes os atos de sabotagem contra as forças de ocupação.

Nestes últimos sete anos, também, formou-se uma oposição organizada clandestinamente, que reivindica a independência da Cisjordânia da ocupação israelense e recusa uma possível volta ao reino jordaniano (a Jordânia anexou a Cisjordânia durante a guerra de 1948, mas os habitantes dessa região são todos palestinos). Para o rei Hussein, contudo, perder o território a oeste do rio Jordão não é um bom negócio, já que constitui a "parte mais fértil do país, e o principal centro de atração turística (lá estão os mais importantes lugares bíblicos)". Para Israel, como o premier Rabin não se cansa de afirmar, um Estado palestino na região é visto como enorme ameaça, e nisso governo e direitistas estão completamente de acordo. Só que os últimos vão mais longe, e o primeiro (embora em outros tempos, da primeira-ministra Golda Meir, também já tivesse pensado na posse definitiva) é mais moderado, talvez mais realista, percebendo que a anexação, sobretudo após a guerra de outubro, é inviável.

No entanto, apesar de tudo, permanece um problema: os 500 mil palestinos que vivem na Cisjordânia não querem nem Rabin nem o rei Hussein, simpatizando muito mais com a Organização de Libertação da Palestina (OLP). O que fazer com eles, até agora marginalizados de qualquer processo de decisão? Parece que vai ser difícil convencê-los a mudar suas simpatias, e também difícil continuar, ignorando-os. Eles moram lá. (Helena Salem)

Em Paris, a venda avulsa de Opinião é feita na livraria Joie de Lire e, também, na Librairie Portugaise 33, Rue Gay-Lussac 75005

opinião

(no exterior)

O Oriente Médio O contra-ataque soviético

O choque inicial da União Soviética diante da lua-de-mel do presidente do Egito, Anwar Sadat, com os Estados Unidos, pouco a pouco está desaparecendo.

Na época da visita monumental de Nixon ao Cairo, os porta-vozes soviéticos tiveram que aprender a arte de conservar uma aparência indiferente diante de uma realidade desagradável, enquanto tentavam diminuir o significado da visita. Agora, os porta-vozes parecem mais confiantes em que as relações soviéticas com o Egito não estão tão enfraquecidas como pareciam estar há dois meses. Pelo contrário, o tempo dá a impressão de estar a favor da União Soviética.

Esta foi a mensagem por trás do polido desprezo soviético para com o ministro do Exterior do Egito, que devia chegar a Moscou no mês passado, mas acabou solicitado pelos soviéticos a esperar até outubro para realizar sua viagem.

O ministro egípcio, Ismail Fahmy, esperava visitar Moscou com um grupo de meia dúzia de ministros. Seu objetivo era estabelecer uma nova base para as relações Egito-União Soviética, em paridade com as novas relações Cairo-Washington; conseguir nova ajuda econômica soviética; e preparar uma visita de Brejnev ao Cairo. Mas os soviéticos se recusaram a participar dos planos do ministro egípcio.

"Não vamos participar de um leilão com os Estados Unidos para conseguir os favores do Egito", declarou um dos principais comentaristas soviéticos especializados em assuntos do mundo árabe.

O comentarista admitiu que a relação exclusivista de Moscou com o Cairo chegara ao fim, em grande parte porque o nacionalismo local em cada um dos países árabes tornou impossível para qualquer líder árabe posar como cliente de apenas uma das grandes potências. Mas isso não significava, acrescentou o comentarista, que os laços soviéticos com o Egito poderiam ou seriam iguais por qualquer outro país.

A União Soviética já colocou recursos em dois enormes projetos egípcios — uma grande indústria siderúrgica em inauguração marcada para o final deste ano, e a eletrificação de aldeias egípcias — dois projetos destinados a acarretar grandes benefícios para o povo.

Mas o principal laço dos soviéticos com os egípcios é o fornecimento de armas soviéticas. Não importa o que o presidente Sadat faça para diversificar suas compras de armas, comprando, por exemplo, no Ocidente, na Romênia ou em outra parte qualquer, os soviéticos estão certos de que no futuro próximo permanecerão como principal fornecedor do Egito.

A fim de fazer com que este fato seja bem compreendido no Cairo, Moscou parou deliberadamente de fornecer armas ao Egito desde a Guerra de Outubro. Após uma queixa pública de Sadat em abril, os soviéticos enviaram algumas partidas simbólicas de armas, mas a quantidade teve o sentido de apenas manter aberta a conta soviética no Egito.

Sem pressa

Após o insulto de verem seus conselheiros militares mandados embora por Sadat há dois anos, os soviéticos estão determinados a mostrar a Sadat que ele precisa muito mais de Moscou do que vice-versa.

Não se trata apenas de uma armadilha tática contra Sadat. Os observadores soviéticos chamam a atenção para a crescente influência do Exército em quase todos os países do Terceiro Mundo. A recusa temporária de Moscou de fornecer armas para o Egito, em virtude do que é visto como ingratidão do presidente Sadat, é um lembrete para o Exército egípcio de que a União Soviética é um aliado que ninguém deve antagonizar. Caso Sadat não compreenda esta mensagem, os militares compreenderão.

Da mesma forma, Brejnev não está com nenhuma pressa para visitar o Cairo, apesar de que, depois de quatro visitas do presidente Sadat a Moscou, chegou a vez do líder soviético. Os soviéticos não querem dar a Sadat o trunfo de uma visita de Brejnev, tão em seguida à visita do presidente Nixon. Parece muito melhor aos soviéticos deixar o encanto da nova relação dos egípcios com Washington desvanecer-se.

Como sinal adicional da dependência egípcia, os soviéticos chamam a atenção para a recente solicitação egípcia no sentido de que a Marinha soviética ajudasse a desobstruir o Canal de Suez. Segundo uma fonte soviética, depois de pedir ajuda às Marinhas da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos, o Egito teve que recorrer a Moscou porque os ocidentais não poderiam fazer o trabalho sozinhos. Assim, à medida que o tempo passar — raciocinam os soviéticos — o Egito chegará à conclusão de que não poderá viver sem a íntima cooperação soviética.

Ao mesmo tempo em que mantém temporariamente o Egito à distância, Moscou também está reexaminando como e quando poderá reabrir suas relações diplomáticas com Israel. Tem ocorrido muita especulação segundo a qual Moscou estaria prestes a restaurar a conexão rompida durante a Guerra dos Seis Dias em 1967. Na verdade, os soviéticos estão atualmente mais próximos disso do que em qualquer outra época desde então.

No momento, o único contato dos soviéticos com Israel é feito através do Partido Comunista Israelense. Há algumas semanas, um grupo de influentes jornalistas comunistas israelenses esteve em Moscou, e a restauração de laços diplomáticos foi um dos principais assuntos discutidos.

Moscou enfrentará três obstáculos quanto ao reinício de relações diplomáticas com Israel. Em primeiro lugar, será necessário um tipo de declaração de Israel que os soviéticos possam mostrar como sendo indicador de uma mudança da política israelense. Os soviéticos romperam relações diplomáticas por causa da agressão israelense em 1967. Eles querem estar numa situação em que possam afirmar que a agressão cessou.

Em segundo lugar, os soviéticos têm que encontrar o momento diplomático

certo para anunciar a restauração de relações com Israel. Em terceiro lugar, terão de fazer uma reunião do Pacto de Varsóvia, já que a decisão de cortar relações em 1967 foi uma atitude conjunta dos países da Europa Oriental.

O primeiro destes três obstáculos é obviamente o maior. Contudo, Moscou não está insistindo em que Israel se retire dos territórios árabes ocupados em 1967 como condição para que possam ser restabelecidos os laços diplomáticos.

Provavelmente, tudo que é necessário para que o reatamento ocorra é a disposição de Israel de reconhecer o direito de uma delegação palestina participar da conferência de paz de Genebra. Com Israel discutindo a paz com o Egito, a Síria e com os palestinos, os diplomatas soviéticos poderiam afirmar que as condições para o reatamento estariam preenchidas. A reabertura da conferência de Genebra seria o momento para isso.

O que está claro é que Moscou está ansioso para ter relações com Israel outra vez, de forma a que possa desempenhar um papel maior na barganha diplomática do acordo de paz do Oriente Médio.

A URSS e os palestinos

No que diz respeito às próprias relações de Moscou com os palestinos, a União Soviética está fazendo todo o possível para persuadi-los a participar das reuniões de Genebra. Mas o problema para Moscou, como para todos os outros governos, é o seguinte: quem representa os palestinos?

Os soviéticos mantêm boas relações com Yasser Arafat, dirigente da Organização de Libertação da Palestina, o qual é esperado brevemente em Moscou. Os contatos dos soviéticos com outros grupos palestinos, contudo, são muito menos íntimos, especialmente porque os soviéticos sempre denunciaram os sequestros de aviões e outras ações terroristas palestinas.

Por esta razão, Moscou não fez qualquer pressão pública sobre os palestinos para que estes tomem parte das discussões em Genebra. Como todo mundo, a União Soviética está esperando para ver o que os próprios palestinos decidem. (Jonathan Steele, correspondente do jornal The Guardian em Moscou)

NOTAS

Os truques do desarmamento

Estados Unidos e União Soviética descobriram uma maneira esperta de acelerar a corrida armamentista: proibindo-a. Essa parece ser a melhor maneira que os dois países encontraram para aperfeiçoar as armas atômicas, tornando-as mais destrutivas e eficientes, e, ao mesmo tempo, passarem por paladinos do desarmamento. Em julho último, durante a visita de Nixon a Moscou, USA e URSS assinaram com grande alarde um tratado que proíbe testes nucleares subterrâneos com potência superior a 150 quilotons (aproximadamente sete vezes mais potente que a bomba de Hiroshima). O truque usado pelas superpotências é que o acordo só terá validade a partir de março de 1976 e até lá os dois países já terão efetuados todos os testes de que têm necessidade.

No mês passado, a Comissão de Energia Atômica (AEC) dos Estados Unidos anunciou que comprimirá nesses 20 meses todo o programa originalmente previsto para 36 meses com um custo estimado de 241 milhões de dólares (1,6 bilhão de cruzeiros). Além desses testes, destinados

exclusivamente a aperfeiçoar a miniaturização das ogivas nucleares, torná-las mais econômicas e mais invulneráveis às contramedidas de defesa dos inimigos, outros gastos na corrida armamentista serão efetuados pelos Estados Unidos e não sofrerão nenhuma restrição dos Acordos para a Limitação de Armamentos Estratégicos:

- Será desenvolvido o novo míssil Minuteman III com uma potência destrutiva de 400 quilotons;
- Será desenvolvido o submarino atômico Trident, ao custo unitário de 1,3 bilhão de dólares. Esses submarinos formarão uma força praticamente invulnerável e cada um deles dispõe sozinho de armamentos suficientes para destruir 160 das 180 maiores cidades russas;
- Será acelerado o programa do novo bombardeiro B1, um sofisticado avião supersônico que pode penetrar nas linhas inimigas voando a baixas altitudes sem ser detectado pelos radares inimigos.

Quando em serviço essas armas tornarão obsoletas todas as anteriores, e os críticos da corrida armamentista afirmam, baseados na experiência histórica, que em pouco tempo elas, estarão também obsoletas porque o "complexo industrial-militar", tanto nos Estados Unidos como na União

Soviética, não diminuirá seus esforços, e a tendência é delas ficarem cada vez mais caras e com um tempo de obsolescência muito mais rápido, gerando a situação em que um armamento já está próximo de ser superado antes mesmo de entrar em produção. A razão dessa excepcional criatividade é simples: segundo a ONU, os países desenvolvidos gastam fabulosas somas na pesquisa de novas armas (pelo menos 20 vezes mais que na pesquisa médica). É por isso que vários países não levam a sério os acordos de desarmamento patrocinados pela URSS e EUA, e vêem neles apenas uma maneira de bloquear aos outros países o direito de adquirir conhecimentos. Eles alegam que EUA e URSS só proibem testes que já foram cumpridos por seus programas e, por isso, não são mais necessários. Assim, depois de terem adquirido os conhecimentos relativos à tecnologia dos testes na atmosfera, os dois países os "proibiram" em 1963 para as outras nações, e parece que o mesmo acontecerá com os testes subterrâneos daqui a 20 meses. O país que realizar depois de 1976 os testes que EUA e URSS fazem agora passará, assim, a ser acusado de inimigo da paz e dos acordos.

A doença de Giap

O ministro norte-vietnamita da Defesa, Vo Nguyen Giap, estaria tomando parte menos ativa nas decisões políticas diárias de seu país e isso se deveria, presumivelmente, ao fato dele estar sofrendo de câncer. Diplomatas europeus em Moscou informaram que o lendário general, que planejou a vitória-chave sobre os franceses em Dien Bien Phu, passou a maior parte do ano internado para tratamento no pavilhão de câncer do Hospital de Moscou. Apesar da notícia não ter sido oficialmente confirmada, alguns especialistas acreditam que ele tem câncer nas glândulas linfáticas (Mal de Hodgkins) ou então no sistema neurológico.

De qualquer modo, parece certo — em virtude de algumas mudanças na estrutura de comando — que o general Giap, aos 63 anos, tem atividade decrescente nas decisões políticas e militares do Vietnã do Norte. A mais importante dessas medidas foi a promoção em maio de Van Tien Dung para o posto de general de quatro estrelas. Giap e Dung são atualmente os dois únicos militares com essa hierarquia no Vietnã do Norte. Dung seria agora o ministro da Defesa e comandante-em-chefe das Forças Armadas. Não é claro no entanto se suas atividades políticas também estão decrescendo. O general ainda comparece às reuniões do Politburo, cujos 11 membros são, em última instância, quem decide a política militar e assuntos de igual importância. (Dung também é membro do Politburo.) As duas possíveis doenças de Giap são fabricis, porém de lento desenvolvimento, e mesmo se confirmadas ainda lhe dariam alguns anos de vida ativa.

Essas especulações sobre seu estado de saúde vêm justamente quando se desenvolvem no Vietnã do Norte intensos debates sobre a futura orientação política e militar. O debate centra-se em três questões inter-relacionadas:

- Deve o Exército do Vietnã do Norte ser, no futuro, uma espécie de força de superguerrilha, dependendo principalmente de seu poder de mobilização e do fervor ideológico de suas tropas, ou um Exército modernizado ao estilo ocidental, capaz de coordenar e conduzir uma guerra convencional clássica?
- Que parcela dos limitados recursos do país deve ser usada em gastos militares e que parcela deve ser empregada na reconstrução da economia?
- Qual a política para atingir a vitória no Vietnã do Sul o mais rapidamente possível?

Giap é famoso pelo bem sucedido desenvolvimento de estratégias e táticas da "guerra popular" conduzidas por "Exércitos populares" com recursos limitados. Depois que os americanos deixaram o Vietnã do Sul,

aparentemente Giap e Dung se mostraram favoráveis à modernização do Exército. Segundo algumas fontes diplomáticas, essa linha — a de que os soldados devem ser bem armados e tecnicamente especializados — está predominando em Hanói. Não é claro no entanto o papel que Giap representa nesse debate e se sua morte ou incapacitação pode alterar a balança de poder nesse debate. (Phillip A. McCombs, The Washington Post)

O generoso "novo rico"

Até meados do ano passado poderia parecer uma história absurda: capitais provenientes de um país classificado de subdesenvolvido são usados para desnacionalizar uma das mais poderosas indústrias de um país altamente desenvolvido; o governante desse país faz uma viagem a Paris e com a naturalidade de quem compra pacotes de *spagueti* num supermercado adquire cinco reatores atômicos no valor aproximado de 1,2 bilhão de dólares. Para a Inglaterra em dificuldades econômicas desembolsa generosamente outro bilhão. Mas depois da Guerra de Outubro, enriquecido com os "petrodólares", o Irã pode se dar ao luxo de executar operações financeiras antes reservadas somente a uns poucos privilegiados países ricos: comprou 25% das ações da Krupp, que desde sua fundação, há 126 anos, nunca tinha aberto suas portas ao capital estrangeiro.

Essa é a primeira vez que os petrodólares são usados diretamente nos setores industriais dos países desenvolvidos e podem marcar o início do retorno ao "lar" dos dólares que estes últimos tanto lamentaram ter de pagar ao Terceiro Mundo pelo aumento do preço do petróleo.

Laos: um teste para a estabilidade

A saúde dos estadistas tem sido nos últimos tempos uma constante ameaça para muitos regimes, precipitando processos sucessórios e causando grandes inquietações políticas. Exemplos recentes são a doença e morte de Perón, a flebite de Franco e atualmente o ataque de coração sofrido pelo premier Souvanna Phouma: ele está sendo assistido por uma junta composta de médicos laocianos, tailandeses, soviéticos, americanos, franceses e chineses. A multinacionalidade da junta médica dá uma medida da importância de manter vivo Souvanna Phouma, o premier do Laos, o único país do sudoeste asiático onde se encontra funcionando verdadeiramente um cessar-fogo e um governo de coalizão com a participação de comunistas. O Laos foi pacificado depois de 10 anos de guerra civil quando se formou — há pouco mais de dois meses — o Gabinete de coalizão com o premier Souvanna Phouma e com seu meio-irmão, o príncipe Souphanouvong, do Pathet-Lao, pró-comunista. A doença de Souvanna Phouma além das naturais preocupações serviu, no entanto, para provar a estabilidade da coalizão. Duas semanas depois do premier ter sido recolhido ao hospital o país segue vivendo normalmente.

Nesses dois meses de governo, o Pathet-Lao aumentou decisivamente seu poder político, tendo conseguido a aprovação de virtualmente todas as sugestões apresentadas. Apesar disso, o Pathet-Lao não exigiu nenhuma mudança radical, preocupando-se em consolidar as conquistas democráticas que obteve depois de 10 anos de luta armada e ampliar sua base política, o que tem sido relativamente fácil, desde que seu possível opositor — a direita laociana — goza da fama popular de ser corrupta e defensora dos privilégios dos clãs familiares tradicionais. Apesar de Souvanna Phouma ter sido até agora o moderador político, as duas semanas em que esteve incapacitado parecem demonstrar que seu desaparecimento não deverá causar grandes alterações políticas na vida do país.

"Tudo vai de mal a pior! Trinta anos depois da guerra, veja em que estado os políticos puseram o país. É uma vergonha...". É um motorista de um Ministério que resume seus contatos com o mundo político, pelo retrovisor: "Eu digo: senhor ministro, tudo vai mal. Eles respondem: Mas não, Mário, todo mundo tem carro, todo mundo come... Realmente eles vivem em seu mundo e não percebem nada...".

As mesmas queixas, do Piemonte à Sicília. O desprezo amigável, a indulgência cúmplice de um povo, muito civilizado para ter ilusões a respeito de sua classe dirigente, transformou-se em irritação. Não se trata de antiparlamentarismo. É a consciência que o país tem da gravidade da crise, da ineficiência das elites e, principalmente, da ausência de recursos.

Nada anda. Vinte e seis anos depois do "dia do juízo", isto é, das eleições de 18 de abril de 1948, que deram o poder à Democracia Cristã, e 12 anos depois da ampliação da coalizão através, da inclusão dos socialistas pela célebre fórmula de centro-esquerda, o país está à beira da falência. As medidas econômicas de urgência se traduzem por uma onda de aumentos: transportes, água, gás, eletricidade, gasolina. O preço das massas alimentícias foi multiplicado por quatro.

O povo reclama, sem ilusões, mas os políticos proclamam: "A crise é européia, não se deve julgá-la apenas dentro do quadro italiano". No entanto, são italianos esses hospitais do Estado, com uma dívida acumulada de 3 trilhões de liras (uma lira vale cerca de Cr0,10). Um ex-ministro da Saúde estava, reservadamente, que um dos estabelecimentos do seu Ministério fez um concurso para preencher 30 vagas e teve que admitir várias centenas de candidatos com "recomendação". Vários deles já estavam em greve no dia seguinte à admissão. Pazzesco! (uma loucura!) — é o que todo mundo repete, falando da vitrine surrealista que se tornou a administração de uma das grandes democracias industriais do Ocidente.

O governo pretende recuperar 3 trilhões de liras sobre o consumo privado, mas os números citados, por toda parte, a respeito de abusos, esbanjamentos, corrupção e outras

"Nosso rigor financeiro arrebentou as contradições do sistema...". Sentado em seu gabinete de presidente do Banco da Itália, Guido Carli fala alto e claro, como um homem que se considera o rei sem coroa de um país onde os políticos falharam. Carli causou grande descontentamento aos sindicatos de esquerda com o plano de soerguimento da economia, inspirado por ele e pelo ministro Colombo no gabinete de Mariano Rumor. Sua restrição do crédito encontrou também fortes críticas na indústria privada, nas firmas médias e pequenas que se julgaram estranguladas.

No mundo econômico, a confusão é tão grande que arrancou a Giovanni Agnelli, presidente da Fiat e da Confindústria, uma frase cheia de consequências: "Com 40% dos votos, a Democracia Cristã (DC) se arroga 80% do poder". Sacrilégio e rebelião, logo interpretados como eram: um aceno amistoso aos socialistas, que ganharam as últimas eleições na Sardenha, e uma intimação aos dignitários da DC, cuja gestão catastrófica termina por alarmar até o empresário, sustentáculo natural do partido.

Agnelli estaria pensando mesmo, como me garantiu um sindicalista, em "retomar o controle do desenvolvimento neocapitalista, apoiando-se nas forças de esquerda"? Ele já teria começado a grande batalha contra Fanfani, o secretário-geral da DC? É muito possível que o questionamento da DC seja inevitável, quando ela aparece como um entrave a um desenvolvimento racional, como observa Lama, o secretário-geral da CGIL (Confederação Geral Italiana dos trabalhadores), central sindical socialista-comunista: "Os freios colocados na vida econômica incomodam todas as forças que desejam



5, rue des Italiens — Paris 9e. Tel. 7-709-129

5 de agosto de 1974

ITÁLIA

A FALÊNCIA DE UM ESTADO I—Uma Republica de protegidos

Paul-Jean Franceschini

loucuras do sistema tornarão inútil esse esforço. No Piemonte, uma região das mais sérias, um economista, o professor Maspoli denuncia o esbanjamento com estradas de rodagem como uma "loucura ruínosa": "Isto não serve para nada; cria especulação nas colinas vizinhas à rodovia, isto sim, e certamente é esse o seu objetivo... Tudo parece feito nesse país para servir a interesses eleitorais, satisfazer clientela, reforçar o poder".

O "escândalo dos Correios" tem sabor de caricatura. Descobriu-se que toneladas de material despachado pelo Correio, rios de cartas expressas, eram vendidos a um fabricante de papelão pela administração postal. O ministro democrata-cristão dos Correios acaba de enviar uma ordem de serviço a seus diretores regionais, dizendo que é para "destruir apenas os arquivos inúteis". Esse personagem já se notabilizou, há alguns anos, com a compra de terrenos pantanosos, por preço elevado, ao Vaticano, para a construção do aeroporto de Fiumicino, em Roma. Sua carreira não sofreu nenhum arranhão com aquele escândalo como não sofrerá com este. É preciso muito mais para abalar a sutil hierarquia do "partido de maioria relativa".

É verdade que os italianos se acostumam com tudo. Há décadas que eles lêem na imprensa as aventuras desse arquipélago de incoerência e de desgoverno. Os protestos ficam sem efeito. O déficit global das diversas

provincias é de 20 trilhões de liras. Somente de juros a cidade de Roma tem que pagar 1 bilhão de liras por dia. As províncias e regiões se queixam do Estado central, os socialistas se queixam dos democratas-cristãos e estes dos socialistas. Mas todos se reconciliam na hora de distribuir entre sua clientela os 67 mil postos dos *entri pubblici* (sociedades de economia mista e órgãos mais ou menos estatais).

A fuga de capitais

A desastrosa crise atual é o efeito cumulativo de décadas de erros. Sua gravidade é maior por causa da inexorável fuga de capitais que, pouco a pouco, esvaziou a Itália, tornando-a incapaz de resistir à agressão da crise de energia.

Essas cifras catastróficas, esse alinhamento de erros e aberrações são confusamente percebidos pela maioria da população que não entende nada de economia. "Eles estão nos levando à ruína" — é o comentário que se ouve por toda parte. A sonogação de impostos alimenta os rancores do povo mais simples. A avaliação das rendas é tão malfesta que categorias inteiras pagam o que bem entendem. No ano passado, um dos cirurgiões mais

conhecidos da Itália declarou ter ganho 8 milhões de liras durante todo o ano, certamente a receita de sua pior semana.

Nessas condições, como não condenar a classe política e dirigente? Não é à sua falência que se assiste hoje? Como é que ela destruiu o sistema que assumiu depois da guerra, por um clientelismo desavergonhado, a injustiça dos impostos e a fuga de capitais? Quem determinou a construção de tantas estradas, esse boom do consumo individual com a carência total de equipamentos coletivos, com a moeda mantida numa paridade amplamente fictícia?

Essa política é conduzida por homens políticos também envelhecidos. Os dois "jovens" que atualmente têm a impertinência de reivindicar um lugar na primeira cena da Democracia Cristã — Bisaglia e Galloni — já tem quase 50 anos. Andreotti, o ministro da Defesa, um dos homens mais poderosos do regime, está no governo desde 1947, a não ser durante alguns anos em que dirigiu a bancada parlamentar da DC. O controvertido ministro dos Correios já era subsecretário de Estado em 1947. Amintore Fanfani, Mariano Rumor e Aldo Moro exerceram, com exceção da presidência da República, todos os cargos do Estado. No sistema de clientela a renovação é praticamente nula.

Vittorio Gorresio, um mordaz

ITÁLIA, A FALÊNCIA DE UM ESTADO

II—A relapsa Democracia Cristã

o desenvolvimento; as próprias forças dinâmicas têm interesse em eliminar esses freios".

Essa convergência de opiniões, de Agnelli e de Lama, desmente o velho esquema simplista segundo o qual os dissabores da Itália são causados pela voracidade irrisponsável dos sindicatos. Raramente se ouve dizer hoje que os sindicatos são responsáveis pela situação. O outono quente de 1969, consequência do boom econômico dos anos 60 — quando os trabalhadores constataram que o "milagre italiano" estava sendo realizado às suas custas — já está bem longe. Os sindicatos se distinguem hoje por sua modernização.

Notavelmente unidas, exprimindo-se através de um só porta-voz, as três grandes centrais sindicais garantem uma certa paz social, e tentam resistir à demagogia corporativista e à febre de reivindicações confusas que sobem da base. Ocultando-se e proclamando-se "a única força que garante a democracia", elas preferem, segundo Lama, "admitir que é preciso fazer sacrifícios e não pôr em primeiro plano a defesa dos salários, mas exigir antes uma política estrutural para eliminar os freios ao desenvolvimento. Neste momento, um novo outono quente seria negativo. Em vez de aumentar a força dos trabalhadores, os fecharia em si mesmos".

Quanto a um ponto, as "forças dinâmicas" do empresário e os dirigentes sindicais estão de acordo: é a "maneira de governar" que deve ser mudada. Negociando com o governo em esgotantes maratonas noturnas,

recusando a greve geral mas apelando para uma estranha "greve articulada" para satisfazer a base, os sindicatos estão visivelmente embaraçados. Já não representam o eminente "papel político" que o fracasso dos partidos parecia assegurar-lhes. O fato das centrais sindicais (embora acessórias por grupos de estudos) nunca proporem programas de ação com números precisos é uma incontestável fraqueza.

O plebiscito suicida

Se acrescentarmos a isso que os esquerdistas estão em quase total desorganização, que a contestação do grupo Manifesto (de grande qualidade intelectual) permanece à margem, os verdadeiros dissabores da DC só podem vir dela mesma. Ora, com o plebiscito sobre o divórcio, ela arranhou contra si mesma um golpe que nenhum adversário poderia dar-lhe. Essa estranha consulta, que ninguém queria e que surpreendeu todo mundo, demonstrou, com toda evidência, a separação existente entre o mundo político e aquilo que se deve chamar na verdade de "país real". A Democracia Cristã conseguiu realizar o prodígio de fazer com que, à sombra do Vaticano, fosse contestado um ponto da moral católica por 60% dos eleitores.

Derrota política para Fanfani. Derrota que, em qualquer outro lugar, acabaria com sua carreira política. Em meio ao silêncio consternado (apesar da aprovação) da maioria das vedetes da DC, o que se viu, durante a cam-

panha, foi o secretário-geral do partido, rivalizando com os neofascistas, fazer discursos sem nenhuma delicadeza ou nuances. *Por Quem Eles Tomam?* foi a manchete de um jornal siciliano depois de um discurso em que, jogando grosseiramente com o senso de honra local, Fanfani disse que, com o divórcio, "de desregramento em desregramento", a mulher legítima já não fugiria mais com o rival mas... "com uma amiga".

Nessa operação a DC perdeu muito de sua credibilidade política. Ficou claro, de repente, que essas "massas católicas", invocadas a propósito de tudo, eram uma noção muito vaga. E, sobretudo, o grande partido do governo de vocação reformista, que, no espírito de seus fundadores, devia aliar a representação da Itália agrária a um dinamismo neocapitalista baseado na indústria de Estado, mostrou como estava prisioneiro de sua clientela mais atrasada.

Chefe de uma corrente de esquerda do partido, Donat Cattin acaba de ser expulso por Fanfani do comitê diretor. O opositor do secretário-geral fala uma linguagem mais clara e crua do que os outros dirigentes, que multiplicam os apelos para se reencontrar a "inspiração ideal" do partido católico. Além de estar convencido de que o "reino de Fanfani está se acabando" (opinião compartilhada diante de mim por um ministro).

Bodes expiatórios

Mesmo prosseguindo com seus jogos bizantinos, a DC saiu muito en-

escritor que depositou grande esperança na coalizão de centro-esquerda 10 anos atrás, acha hoje que "o sistema é feito de tal maneira que, nesta república de protegidos, os que sobem ao poder são imediatamente contaminados. Foi o caso dos socialistas dos quais se esperava um sangue novo. O poder é um vasto loteamento onde cada um detém uma parcela. Resultado: uma crise de uma amplitude e profundidade sem precedentes, e o apodrecimento do organismo social. Pela primeira vez estou pessimista".

Diagnóstico sombrio mas que é compartilhado por quase todo mundo. Longe das responsabilidades do poder, em sua grande vila de Camilucia, o ex-presidente Saragat também tem um julgamento severo: "A classe dirigente não satisfaz as necessidades sociais de milhões de camponeses transferidos, em 20 anos, da agricultura para a indústria. Demonstrou uma rara falta de sensibilidade política. Há burocratas que recebem seu salário sem trabalhar. Eu acho isso mais grave do que a crise econômica propriamente dita... pois a inflação não é incurável mas o desmoronamento da produção o seria".

Quanto aos homens do governo, têm sempre uma benevolência cortês, matizada de ironia, para com o visitante estrangeiro, alarmado com os destinos da Itália, e preferem falar dos "verdadeiros problemas", como, por exemplo, o equilíbrio das diversas correntes no seio da Democracia Cristã. O próprio vocabulário empregado reflete a degradação da vida política. Por uma curiosa evolução semântica, "reforma" passou a significar medida administrativa rotineira, como pagar as aposentadorias e fazer os trens andarem.

Há muito que o diagnóstico foi feito por Alberto Cavallari, num livro sobre o poder na Itália: "Não é uma crise de regime mas uma grave crise de Estado... uma nebulosa de forças agindo sem continuidade, sendo que a menos intermitente é o governo... Centenas de poderes independentes uns dos outros... uma burocracia sem rosto...". Mas em 1967, quando ele escreveu seu livro o Estado não tinha, até então, abdicado. Hoje é fato consumado.

fraquecida da crise. Dentro do Partido Socialista (PSI) reclama-se o seu redimensionamento, isto é, a volta da DC a suas verdadeiras dimensões. O ministro socialista Giolitti (Orçamento) me disse: "Se a centro-esquerda dá a impressão de estar em falência é porque a coalizão subordinou seus satélites ao planeta democrata-cristão. O que nós queremos é o fim da hegemonia da DC e a implantação de uma verdadeira paridade".

É uma linguagem repetida por toda parte, desde que a gente se afasta dos meios dirigentes do partido católico. O protesto contra o desgoverno, o esbanjamento e a gestão do Estado parecem mesmo transformar-se, não sem injustiça, em acusação exclusiva contra a DC. Como me disse um deputado da base: "Somos bodes expiatórios, com muitos pecados".

É difícil imaginar que Fanfani possa pagar o preço do seu erro político. O vento de autocrítica que sopra sobre o partido ainda é muito fraco. Seria preciso um furacão para modificar, pelo menos um pouco, as "posições de poder" dos hierarcas. O único fato realmente novo é que a gravidade da crise econômica torna a irracionalidade do sistema intolerável ao mundo dos industriais, uma vez que os bolsões de parasitismo ligados ao exercício ininterrupto do poder pesam, cada vez mais, sobre a atividade produtiva. Ao sepultar o mito da "unidade dos católicos", o plebiscito de 12 de maio sobre o divórcio tornou possível que se tomasse consciência dessa dissociação.

continua na página 12

ITÁLIA, A FALÊNCIA DE UM ESTADO

III—O fascismo latente

"Prigo de golpe de Estado fascista? Oh! não!" A reação é geral, nos Estados-Maiores dos partidos, no mundo econômico ou nas rodas dos cafés. No máximo se concede, em homenagem ao rigor da ciência política, que essa "hipótese de trabalho" não deve ser excluída. Afinal, "nada está absolutamente excluído". Mas, evidentemente, ninguém pensa a sério no general dos carabinieri (polícia militar) apoderando-se do palácio do Quirinal (presidência da República) e prendendo o afável presidente Giovanni Leone.

No entanto a multiplicação dos atentados — 400 em cinco anos — criou uma espécie de psicose do massacre (*strage*), palavra que figura sempre nos jornais, e uma ansiedade difusa. Desde o massacre de Milão, quando uma bomba explodiu em um banco matando 18 pessoas, em 1969, o governo tentava tranquilizar a opinião explicando a situação pelo "confronto dos extremismos opostos". Prendia-se, sem muito discernimento, alguns anarquistas ou (menos à vontade) alguns fascistas, e os processos se atolavam no terreno movediço das investigações sem nunca mostrar

responsabilidade precisas.

Mário Almirante, líder do partido neofascista MSI (Movimento Social Italiano), sempre posando de honesto ultrajado, proclama a inocência da extrema-direita. Ele me recebeu na sede do MSI em Roma: "Violência? Mas nós somos suas primeiras vítimas! Dissocio-me totalmente dos violentos. Como poderia tolerar essa gente"?

A "estratégia da tensão"

Esse discurso eu já tinha ouvido, e deve ser interpretado em diversos níveis. Por todo o seu comportamento, sua denúncia do sistema, virulenta e cheia de ódio, suas equipes de choque no estilo mussoliniano, sempre prontas a espancar um colegial ou a surrar a "canalha da esquerda", o partido neofascista tem muita responsabilidade na implantação do clima atual. Mas ver, nos sorrisos de justificação cortês de Almirante, os dentes do lobo da democracia italiana seria desconhecer a natureza, a amplitude e o sentido político e moral da onda de violência que varre a Itália.

Fora dos meios oficiais, os jornalistas que procuram aclarar o

labirinto fazem observações perturbadoras. Um deles resume a opinião geral: "Muitos dos atentados são de alto nível técnico. Por exemplo: quando bombas explodiram à passagem dos trens que conduziam sindicalistas a Reggio-Calábria, tratava-se de comboios especiais, cujo horário nenhum particular conhecia. Por trás de tudo isso, há uma organização cujo grande objetivo é fazer medo aos moderados para obter eleições no estilo das que se seguiram a maio de 1968 na França. Há muitas coisas estranhas, como "brigadas vermelhas" que mantêm preso um magistrado durante semanas sem serem descobertas".

Acrecente-se ainda as "organizações", meio folclóricas meio subversivas, como a Ordem Negra, o Grupo de Ação Goebbels, a Equipe de Ação Mussolini, as Brigadas Vermelhas, o Movimento de Ação Revolucionária, ou iniciativas de desequilibrados ou exaltados, agindo sozinhos.

Sem falar das inevitáveis consequências políticas, o jogo escuso dos serviços secretos intriga a opinião. O

ministro da Defesa, Giulio Andreotti, acaba de provocar indignação ao revelar que as fichas do SIFAR (serviços secretos) sobre milhares de personalidades não foram destruídas, apesar da pressão parlamentar. De 1966 a 1971, esses serviços foram comandados pelo almirante Henke, um dos 207 almirantes de uma frota sem dúvida o italiano que mais sabe sobre a "estratégia da tensão", acaba de subir ao posto supremo de chefe do Estado-Maior da Defesa.

Após rocambolescas revelações, torna-se cada dia mais claro que o SIFAR e o SID (Serviço de Informações da Defesa) estão gravemente implicados na agitação terrorista, infiltrando-se por toda parte sem impedir nada, manipulando magistralmente. São eles que conduzem o jogo? E por conta de quem? É esse o problema. Alguns elementos do governo, uma direita que deseja assombrar o eleitorado para torná-lo mais bem comportado, militares interessados na política do pior? *Chi lo sa?* (Quem sabe?) Mas suspeita-se de muita gente em Roma, além da inevitável CIA.

UNIÃO SOVIÉTICA

Origens e consequências do "economicismo"

M.-A. Macciocchi(1)

Por si só, o título do livro que Charles Bettelheim acaba de publicar, *Lutas de Classes na URSS* (2), já provoca um grande espanto nos defensores de um marxismo congelado, universitário, reformista e bem-pensante que se vestiu inteiramente com o "economicismo", este câncer que rói a teoria de Marx e de Lênin desde a II Internacional. Foi esse marxismo que constantemente erigiu o desvio do economicismo numa tese e que "explica" como o socialismo, uma vez levado ao poder, se torna cada dia um pouco mais socialista, e como as contradições desaparecem por si mesmas, tudo indo de bem a melhor de uma maneira de algum modo biológica.

Sejam os claros. Nós proviemos de uma grande epopéia revolucionária, mas viemos também de uma história às vezes sangrenta e feita de silêncios, de cumplicidade e de mistificações, na qual toda alusão crítica às degenerescências criadas na URSS era denunciada pelos "detentores oficiais" da doutrina revolucionária como manifestação de anticomunismo e de anti-sovietismo.

Dai o alívio político que acolhe esta história de Bettelheim, recontando com toda serenidade que o socialismo não é um diamante depositado de uma vez por todas no cofre-forte de um banqueiro, mas vive suas próprias e inevitáveis contradições, que não é possível suprimi-las com um golpe de varinha mágica, mas que é preciso enfrentá-las na luta de classes para resolvê-las ou acirá-las.

Eis aqui o primeiro grande ângulo da exposição de Bettelheim: "O desenvolvimento das forças produtivas não pode jamais, por si só, fazer desaparecer as formas capitalistas da divisão do trabalho nem as outras relações sociais burguesas". Isto vale contra a tese economicista em desuso segundo a qual era preciso reforçar antes de tudo na URSS as "bases

materiais" do poder socialista e a sua capacidade de produção para atingir, um dia, o Eldorado da igualdade social dos homens. Ora, o caminho dramático percorrido pela URSS revela que as contradições foram não somente deixadas sem solução, mas que elas foram agravadas na medida em que se recusava à luta de classes incessante, necessária para recriar uma relação dialética entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção.

Coloca-se aqui a questão do "descompasso" entre o poder onisciente e onipotente do partido, dos aparelhos de Estado, e as massas, cujo papel é reduzido à inércia e ao silêncio; levanta-se aqui o problema crucial da democracia proletária e da capacidade de exercer uma hegemonia que não seja coerção — frequentemente de tipo policial; ressalta-se aqui a necessidade para o Estado socialista de preparar, como afirmava Lênin, as condições do próprio desaparecimento do Estado e o autogoverno das massas numa forma de "liberdade" ainda desconhecida até hoje.

Com um rigor e uma modéstia pouco frequentes, Bettelheim recoloca em questão suas próprias conclusões publicadas entre 1962 e 1967 e que ele julga hoje "não satisfatórias". Sua própria "ruptura com o economicismo" lhe permite reatar com o conteúdo revolucionário do marxismo, reativar a grande paixão filosófica e política de Lênin nestas três direções: os fundamentos das relações de classe, o papel das forças produtivas e as condições de existência e de desaparecimento do Estado.

A obra, no enorme salto qualitativo que implica, se apóia essencialmente nos dois cortes históricos que servem de "teste" para toda análise do verdadeiro e do falso marxismo: a agressão soviética contra a Tchecoslováquia e a Revolução Cultural chinesa. Bettelheim fez da Tchecoslováquia a gênese e o ponto de partida de seu trabalho: não se pode mais se contentar em "lamentar" e condenar atos políticos, "é preciso reconhecer as suas causas e lutar para a eliminação delas". É preciso, pois, interrogar-se através de que lutas e de que contradições "o primeiro país da ditadura do proletariado se transformou num país que pratica uma política imperialista". Se, contra o socialismo impossível cujo limite aberrante foi colocado pela URSS, nós

queremos esboçar um "socialismo possível", é preciso reencontrar os ensinamentos da história revolucionária.

O sutil fio vermelho que liga o pensamento de Lênin à prática revolucionária é o apelo a um "outro socialismo", à Revolução Cultural na China, primeira ocorrência de uma absoluta contestação de esquerda à edificação do Estado soviético. Bettelheim é o primeiro a reter verdadeiramente Lênin. A parte mais poderosa e mais engenhosa do seu livro é a que ele consagra à "outra face da NEP" (nova política econômica adotada por Lênin na URSS em 1921) e às "tarefas do partido quando da morte de Lênin". Ele nos restitui as dimensões teóricas e políticas de um líder que se ocupava de tudo detalhadamente: extraordinária produção de textos, de mensagens e diretivas que um homem frequentemente isolado pela doença sabia integrar a uma estratégia revolucionária. Um Lênin denunciando sem piedade os desvios e deformações que seriam em seguida esquecidos ou camuflados nos textos e na prática. Um Lênin que indicava medidas transitórias e provisórias recomendando que se as abandonasse o mais rápido possível, medidas que posteriormente foram colocadas e mantidas em prática da maneira mais brutal e mais contraditória possível.

A NEP sempre foi interpretada como um grande "compromisso histórico" e um recuo de Lênin. Ora, Bettelheim faz da NEP uma análise sensacionalmente nova; ela devia, diz ele, dar o impulso a uma nova ofensiva e não a uma mísera retirada. A NEP era para Lênin não um objetivo imediato de aliança econômica, como acreditou o partido bolchevique, mas a base de uma aliança política destinada a guiar o campesinato no caminho do socialismo.

Bettelheim desmente a crença, ainda segundo a qual o partido era um "bloco de granito" em torno de Lênin. Na verdade, Lênin era minoritário (o que, por sua vez, também o foi Mao!). Ele era — e que muitos ortodoxos ranjan os dentes — um minoritário visto com muita incoerência pelo grupo dirigente bolchevique, que aceitava às vezes suas diretrizes apenas para lhe agradar: "Dada a insistência do camarada Lênin", como escreveu Stálin. Lênin aparece constantemente como o protagonista de um poderoso

drama que, com uma total lucidez de líder, procura governar um universo em movimento e reduzir a defasagem entre ele e o pragmatismo primário da direção do partido. Não foi por acaso que a separação, em 1923, se fez muito mais grave.

Todos os mitos voam em pedaços, inclusive o de um partido feito de aço temperado, que permitia esquecer o convite de Lênin a mobilizar as massas contra o aparelho de Estado. O sistema dos soviets, como organização que devia receber o impulso das massas, viu-se paralisado. Lênin denuncia, em 1922, o peso da máquina burocrática, duvidando que os comunistas "conduzam" e pensem que são "conduzidos". Bettelheim mostra uma pesquisa de 1922 segundo a qual somente 9% dos antigos funcionários e 13% dos novos — pesquisa realizada entre os diplomados — se haviam declarado favoráveis ao regime soviético. Este aparelho é uma miscelânea, "uma lavagem de sobrevivências burguesas", que foi "tomada emprestado ao tzarismo e coberto ligeiramente com um verniz soviético".

A obra de Bettelheim — e está nisso a sua riqueza — faz com que Lênin saia do mausoléu e, portanto, o seu pensamento, forjado na luta mas que, privado do tempo necessário a uma sistematização, foi mumificado junto com o seu corpo.

Lamentar-se-á apenas que, neste livro, a grande batalha ideológica que se verificou nas superestruturas da URSS por volta dos anos 20 (e depois) seja tratada de maneira insuficiente e limitada a algumas breves menções (críticas) ao programa cultural do Proletkult, deixando-nos com a nossa fome a esse respeito. Guia de ação, o livro de Bettelheim é tanto mais ainda porque seu autor, sem proclamações estrepitosas, chama as massas a entrar no austero reino das teorias e da praxis política, a fim de reencontrar e reconquistar aí o sentido revolucionário, a verdadeira memória crítica através da verdadeira história da URSS.

Le Monde

Todos os direitos reservados

opinião

Uma publicação da Editora Inúbia Ltda.

DIRETOR

Fernando Gasparian

REDAÇÃO

Editor:

Raimundo Rodrigues Pereira

Editor Executivo:

Antonio Carlos Ferreira

Assuntos Nacionais:

Dirceu Brisola (editor), Ivo Cardoso (editor assistente), Genilson Cesar, Aginaldo Silva (editor contribuinte), Teodomiro Braga (Belo Horizonte)

Economia:

Marcos Gomes (editor), Ricardo Bueno

Tendências e Cultura:

Julio Cesar Montenegro (editor), Sérgio Augusto e Jean-Claude Bernadet (cinema), Tórik de Souza (música), Ronaldo Brito (arte e literatura), Fernando Peixoto (teatro) e João Lizardo

Assuntos Internacionais:

Flávio de Carvalho (editor assistente), Juracy Andrade, Celina Whately, Ana Maria Nogueira, Marcus Penchel

Arte:

Elifas Andreato (editor), Cássio Loredano, Petchó, Chico Coruso, Rubens Campos Grilo, Diter Stein, Paulo Venâncio Filho (mapas)

Correspondentes Internacionais:

Norma Bahia Pantes e Rita Moreira (Nova York), Vana Brocca (Milão), Alberto Carbone e Claudia Boechat Abreu (Buenos Aires), Bernardo Kucinski (Londres), Laymert Garcia dos Santos (Paris)

Produção:

Vera Lúcia Corrêa de Melo (secretária), Maria da Conceição Chaves Fernandes, Antonio Fernando de Souza Borges

ADMINISTRAÇÃO

Gerente administrativo:

Raimundo Andrade.

Assinatura para o Brasil, Cr\$ 190,00 a anual e Cr\$ 95,00 a semestral; para o exterior, US\$ 40 a anual e US\$ 20 a semestral. Envio por via aérea ou pelos serviços postais de entrega rápida.

Redação: Rua Abade Ramos, 78 - Jardim Botânica - Rio de Janeiro, telefones: 246-7466 e 226-1764. Administração, telefone: 246-5326. Distribuição: Abril S.A. Cultural e Industrial, Rua Emilio Goeldi, 575 - Lapa - São Paulo, Composto e Impresso na Editora Mory Ltda., Rua do Resende 65, Rio de Janeiro.

ALÉM DA EDIÇÃO BRASILEIRA DO LE MONDE OPINIÃO PUBLICA AINDA UMA SELEÇÃO DE ARTIGOS DOS SEGUINTE JORNAIS E REVISTAS

The Washington Post
THE GUARDIAN
The New York Review
NEW STATESMAN

(1) Jornalista e escritora italiana, autora do livro Pour Gramsci.

(2) Lutas de Classes en URSS, ed. du Seuil-Maspéro, 496 pág., 45 francos.

Venezuela O HOMEM QUE CAMINHA

Dirceu Brisola
(enviado especial)

"Homem das companhias petrolíferas norte-americanas", assim era designado por seus adversários durante a campanha eleitoral o atual presidente Carlos Andrés Pérez. Com o vendaval de decretos que adotou nos primeiros 100 dias de seu governo, ele surpreendeu antigos partidários e adversários

Carlos Andrés Pérez, um homem alto, de 51 anos, quase calvo, de costeletas grossas e grisalhas, nascido nos Andes venezuelanos, meio descendente de índios, presidente da República da Venezuela desde março passado, pode vir a ser o próximo político de grande destaque na América Latina. Se é verdade que a morte de Juan Domingo Perón deixou vaga a posição de aspirante a líder continental, então Carlos Andrés — como é chamado em seu país — tem condições de cumprir um papel importante na realização da chamada unidade latino-americana: velho projeto de aproximação que aparentemente convém a todos os países e se torna a cada dia mais essencial para as nações menos populosas e de mercado consumidor mais reduzido.

A Venezuela é um desses países mais interessados, com seus apenas 12 milhões de habitantes e, na melhor das hipóteses, 4 milhões de consumidores. A escala do seu desenvolvimento industrial até certo ponto depende da integração com os vizinhos de continente. E, para ser um agente desse processo de integração, a Venezuela se encontra numa situação estratégica. Do ponto de vista territorial, possui pouco mais de 900 mil quilômetros quadrados plantados bem ao norte da América do Sul, à beira do mar Caribe, não muito distante da costa leste dos Estados Unidos. Identifica-se com os países andinos porque é em parte também um deles; tem uma influência tradicionalmente grande sobre os países do Caribe e América Central e uma grande fronteira com o Brasil ao norte da floresta amazônica.

Financeiramente, o país encontra-se numa situação altamente favorável. Embora seja uma nação rica desde quando em 1922 o petróleo esguichou das entranhas do histórico poço Los Barrocos n.º 2, nunca teve tanto dinheiro quanto agora — num momento de quase penúria mundial — com os novos preços do seu produto fundamental: só em 1974 a receita fiscal proveniente do petróleo deverá saltar de cerca de 3,5 para mais de 10 bilhões de dólares. Com esse dinheiro, formou um fundo que disporá de 5 bilhões de dólares apenas em 1974, destinado a financiar projetos de desenvolvimento em outros países da América Latina.

Cercado de todas essas circunstâncias e comodamente instalado sobre o fabuloso tesouro do superavit comercial e orçamentário do seu governo, está o ladino e experiente Carlos Andrés. Político hábil, orador de palavra fácil e eloquente, ele é o herdeiro da história e da estrutura de um partido político bem equipado para o exercício e manutenção do poder: a Ação Democrática, do escritor e ex-presidente da República Rómulo Gallegos e Rómulo Betancourt, também ex-presidente, que muitos consideram o maior político venezuelano depois do legendário caudilho e ditador Vicente Gómez, dá a impressão de ser hoje a mais sólida organização partidária do continente sul-americano, firmemente assentada dentro de um dos mais formalmente democráticos entre os vários regimes vigentes. É possível que Carlos Andrés não aspire (e ele evidentemente não confessa) uma influência que ultrapasse as fronteiras do seu país. Não há dúvida porém de que, se essa fosse a sua meta, deveria estar agindo exatamente como tem feito desde que tomou posse: fortalecendo o seu poder e a sua imagem popular, internamente, e abrindo para o exterior as linhas de uma política generosa em relação às reivindicações de pequenas nações e suficientemente tolerante para não angariar inimigos no âmbito continental.

O atual presidente venezuelano subiu ao poder depois de uma campanha durante a qual foi considerado interna e externamente, o candidato

preferido — e diziam até financiado — pelas grandes companhias nacionais e internacionais. Logo depois da sua eleição, um despacho da agência noticiosa Associated Press (AP) de Nova York dava conta da satisfação reinante naquela cidade, nos meios próximos aos investidores com interesses na Venezuela, "inclusive os petrolíferos". "A Ação Democrática", dizia o despacho, referindo-se ao partido vitorioso, "tem mantido sempre muito boas relações com os EUA e com a empresa privada da Venezuela". Os adversários designavam Carlos Andrés como o "homem das companhias petrolíferas norte-americanas". Numa reportagem publicada a 15 de dezembro passado, Marvin Howe, do *New York Times*, escrevia que essas companhias repudiavam a acusação de terem dado dinheiro para a campanha, mas em geral admitiam sua preferência por ele. Em janeiro deste ano, a revista comunista *Esto Queremos* dava a entender claramente que o resultado das eleições causaria a interrupção das gestões iniciadas no governo anterior pelo presidente Rafael Caldera (do COPEI, partido social-cristão) para o reatamento das relações diplomáticas e comerciais com Cuba.

Havia realmente razões para que a vitória de Carlos Andrés fosse interpretada como uma vitória dos

maiores, de terno claro e camisa esporte, que quando precisava usar gravata escolhia geralmente as cores alegres e os desenhos floridos.

É verdade que o candidato da AD (sigla da Ação Democrática, cujos membros são conhecidos como *adeco*s) não falava uma linguagem conservadora, mas é também verdade que uma atitude conservadora lhe teria sido fatalmente prejudicial. Mesmo que quisesse, ele não poderia, por exemplo, colocar-se contra a antecipação da nacionalização das companhias petrolíferas, porque essa medida correspondia a um fortíssimo consenso nacional e todos os concorrentes — menos um candidato inexpressivo e abertamente de direita — eram favoráveis à reversão antecipada das concessões dadas a empresas estrangeiras. (A reversão, de

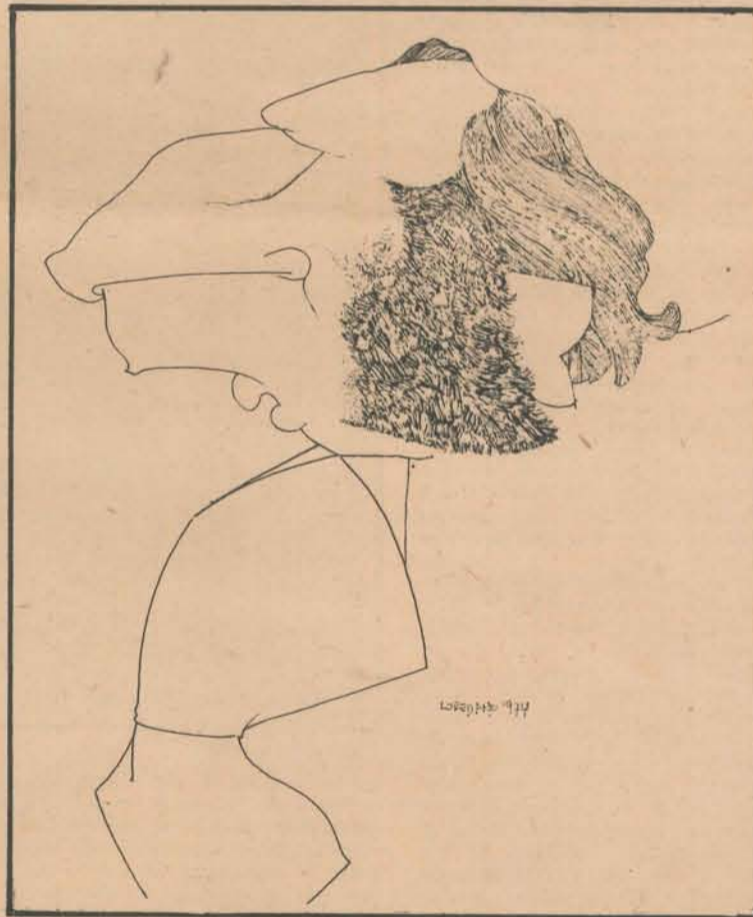
autorizou a tomar "medidas extraordinárias em matéria econômica e financeira".

- criou o salário mínimo, que não existia na Venezuela, e fixou-se em 15 bolívares por dia (cerca de Cr\$ 24,00 calculando o bolívar a Cr\$ 1,60, ou seja, 450 bolívares por mês, cerca de Cr\$ 720,00);

- decretou um aumento geral dos salários inferiores a 5 mil bolívares por mês, pouco menos de 8 mil cruzeiros (para os trabalhadores que ganhavam até mil bolívares, o aumento foi de 25%, para os da faixa de mil a 2 mil, de 20%, e assim por diante até beneficiar os mais bem remunerados com apenas 5%);

- estabeleceu uma indenização de meio salário mensal por ano de serviço em caso de dispensa;

- procurou aumentar o número de



Carlos Andrés Pérez

acordo com uma promessa de Carlos Andrés na semana passada, deverá ser feita dentro de um ano — antes estava prevista para 1983.) Mas Carlos Andrés era considerado excessivamente vago quando falava de mudanças.

A vertiginosa sucessão de medidas tomadas pelo seu governo surpreendeu a vários setores da sociedade venezuelana. "Carlos Andrés falava em democracia social, em pleno emprego, em diminuição da pobreza do ambiente", diz um ex-deputado não *adeco* e atualmente alto funcionário do governo, "mas ninguém esperava que ele procurasse esses objetivos de forma tão direta, nem que agisse tão rapidamente".

Os primeiros 100 dias de governo de Carlos Andrés, de março a junho, podem ser descritos como uma espécie de vendaval de decretos, principalmente depois que o Congresso o

empregos criando para hotéis e prédios comerciais a obrigação de terem um ascensorista em cada elevador e fixando exigências de higiene com relação aos sanitários de restaurantes, cinemas, clubes e outros locais de frequência pública, obrigando esses estabelecimentos a manterem empregados exclusivamente encarregados desse assunto;

- para evitar que o aumento de custo de vida anulasse a melhoria salarial, decretou o congelamento dos preços dos artigos de primeira necessidade — bens e serviços necessários à agricultura, à alimentação, à habitação, à saúde, ao transporte, à educação — aos níveis vigentes em 15 de janeiro de 1974. E tomou outras medidas que, embora setoriais, tiveram larga repercussão, como por exemplo as referentes à conservação de recursos naturais não renováveis e de áreas verdes urbanas. Em Caracas, foi

proibida a construção de novas casas no bairro mais grá-fino da capital e eliminando o comércio de rua dos mascates, os chamados *buhoneros* que literalmente ocupavam as ruas centrais da cidade.

Usando seus poderes especiais ou a maioria de que dispôs no Congresso, Carlos Andrés, com cerca de uma centena e meia de decretos, acabou atingindo, para o bem ou para o mal, praticamente todas as camadas da população venezuelana.

Houve casos em que agradeu a todos os atingidos, como aconteceu com as sessões de cinema a preços populares nas segundas-feiras, que aumentaram os lucros dos proprietários pela grande afluência de público num dia antes praticamente morto, e proporcionaram aos mais pobres a oportunidade de um divertimento mais barato.

De um modo geral, porém, as providências com que o novo presidente sacudiu o país nos quatro primeiros meses do seu governo agradaram as classes mais populares, desgostaram, irritaram ou simplesmente assustaram a classe média e em especial os pequenos proprietários e comerciantes que pagavam os salários mais baixos, e, embora não os tenha atingido profundamente, puseram numa desconfiada defensiva os grandes empresários.

Num hotel de segunda, em Caracas, é possível ouvir os empregados se divertirem com a notícia do fechamento temporário do Macuto Sheraton (o hotel mais luxuoso do mundo, segundo a sua propaganda) porque não cumpriu o decreto n.º 21 e não tinha pessoal encarregado da limpeza dos banheiros. Em um dos muitos restaurantes de luxo da agitada e moderna capital não é difícil ouvir senhores reclamando dos altos salários das empregadas domésticas (que tiveram salário mínimo fixado em 300 bolívares, se trabalharem para famílias com renda superior a 4 mil bolívares) ou contando as horríveis preocupações de um conhecido que construiu seu belo palacete de praia em condições ilegais, de acordo com a nova lei de proteção às belezas naturais. Há na Venezuela jovens universitárias verdadeiramente encantadas com a firmeza e o charme do presidente (embora não tenham votado nele) e altos prepostos de grandes empresas verdadeiramente irritados com as medidas sociais do presidente (embora tenham votado nele) acusando o regime de não ser mais uma democracia e sim "uma ditadura, onde a empresa privada não tem garantias".

A oposição institucional à orientação do governo é às vezes poderosa e organizada. Em junho passado a influente Fedecâmaras — federação que reúne as câmaras de comércio, indústria e finanças — usou integralmente toda a repercussão da sua assembléia anual para condenar um projeto enviado pelo Executivo ao Congresso procurando proteger os empregados contra as demissões injustificadas. Apesar de estar muito longe de ser uma lei de estabilidade no emprego, pois apenas cria uma comissão tripartida — patrão, sindicato do empregado e governo — para julgar se a demissão do empregado é ou não injustificada — e autorizá-la ou não — a proposta governamental foi duramente combatida. Os jornais venezuelanos daquela semana encheram-se de manchetes do tipo *Fedecâmaras Adverte a Estabilidade Trabalhista por Lei Negu Qualquer Possibilidade de Desenvolvimento*. Carlos Andrés, em vez de atemorizar-se, foi ao encerramento da assembléia e de lá fez um discurso por uma cadeia nacional de televisão. Disse que "a política de pleno emprego não pode realizar-se ao capricho do patrão" e que a sua decisão irrevogável era ir adiante. Na realidade, ele já havia concedido aos empresários a

continua na página 14

continuação da página 13

benevolência de não agir por decreto especial, e o envio do projeto ao Legislativo lhe dava margem de manobra suficiente para ser enérgico. Ele também sabia, como todos sabem na Venezuela, que os empresários privados não estão dispostos a afrontar um Estado, mais rico do que todos eles juntos.

Ao mesmo tempo que marca por atitudes ousadas e até certo ponto inesperadas a sua presença no cenário político interno, o governo venezuelano traça cuidadosamente a sua conduta internacional. Mantendo as linhas gerais defendidas por seu antecessor, o atual presidente prega o pluralismo ideológico para atingir a unidade continental. Coloca-se decididamente a favor do Panamá nas suas reivin-

dições quanto à soberania da Zona do Canal e denuncia as manobras dos trustes internacionais — especialmente da United Fruit — contra os pequenos países produtores de bananas. Há poucas semanas a Venezuela estabeleceu relações diplomáticas com a China Continental e o reatamento com Cuba é considerado uma questão de pouco tempo. Falando à Conferência da ONU sobre o Direito do Mar reunida em Caracas, Carlos Andrés defendeu a saída para o mar para Bolívia, "bem no nariz", como comentou-se depois, das delegações do Chile e do Peru, países que são, no fim das contas, os responsáveis pela inexistência dessa saída. Tudo isso, ao lado da decisão de fazer reverter ao Estado as concessões para exploração do petróleo e da nacionalização das minas de minério de ferro (a segunda riqueza de exportação), compõe um

quadro razoavelmente nítido, e delimita o caminho pelo qual a Venezuela de Carlos Andrés Perez pode atingir a liderança, senão de todo, pelo menos de uma importante parte do continente.

Eleito com 48,4% dos votos depositados nas urnas de dezembro passado, contra 37% do seu opositor principal, Carlos Andrés já conta, segundo as pesquisas mais recentes, com um apoio popular na faixa dos 80%. No Congresso a sólida posição do seu partido tem sido reforçada pela adesão eventual de partidos menores, como o MAS — Movimiento al Socialismo — uma original dissidência do Partido Comunista Venezuelano que possui a terceira bancada parlamentar do Congresso, embora seja evidentemente muito menor que a dos dois grandes partidos. AD e

COPFI. Se não é numericamente fundamental, esse apoio possui para o atual presidente um significado particularmente valioso: como ex-ministro do Interior do governo Rómulo Betancourt, encarregado de pôr em prática uma duríssima política de combate à esquerda, ele tem grande preocupação de apagar sua imagem de policial, e os dirigentes do MAS foram também dirigentes da insurreição armada que ele reprimiu com violência, e está hoje reduzida a uma pequena operação de guerrilha no interior do país, sob o comando de Douglas Bravo, sem grande significado político, principalmente depois que a abertura do regime permitiu a atuação legal do Partido Comunista e outros grupos de esquerda.

Ao alcançar o nível de 80% de apoio da opinião pública para um presidente

seu, a Ação Democrática está reconstruindo o seu grande auge de 1946, quando obteve 80% dos votos na eleição parlamentar e 78% na presidencial, ambas anuladas pelo golpe de Peres Jimenez. Mas está também voltando às suas próprias origens de partido popular que abandonou quando Rómulo Betancourt, o seu fundador e maior chefe, resolveu repudiar as idéias que lhe valeram a classificação de comunista para cortejar os conservadores com a aparente intenção de garantir o seu mandato. Agora, se Carlos Andrés Peres pretende, como diz, levar a Venezuela ao encontro de si mesma não é difícil que ele procure conduzir o país na direção indicada pelo mais ilustre e festejado dos seus filhos, Simon Bolívar, o primeiro e valente soldado da causa da unidade continental.

AS ORIGENS DO INTEGRALISMO

Edgard Carone

INTEGRALISMO (O FASCISMO BRASILEIRO NA DÉCADA DE 30), Hélgio Trindade (Difusão Européia do Livro em co-edição com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 388 págs., Cr\$ 35,00)

O livro de Hélgio Trindade é tese de doutoramento defendida na Sorbonne e agora traduzida para o português. Seu tema é a análise das origens e causas dos fascismos no Brasil na década de 30 (é preciso usar a palavra no plural, porque na época surgiram vários movimentos dessa natureza).

A soma de material e o valor dos dados interpretativos fazem do livro um manancial rico e fundamental. Pode-se dizer, sem exagero, que a obra de Hélgio Trindade abre, entre nós, o caminho para novas formas de estudos históricos, vencendo dificuldades e apresentando nuances analíticas diferentes. Exemplo dessa originalidade é o fato do autor ser o primeiro a desenvolver e aprofundar os problemas das origens sociais dos militantes integralistas, bem como da organização e ideologia.

Qual a razão de praticamente se desconhecer essa realidade, apesar dela situar-se em um passado próximo? Para o autor, "o clima de paixão política em que sempre (o integralismo) esteve envolvido por seus adeptos ou adversários explica por que um movimento típico dos anos 30 não fora ainda objeto de uma análise imparcial. O complexo de culpa fascista desenvolvido por muitos de seus dirigentes e militantes e o ódio desencadeado por seus adversários ferrenhos rejeitaram, durante longas décadas, sua história para o inconsciente da vida política brasileira" (p.9).

Não me parece suficiente a explicação, pois o mesmo motivo pode ser alegado para outros mil e um aspectos da nossa desconhecida realidade, tais como o Estado Novo, a verdadeira personalidade de Jango Goulart, o sentido do nosso movimento comunista, ou o que é o Exército Nacional e quais as suas tendências; e outros aspectos que apenas se começa a estudar, como o governo Juscelino Kubitschek, o movimento de 1964 e outros. Não são o ódio e o medo que impedem o estudo da nossa realidade atual, mas sim a nossa incapacidade crítica, resultante de uma tradição histórico-pedagógica que veda o debate de temas atuais, obrigando-nos a aceitar a idéia parcial de que, ao encararmos o nosso presente, fugimos à objetividade histórica. É exatamente isto que não nos deixa compreender por que esses mesmos homens que dominavam o fascismo brasileiro dos anos 30 continuam a existir e a participar da política atual.

Não apenas o passado nos envolve, mas o presente é continuidade do passado e merece ser dissecado. E é este um dos lados positivos do livro, apesar do limite temporal de suas observações e conclusões. Mesmo

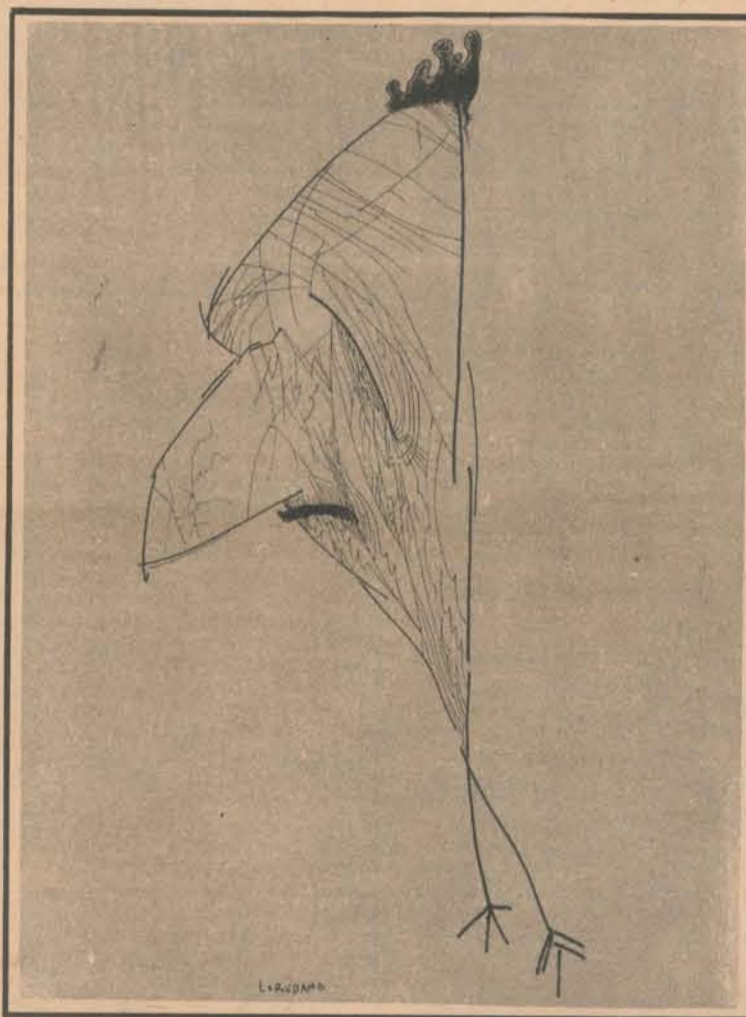
tratando de um momento anterior, não deixa de questionar todo o modo de ser da política brasileira até hoje.

A parte sobre *Emergência do Chefe* analisa minuciosamente a formação política de Salgado. O jovem Plínio Salgado é um inquieto, que se encaminha pelos canais costumeiros da época: jornalista na sua terra natal (São Bento do Sapucaí-São Paulo), passa ao *Correio Paulistano*, onde desenvolve atividades literárias. Liga-se, em 1924, à facção de Alvaro de Carvalho, mas a divergência não o impede de continuar preso aos grupos perrepietas, fato que os incidentes relacionados com sua volta da Europa, no momento da revolução de 1930, acentuam. Com a vitória da Aliança Liberal, que levou Getúlio ao poder, Plínio Salgado liga-se ao grupo dominante tenentista de João Alberto, em São Paulo; após o declínio do interventor do Estado, retoma contato com Alfredo Egydio de Sousa Aranha e faz parte do jornal *A Razão*, onde desenvolve suas idéias antiliberais e direitistas. Nesse período, seus contatos se ampliam, permitindo-lhe ligação com grupos reacionários de todo o Brasil, como os de Olbiano de Mello, em Minas Gerais, Fernando Callage, no Rio Grande do Sul, Severino Sombra, do Ceará. Daí à fundação da Ação Integralista Brasileira (AIB) em outubro de 1932, a distância é curta.

O estudo da personalidade de Plínio Salgado é exaustivo e bem documentado; é assim que vemos surgir uma das correntes do integralismo, a *literário-nacionalista*. Faltou, no entanto, usar o mesmo método para conhecer melhor outras duas correntes que fazem parte do movimento: a conservadora, do jurista Miguel Reale, e a histórico-oligárquica, do escritor Gustavo Barroso — pois o integralismo se compõe de um amálgama de tendências, que vão de manifestações literárias a formas políticas e conservadoras tradicionais; o que as une é seu caráter reacionário e elitista.

A "suprema finalidade" da nossa história — a nação "organizada, una, indivisível, forte, poderosa, rica, próspera e feliz" do Manifesto de Outubro, de Plínio Salgado — não passa de lema que encobre a tentativa de organização rígida de todas as "classes profissionais", sob a égide do "Princípio de Autoridade".

Só através dele é possível "tomar iniciativas em benefício de todos e de cada um...". "Hierarquia, confiança, ordem, paz, respeito, eis o que precisamos no Brasil". Segundo Miguel Reale, o liberalismo ajuda a enfraquecer o Estado e "lançou os desprovidos da fortuna nas garras do capitalismo internacional". Contra o liberalismo, socialismo, sindicalismo e outros males, existe o integralismo, que pretende identificar "Estado Novo e povo, Estado e nação". Para Gustavo Barroso, finalmente, o integralismo é teoria totalitária do universo e do homem e quer "transformar primeiro a alma das elites e em seguida a das



Plínio Salgado

massas". Cabe à elite integralista realizar a sua "revolução interior", "a fim de projetarmos a revolução exterior e depois assumir o espinhoso e glorioso papel de *consciência viva e ativa das aspirações duma raça*".

A teoria integralista, como as outras teorias fascistas da época — hitlerismo alemão, fascismo italiano — pretende realizar as suas idéias através de uma organização, o partido. Partido e massa (isto é, o resto da população), no entanto, devem obedecer a uma hierarquia rígida, encabeçada pelo onisciente e onipotente chefe (*Führer*, na Alemanha, *duce*, na Itália, chefe nacional, no Brasil). Por sua vez, a massa deve organizar-se em corporações — patrões e operários — que abrangem toda vida produtiva e devem funcionar na base da harmonia, tendo em vista os interesses da nação, que na verdade se confundem com a vontade do partido.

Contra esta engrenagem, que vai tentar impor-se pela força e pela brutalidade — como sucedeu na Europa — antepõem-se os "inimigos", aqueles que precisam ser eliminados, mesmo que seja violentamente. O livro de Hélgio Trindade resume com felicidade os conceitos e a evolução de cada uma das formas de existência de "inimigos": liberalismo, socialismo,

capitalismo internacional e as sociedades secretas vinculadas ao judaísmo e à maçonaria.

Um dos *slogans* integralistas é "guerra de morte à liberal democracia". A luta abrange a sua ideologia e instituições. Usando de artimanhas e escamoteando a verdadeira extensão do problema, Plínio Salgado só sublinha alguns de seus aspectos, como o fato de que o liberalismo promete liberdade e "só garante aos mais fortes, aos que possuem bens econômicos suficientes para defender os próprios direitos... e a liberdade política foi uma conquista burguesa para a burguesia, apesar das promessas universais da Revolução Francesa". Além disso, pergunta, por que o Estado liberal é neutro diante do conflito de classe, e o que valem o voto e o mito da soberania popular? No entanto, é Miguel Reale que estuda mais profundamente o problema, desenvolvendo-o do ponto de vista histórico, analisando-o desde o mundo antigo aos dias de hoje.

O conceito de capitalismo internacional é apresentado dubiamente. Hélgio Trindade resume o problema da seguinte maneira: "Os textos dos principais teóricos utilizam uma linguagem, muitas vezes fortemente capitalista, ao mesmo tempo que a

organização proposta pela ideologia (integralista) não põe em questão os princípios básicos do sistema". Apesar de diferentes e contraditórios, desta maneira os pensamentos de Miguel Reale e Olbiano de Mello propõem reformar o capitalismo. Porém, o que entendem por reformar? São várias medidas, todas ligadas aos "interesses nacionais": 1) rompimento dos vínculos do capitalismo nacional com o capitalismo internacional; 2) controle do Estado sobre a economia; 3) finalidade ética do desenvolvimento da economia. Esses motivos, aparentemente reais (tais como se apresentam são insustentáveis, pois é impossível isolar a economia de um país), esboroam-se quando, contraditoriamente, os integralistas acentuam os outros fatores da autonomia econômica: 1) valor da iniciativa individual ("o integralismo é contra o controle dos capitães da indústria"); 2) a necessidade da propriedade privada e do lucro.

Os conceitos de socialismo e judaísmo também não são coerentes, apresentando caráter difuso. Para os integralistas, o socialismo se confunde com o liberalismo, sendo ambos materialistas; outras vezes, o socialismo é acusado de ser forma ideológica do século XIX, fato que o torna facilmente superado pela filosofia "integral fascista", que surge no século XX; senão, é descrito em termos primários. A deturpação do verdadeiro sentido e conceito do socialismo e marxismo se repete, quando se trata do judaísmo. Baseando-se em literatura européia, Gustavo Barroso acha que os judeus sempre agiram secretamente no decorrer de nossa história; a extirpação desse mal cabe ao integralismo e ao Estado Integral.

O livro de Hélgio Trindade é muito mais rico em análises e informações; mas deixemos de lado outros dados fundamentais, e pensemos no resultado final. Seria verdadeira a afirmativa do próprio Plínio Salgado, de que agora reinam as idéias integralistas? É claro que a declaração não passa de uma fanfarronada, como era comum na época em que o integralismo agia livremente entre 1932 e 1937. Sabemos que o integralismo pensou em subsistir na época do golpe do Estado Novo, e que Plínio Salgado apoiou Getúlio Vargas. Mas o fechamento da AIB, o golpe traiçoeiro de maio de 1938, as ligações com o nazismo e o fascismo, a espionagem integralista a favor do Eixo e o ressurgimento do partido no Partido de Representação Popular (1946) mostram uma coerente linha de ação, que não é representada por mero acaso. Mas o que mudou foi o integralismo ou a situação geral do país? Não há dúvida de que ambos mudaram; mas o fato do metamorfosado integralismo continuar após 1946 mostra não só a tolerância das classes dirigentes brasileiras em face de movimentos deste tipo como também o desfrute mútuo que se estabelece entre os dois lados.

"O eleitor pôde andar em todos os transportes dizendo que é de Jânio mas na seção vote em Lott". (De um dos muitos boletins do coronel Chico Heráclio ao eleitorado de Limeiro, Pernambuco.)

Enquanto perdurar a matreirice dos chefes políticos da zona rural, em Pernambuco será difícil a aplicação da norma que define como atribuições da Justiça Eleitoral o transporte e a alimentação de eleitores. "O problema é insolúvel", diz o pernambucano Geraldo Guedes, deputado federal, 30 anos de política.

Ele calculou que, em Pernambuco, um deputado federal não irá gastar, até as eleições de novembro, menos de Cr\$ 400 mil, enquanto que a conquista do Senado ficará em torno de Cr\$ 2 milhões. Esses gastos, segundo o deputado, se dividem em despesas de transporte, financiamento de cabos eleitorais, comícios, viagens e material de propaganda.

Concordando com Guedes, o deputado Jarbas Vasconcelos, 32 anos, secretário do MDB no Estado, acha que a idéia lançada pelo deputado Etelvino Lins e encampada pelo Executivo é "utópica e ilírica". E explica: "É muito difícil que a Justiça Eleitoral tenha condições de transportar os eleitores da zona rural e, caso isso aconteça, mesmo em pequena escala, será para beneficiar a ARENA".

Apesar do projeto ter suscitado opiniões completamente diferentes entre políticos da ARENA e MDB, restou apenas uma unanimidade: todos concordaram que perdura uma forte influência econômica do poder econômico durante as eleições. "Atingimos um estágio infeliz, principalmente em Pernambuco, onde o voto deixou de ser um instrumento para promoção do desenvolvimento e bem-estar, para se converter em mercadoria", escreveu o colunista Ernani Régis, da família de políticos, no *Diário de Pernambuco*.

Ainda em sua coluna política, Ernani observa que "a presença do dinheiro está inclusive alijando ou ameaçando de estrangulamento as inúmeras vocações da classe média que sonham em contribuir para a renovação dos quadros políticos e partidários. O fenômeno, frise-se, não se restringe apenas aos arenistas, sendo igualmente presente no MDB. Em linguagem do matuto, eleição em Pernambuco significa *chover no roçado*. Chuva que, mesmo sendo de quatro em quatro anos, molha e irriga

Pernambuco CHOVENDO NO ROÇADO

Ivan Maurício

os bolsos de muita gente e encharca a consciência de um eleitorado ainda não devidamente conscientizado para o valor do voto secreto".

Então, quais seriam as nuances desse processo de envolvimento financeiro de uma eleição? Analisando o atual momento de preparativos para as eleições de novembro, já se pode anotar algumas palavras que são constantes no dicionário dos políticos: *voto de cabresto*, *voto-mercadoria*, *curral eleitoral*, *chefe político* e *cabo eleitoral*.

Voto de cabresto é "o que antigamente o matuto doava ao coronel e

este trocava com os políticos de seu partido, por prestígio e empregos" (Marcus Vinicius Vilaça e Roberto Cavalcanti de Albuquerque, in *Coronel, Coronéis*, Editora Tempo Brasileiro, 1965). Já é um clássico do *coronelismo* o telegrama enviado por chefes políticos pessedistas ao coronel José Abílio, de Pernambuco: "Pedimos reservar toda votação Bom Conselho para Barros Barreto". Esse tipo de voto, atualmente, se encontra em franca decadência, pois o comportamento do matuto se constituiu apenas numa "fidelidade ingênua", segundo os pesquisadores. No entanto, em Pernambuco, esse tipo de processo, com algumas variações provocadas

pelo tempo, ainda se pratica em Limoeiro, área de influência do famoso coronel Chico Heráclio, o último representante do *coronelismo* de Pernambuco.

Voto-mercadoria é uma extensão do voto de cabresto, explicam os autores de *Coronel, Coronéis*. "O voto de cabresto passa a voto-mercadoria porque o matuto quer algo em troca do seu apoio, seja um vestido, paletó, chapéu, dinheiro, atendimento médico, remédios, etc.". O deputado-médico Lívio Valença, cujo reduto eleitoral se encontra em São Bento do Una, sertão de Pernambuco, conta seu relacionamento com os eleitores: "Na

última campanha, recebi a visita de um eleitor lá das fazendas. Quando ele me viu, a primeira coisa que disse foi isso: — Doutor, lá em casa são seis votos. Todo mundo desprevenido". Mas quem explica melhor o voto-mercadoria é José Emídio de Lima, 55 anos, cabo eleitoral desde 1935: "Esse ano um voto deverá custar uns 20 cruzeiros, mas, tem político que é matreiro e não dá dinheiro em espécie".

Curral eleitoral são áreas controladas pelos chefes políticos. Normalmente é um município ou mais, localizados sempre em área rural, onde a votação é vinculada aos desejos do chefe político. É uma área de difícil acesso, dominada por famílias ricas e poderosas (ver quadro anexo).

Chefe político é o líder dessas comunidades. É comum o poder de nomear e demitir funcionários burocráticos estar em suas mãos. Difere do coronel pelo fato de representar uma liderança comercial ou industrial aliada a uma militância política concreta. Sua influência, ao contrário dos coronéis, é mais financeira que carismática.

Cabo eleitoral é o intermediário entre o eleitor pobre e o candidato, trabalhando sempre ligado ao chefe político. Hélio Silva, 43 anos, estatístico da Assembléia Legislativa de Pernambuco, faz campanhas como cabo eleitoral desde 1939: "Quando chega esse período, os cabos eleitorais profissionais recebem importâncias que variam de Cr\$ 1 a 10 mil e se fixam nas suas zonas de influência, mantendo assistência médica gratuita ou ajudando uma agremiação carnavalesca ou terreiro de macumba. É daí que ele tira seu prestígio".

No Recife, o esquema que mais funciona é esse: cada vereador tem direito a uma verba de Cr\$ 75 mil por ano para destinar a instituições de reconhecida utilidade pública. Mas como a fiscalização não é rigorosa é comum acontecer, como ocorreu esse ano, de surgirem verbas para entidades de utilidade misteriosa, como a Sociedade 24 de Agosto de São Bartolomeu (Cr\$ 2 mil) ou o Núcleo de Assistência Historiador Pereira da Costa para Fins Carnavalescos (Cr\$ 5,5 mil). Mas graças a essas subvenções e um trabalho de base junto a esses núcleos de comunidade é que os cabos eleitorais fazem seu prestígio. Conta orgulhoso Hélio Silva: "Esse ano já recebi proposta de um deputado que queria pagar Cr\$ 10 mil pelo meu apoio, recusei a proposta pela amizade que tenho ao deputado Nivaldo Machado, presidente da Assembléia Legislativa de Pernambuco".

Os "currais eleitorais"

FAMÍLIA: GUERRA

Patriarca: Paulo Guerra (ex-prefeito de Orobó e Bezerras; ex-deputado estadual e federal; ex-vice e governador de Pernambuco e atual senador).

Área de influência: Agreste e sertão.

Candidatos: Joaquim Guerra (filho) e Enio Guerra (primo) para deputado estadual; Aderbal Jurema (correligionário) para federal. Paulo Guerra, 57 anos, 5 fazendas, 6 mil cabeças de gado, conta com o apoio de 40 prefeitos e formou base eleitoral em 80% dos 164 municípios de Pernambuco.

Partido: ARENA.

FAMÍLIA: HERÁCLIO

Patriarca: Coronel Chico Heráclio (Francisco Heráclio do Rego, 88 anos, 12 fazendas, dois engenhos, 20 a 30 filhos naturais (não sabe precisar o número exato), 10 mil afilhados).

Área de influência: Limoeiro (zona da mata norte).

Candidatos: Luiz Heráclio (sobrinho) e Jäder Heráclio (neto) para deputado estadual. O coronel Chico Heráclio há 42 anos que não perde eleição em Limoeiro, já elegeu os filhos Francisquinho (duas vezes prefeito de

Limoeiro e cinco vezes deputado federal), José (vereador de Limoeiro) e Heráclito (uma vez deputado federal e três vezes estadual).

Partido: ARENA.

FAMÍLIA: COELHO

Patriarca: Coronel Quelê (Clementino de Souza Coelho, falecido).

Chefe: Nilo de Souza Coelho (ex-deputado e ex-governador de Pernambuco).

Área de influência: Petrolina (sertão do São Francisco).

Candidatos: Os correligionários Honório Rocha e José Ramos para deputado estadual e Marco Antônio Maciel para federal. Há 15 anos que os irmãos Coelho se revezam na prefeitura de Petrolina.

Partido: ARENA.

FAMÍLIAS: FERRAZ/NOVAIS

Chefes: Vital Novais e Audomar Ferraz.

Área de influência: Floresta (sertão).

Candidatos: Vital e Audomar para deputado estadual. Antes de cada eleição, a família Ferraz faz convenção para escolher seu candidato. Já foram

escolhidos: Afonso, João Marques, João Falcão e Audomar.

Partido: ARENA.

FAMÍLIA: FERREIRA LIMA

Patriarca: Coronel João Ferreira Lima (falecido).

Chefe: João Ferreira Lima Filho.

Área de influência: Timbaúba, Aliança (zona da mata norte).

Candidato: João Ferreira Lima Filho (deputado estadual). Há 46 anos que os irmãos Ferreira Lima não perdem eleição em Timbaúba.

Partido: MDB.

FAMÍLIA: FERRAZ

Chefe: Olímpio de Souza Ferraz (deputado estadual de 1945 a 1970).

Área de influência: Custódia, Ibirimir, Inajá (alto sertão).

Candidato: Antônio Airton Benjamin (filho) à reeleição para deputado estadual.

Partido: ARENA.

FAMÍLIA: SANTANA

Chefe: Wilson Santana.

Área de influência: Flores (sertão).

Candidato: Wilson Santana (deputado estadual).

Partido: ARENA.

O presidente do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), Paulo Berutti de Azevedo, alimenta uma firme convicção: só o Exército, segundo pregou recentemente em Manaus e Porto Alegre, pode evitar a destruição da fauna e da flora brasileiras.

Na verdade, o que ele pretendia deixar claro, antes de qualquer outra coisa, é a impotência do órgão que dirige na tarefa de evitar que só no Vale do Xingu, no Pará, 20 mil animais sejam mortos anualmente. Sete anos depois de promulgar uma legislação impecável e de iniciar grande campanha contra o abate de árvores e de animais silvestres, o governo parece convencer-se de que a missão é incomparavelmente maior do que o pequeno número de fiscais que mantém na Amazônia. Para se ter uma idéia da dimensão do problema, em todo os Estados do Pará e do Amapá, cobrindo uma área de 1 milhão e 300 mil quilômetros quadrados, existem apenas 12 fiscais do IBDF.

Com sua experiência de ex-caçador profissional, ou *gateiro*, Inocêncio Dias de Oliveira, um dos fiscais sediados no Estado do Amazonas, é o primeiro a reconhecer a quase inutilidade de seu trabalho. Aos 49 anos, ele conheceu centenas de *gateiros* durante os seis anos em que caçou, mas até hoje, apesar de cumprir ativamente a desagradável tarefa de denunciar vários ex-colegas, não conseguiu sequer reduzir a matança de antas, jaguatiricas, onças, veados, queixadas, lontras ou ariranhas no município de Altamira, 28 mil habitantes, cortado

pela rodovia Transamazônica e pelo rio Xingu.

Inocêncio foi contratado, há pouco mais de um ano, como classificador de madeiras na base do IBDF em Altamira, mas seu principal trabalho é percorrer várias vezes por dia o porto da cidade, relacionar nomes dos *gateiros* e mandantes, dar informações à polícia, descobrir aviões que transportam peles clandestinamente e tentar ficar atualizado com as sempre renovadas formas das peles saírem do município.

O caçadores de Altamira preferem a região do rio Iriri, a oito dias de barco do centro da cidade. Numa pequena canoa, carregada de armas, munição e alimentos, eles partem em grupos de dois ou três, separam-se na selva e montam as armadilhas. Inocêncio gosta de lembrar que a matança de animais é sempre computada pelo número de peles comerciais, mas vai muito além disso: para manter-se na mata, o caçador abate muitos veados e macacos, que o alimentam e servem de isca. Para atrair uma onça até a armadilha é preciso esfregar o animal morto no chão e, assim, criar a pista. Num cálculo otimista, o ex-*gateiro* diz que para cada onça caçada, são mortos

Amazônia A CAÇADA CONTINUA

Sergio Buarque



mais quatro outros animais.

Desde 1967, data da promulgação da lei 5.197, a caça profissional e o comércio de peles estão proibidos no Brasil. Mas ninguém cumpre a lei, especialmente na Amazônia. Estima-se que só na região do Xingu (300 mil quilômetros quadrados), cerca de 500 caçadores profissionais continuam

abatendo 20 mil animais por ano. Para o trabalho de fiscalização, o maior obstáculo, além da pobreza de recursos, é a própria região: imensa, cheia de rios, igarapés e grutas que se convertem em bons esconderijos.

Outro problema é a dificuldade da punição dos responsáveis pela comercialização. O caçador é

comumente coletor de castanha-do-pará ou seringueiro, mas um quilo de borracha custa apenas 30 cruzeiros, como lembra o austríaco Eurico Krautler, bispo de uma prelazia de 332.400 quilômetros quadrados. Ele chegou a Altamira há 34 anos, conhece todo o vale do Xingu, seus índios e caçadores. Sabe que matar animais é contra a lei, mas não censura ninguém por isso. "Quando um caçador tira um gato selvagem, não está só querendo matar um animal. Está ganhando 600 ou 700 cruzeiros e sustentando a família".

Veladamente, o IBDF chega a concordar com tom Eurico. O problema não é na verdade o pequeno caçador, mas os mandantes, os patrões. Geralmente comerciantes fortes, com influência e domínio da comunidade, eles continuam financiando a caça e permanecendo impunes. O fiscal Inocêncio de Oliveira fez uma lista dos 35 maiores mandantes de Altamira, encabeçada por Sebastião Milito, dono da Exportadora e Importadora Xingu, que vende secos e molhados e compra borracha, castanha e peles. Milito pratica, como milhares de comerciantes, a seguinte receita do aviamento: fornece alimentos, armas, munição e bens de consumo a lavradores, seringueiros ou *gateiros*, sustenta sua família quando deixam a cidade, e, ao pagar o produto do trabalho (borracha, castanha ou peles), desconta os adiantamentos. Quase sempre o saldo do trabalhador é negativo.

continua na página 16

continuação da página 15

O responsável pela base física do IBDF, engenheiro florestal Pedro Paulo, apreendeu, no ano passado, 450 peles de caítiu (porco do mato) avaliadas em 10 mil cruzeiros, que desembarcaram no porto de Altamira em direção aos armazéns de Sebastião

Milito. Lavrado o termo de apreensão e depositadas as peles no minúsculo prédio da Delegacia de Polícia instaurou-se um inquérito, estranhamente sem consequências. Os gateiros que conduziam a mercadoria declararam-se financiados pelo comerciante — numa confissão rara e considerada preciosa — mas nada foi feito.

Se alguém perguntar na Delegacia, onde as peles apodrecem, o que dizem as denúncias do inquérito e o que foi feito, não obterá respostas. Todos sabem quem financia a destruição da fauna, mas nenhum dos mandantes é molestado pela polícia.

Contudo, ainda que de precária execução, a possibilidade de sanções

produziu alguns efeitos. Hoje, os comerciantes são obrigados a se utilizarem de expedientes imaginosos para fazer com que as peles cheguem ao Ceará, de onde são exportadas para os Estados Unidos. Mas a rentabilidade do negócio compensa até mesmo os ardis mais dispendiosos, como a mobilização de aviões para o transporte, por exemplo. Atualmente, uma

pele de onça custa 1.200 cruzeiros; a de jaguatirica, 600 cruzeiros; a de caítiu, 250 cruzeiros; e a de veado, vendido a quilo, 40 cruzeiros. Em 1967, as exportações renderam 10 milhões de dólares em divisas ao Brasil, um número, sem dúvida, atraente, e capaz de fazer muitas pessoas esquecerem a grande ameaça de dizimação gradativa que paira sobre a fauna amazônica.

OS BEBÊS DE LABORATÓRIO

Heitor da Luz

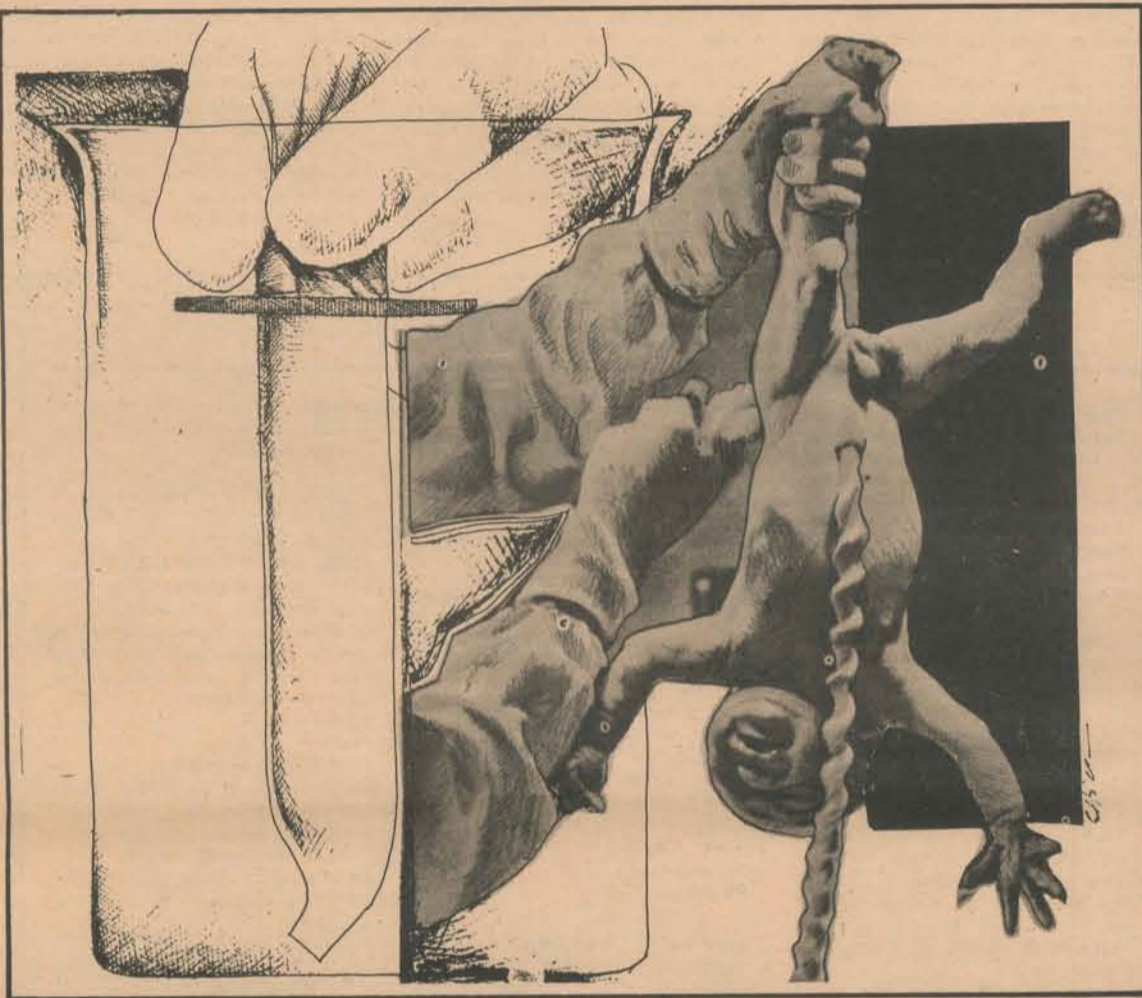
A recente declaração do professor Douglas Bevis, da Universidade de Leeds (Inglaterra), de que "três bebês concebidos em laboratório vivem normalmente em lugares não revelados da Europa, o mais velho já com 18 meses de idade", provocou vivos debates. Houve quem se surpreendesse, como o dr. Robert Edwards, da Universidade de Cambridge, que junto com seu colega Patrick Steptoe vem trabalhando há cinco anos em pesquisas para a fecundação de óvulos humanos em provetas e posterior implantação em mulheres estérteis. E houve também quem manifestasse desconfiança pouco velada, como demonstra o desafio lançado ao prof. Bevis pelo mais célebre ginecologista inglês, sir John Peel, que gostaria de ter provas (ainda não fornecidas) da sensacional revelação. Mas além das discussões técnicas, a criação da vida humana a partir de métodos não convencionais levanta também questões filosóficas, aqui debatidas por Heitor da Luz.

A ambição de fabricar seres humanos por meios outros que não os vulgares é antiga. Mas não muito antiga, pois é "ocidental": judia, árabe e cristã. Os chineses tinham toda espécie de gênios, os indianos, de deuses. Mas a magia que pretendiam era afinal de contas modesta — vida longo sem dificuldade ou a liberdade de todo cuidado; o fim de toda dor. Para o sábio chinês, mexer na ordem universal, desviar as coisas de seu *tao*, era o cúmulo da loucura; para o indiano, significava o auge da ignorância qualquer tentativa de introduzir mais vida no "infinito labirinto dos efeitos e das causas" — ainda que pelos meios vulgares.

O Ocidente judeu, árabe e cristão, teve a ambição de fazer ouro, o elixir da longa vida. Tudo coisas também indianas e chinesas, pois lá como cá o ouro e o tempo são as chaves do poder. Mas o *homunculus*, magicamente feito de sêmen de cavalo por meio da sutil manipulação dos fogos, o golém animado pela palavra cabalística com que Deus criou o mundo, isso é ocidental. Apesar dos manuscritos, porém, não parece que os rabinos de Praga ou os alquimistas toledanos tenham conseguido seu intento. Obtiveram, por vezes, a proteção dos reis, por vezes a fogueira misericórdia da Inquisição, geralmente a pobreza e a obscuridade. Descobriram, sem querer, muita coisa química, e geram na Igreja um horror coerente: fabricar um ser humano no laboratório... Qual foi mesmo a promessa com que a Serpente perverteu nossos pais? *Erit sicut Dei* — Sereis como deuses...

Mas não foi a Bíblia e seus delegados quem fez abortar o homúnculo artificial. Foi a ciência nascente. Tudo o que é vivo vem de um ovo, proclamou a Biologia logo que aprendeu a falar, enquanto a Química sacudia a cabeça perante a infantilidade da Alquimia: é tão complexo o ser vivo mais simples, que pretender fabricá-lo com sêmen de cavalo e ervas do campo é como querer compor um poema jogando ao acaso, num prelo, tipos de impressão. O que não impede, aliás, que o "labirinto dos efeitos e das causas" — a chamada Natureza — o tenha feito, ajudado ou não por algum deus. Seu patrimônio de tempo não tem comum medida com o nosso, e o fato mais improvável acaba acontecendo, algum dia, em algum lugar.

E nisto ficou o homem artificial, por alguns séculos. Nos conventículos dos iluminados ainda se falava nele. Mas o



golém se tornara o brinquedo — imaginário — de uma classe à margem. À margem tanto da ciência e da ideologia de seu tempo quanto da obra material dele: a construção do Império, a exploração não do saber, mas dos bens e dos braços da Ásia e da África.

Os sonhos fundamentais não morrem, no entanto, com essa facilidade. E o sutil Voltaire mostrou ser — também — obtuso, ao proclamar a morte dos mágicos, já no século XVIII. Por dois caminhos voltou o homúnculo à consciência social, ambos atalhos recuperados por meio da máquina de terraplenagem da ciência moderna: o *robot* e a inseminação artificial. Do primeiro, diremos apenas que, considerado em seu sentido mais intenso — um homem artificial — é tão impossível hoje como há mil anos. A complexidade da vida continua reduzindo ao ridículo os computadores. Apesar dos mitos correntes, uma mísera barata reduz quase a zero os monstros produzidos pelos esforços dos engenheiros de computação. E não é demais lembrar que qualquer amor de terceira ordem pode dar uma torre de vantagem a qualquer computador enxadrístico existente ou projetado, e vencer sem maiores dificuldades.

Pelo caminho, afinal de contas mais modesto, da Biologia, a paisagem é outra. Não se trata, evidentemente, de criar um homem artificial no sentido estrito, pois se parte do óvulo e do sêmen. Na verdade, a fecundação e gestação *in vitro* se parece com o ciclo genético dos vertebrados mais primitivos — os peixes, por exemplo, cuja cópula é externa: a fêmea deposita seus ovos, e o macho seu sêmen, nas águas maternas dos rios, onde se dá a fecundação, a gestação e o nascimento. O complicado e dispendioso processo

da fecundação e gestação interna parece ter-se estabelecido como adaptação à vida em terra firme, e não cessou de se aperfeiçoar desde que o anfíbio saiu em busca de novas perspectivas sobre o solo dos continentes. O leite materno é o mais recente aperfeiçoamento nesse processo, cujo fim — se deixada a matéria livre de seguir seu próprio dinamismo eterno — não se vê qual possa ser.

O fato é que o italiano Petrucci conseguiu fecundar *in vitro* um óvulo humano já em 1961, coroando esforços seus e de outros, que vinham de 1942. O embrião resultante viveu 29 dias. Petrucci desistiu de suas experiências, sob o assalto das críticas e dos anátemas: certos jornais o qualificaram de "ou homicida, ou imoral", alternativa imprecisa e redundante, mas que dá a medida da indignação dos bem-pensantes; o Vaticano, após proclamar que o experimento "não tinha nada a ver com a existência de Deus, e não demonstrava o materialismo filosófico", pressionou o governo italiano para sustar as experiências, com sucesso.

Em 1969, Robert Edwards, da Universidade de Cambridge, manteve vivo *in vitro*, por três meses, um feto humano. A intenção era nobre: ajudar a doadora do óvulo, cujas trompas de Falópio eram obstruídas, a ter um filho; a idéia seria reimplantar — ou melhor, implantar — o feto em seu útero, e deixá-lo nascer normalmente. Edwards não o conseguiu, e despertou comentários horrorizados até de cientistas, como prof. Kit Pedlar, da Universidade de Londres, para quem o método Edwards tinha graves implicações políticas. Mas Edwards persistiu. Vez por outra aparecia na imprensa a notícia de algum fracasso

ou quase-sucesso dessas experiências. Até que o dr. Douglas Bevis informou a existência de nada menos de três bebês concebidos *in vitro*, que estariam vivos e com boa saúde, na Europa, o mais velho deles já com 18 meses.

Partamos daí, e suponhamos resolvido o problema que Edwards se propôs há mais de 10 anos: promover a fecundação fora do corpo humano, esperar o amadurecimento do feto e reimplantá-lo no útero da própria mãe — a doadora do óvulo — para que nasça normalmente. Não se vê o que a Igreja, ou quem quer que seja, possa objetar a isso. O método preserva até a maldição bíblica — "parirás na dor" — e permite a mulheres, afetadas de certos tipos de esterilidade, serem mães. Moralmente, nada tem em comum com as tentativas de Petrucci, que pretendia, de fato, eliminar a mãe como gestadora. Na prática, não pode deixar de ser um método difícil, caro e sujeito a toda sorte de fator aleatório. Além de eliminar a geração justamente sua fase mais atraente. Por esses meios não é provável que surjam problemas políticos como os previstos pelo prof. Pedlar. Pelo menos, nenhum que a simples inseminação artificial não gere.

De outra forma se coloca o problema se a gestadora for outra que não a doadora do óvulo — possibilidade ainda remota, por causa dos conhecidos fenômenos de rejeição. Um sistema desse tipo poderia fundar na sociedade humana uma "divisão de trabalho" semelhante à que existe entre as formigas: algumas mulheres seriam "reprodutoras", as outras se limitariam a doar óvulos. As possibilidades de "admiráveis mundos novos", abertas por um processo desse tipo, são tão evidentes que não é necessário indicá-las. Quando tal coisa for possível, os tiranos que nos

espreitam terão mais um elemento para alimentar o computador de seus sonhos. Um dos quais, como se sabe, é a manipulação integral do patrimônio genético da humanidade, a fim de fomentar o domínio de alguma característica que considerem "superior" — por exemplo, o porte esbelto, os cabelos louros, ou a tendência a não discutir ordens nem pôr em dúvida a sabedoria do *fuehrer*.

Uma terceira possibilidade é a eliminação total da gestadora: o feto se desenvolveria, até o nascimento, *in vitro*. Como a matéria-prima — óvulo e sêmen — é barata e de fácil obtenção, para qualquer Estado ou mesmo pessoa particular, se teria chegado à solução definitiva de uma série de problemas incômodos: o do sexo, reduzido a uma pequena operação cirúrgica, rápida e indolor; o das relações interpessoais, que poderiam simplesmente ser reduzidas a relações de trabalho; o da demografia, que ficaria sob o total controle das autoridades. Veja-se Aldous Huxley, para um resultado possível. A sociedade imaginada por Orwell, em seu famoso 1984, é dinâmica, instável e libertária perto das perspectivas abertas por tal "engenharia biológica". O pesadelo dos alquimistas se teria realizado, porque a diferença de matéria-prima — sêmen e óvulos humanos, e não ervas, metais, ou sêmen de cavalo — é praticamente irrelevante.

No pé em que as coisas estão, porém, é ainda mais barato e mais fácil utilizar o "produto semi-acabado" — a criança gerada, gestada e nascida por meios naturais — e dar-lhe um "polimento" adequado pelos métodos consagrados da educação e da propaganda. Tem-se conseguido, assim, fabricar gerações inteiras capazes de morrer para defender a idéia de que três é igual a um, para citar um exemplo já antigo.

Resta que o golém ou o *homunculus* — e o *robot*, palavra tcheca que significa "trabalhador" — eram, além do que mais pudessem ser, *escravos*. O alquimista queria servos, como queria ouro, e pelos mesmos motivos. Queira também vingar-se da própria impotência — o alquimista era quase sempre um velho — tornando-se capaz de prescindir de mulher na própria obra de geração. Duas afirmativas infinitamente discutíveis — por isso mesmo as fazemos — que indicam, talvez, de que lado está o perigo das experiências de Edwards. Desejo imoderado de poder, sexualidade inibida e deformada. Há gente assim, e, o que é pior, há um pouco disso em cada um de nós. Enquanto for este o caso, terá sentido o fim do poema *O Golém*, de Jorge Luis Borges — tranquilo e misterioso, mas também inquietante, como costumam ser os bons poemas. Após relatar o sucesso e o fracasso do Rábino — protótipo medieval do dr. Frankenstein — que animara por meio da Cabala um ser que se revelou estúpido e perigoso, Borges diz mais ou menos o seguinte: Assim cismava o Rábino, contemplando o filho de sua palavra, e se perguntava por que introduzira mais essa complicação num mundo já tão complicado. Mas não se sabe o que pensava Deus, contemplando o seu rabino em Praga.

O que Deus pensa, nisso estão de acordo crentes e descrentes, embora por motivos que se opõem, nunca poderemos saber. Mas é bom saber o que nós pensamos sobre coisas como a gestação *in vitro*. De outra forma, outros pensarão por nós. O que muito provavelmente não nos convém.

O SALÁRIO OU A VIDA

"A vida e a saúde dos trabalhadores não podem, de maneira alguma, ser sacrificadas pelo ganho financeiro"

Flávio de Carvalho

Colocada no dramático dilema de decidir entre "o salário ou a vida" de seus associados, a poderosa e tradicionalmente conservadora central sindical americana, a AFL-CIO, deixou claro que, ao contrário do que muitas vezes aconteceu no passado, não tem a intenção de barganhar com a saúde e segurança de seus sindicalizados. Do outro lado, o presidente da divisão química da B. F. Goodrich acenava com o espectro do desemprego maciço dos operários da indústria do plástico, caso fossem adotadas novas medidas de segurança no trabalho exigidas pelos sindicatos. Esse impasse surgiu depois de uma polêmica a respeito da periculosidade do cloreto de vinil, um gás que é componente básico para a fabricação do PVC (policloro vinil), um dos mais difundidos plásticos. No início desse ano, a B. F. Goodrich confirmou a morte de três operários em uma única fábrica, vítimas de uma forma raríssima de câncer no fígado, o angiosarcoma, uma forma de câncer que só foi até hoje registrada 100 vezes na história médica.

A ocorrência de três casos em apenas uma fábrica foi então qualificado como uma espécie de "mini-epidemia"; imediatamente outras fábricas iniciaram levantamentos semelhantes e diversos casos foram descobertos. Os 20 casos até hoje seguramente documentados em todo o mundo podem parecer insignificantes mas sindicatos e autoridades governamentais americanas e européias estão preocupados com o fato dessa forma de câncer levar perto de 20 anos para se manifestar, o que é aproximadamente o tempo decorrido desde que o cloreto de vinil passou a ser produzido em massa. Assim, esses 20 casos seriam apenas as primeiras vítimas de uma doença que pode

tornar-se epidêmica entre os trabalhadores da indústria do plástico. Mesmo esses 20 casos são estimativas superficiais: os médicos acreditam que sendo o angiosarcoma uma forma tão rara de câncer, em muitos casos ele foi diagnosticado como outra doença.

Em 66 e 67 pesquisadores britânicos descobriram uma alta incidência de acro-osteólise entre os trabalhadores das indústrias que usavam o cloreto de vinil. A preparação do PVC a partir do gás de cloreto de vinil envolve três fases com diferentes níveis de periculosidade para os operários: 1) a preparação do gás de cloreto de vinil; 2) sua transformação em PVC; 3) a transformação do PVC em utensílios. É na segunda fase que os operários são mais atingidos porque os tanques onde se processa a transformação do gás em plástico devem ser lavados manualmente (várias indústrias usam agora equipamento de lavagem automática). Quando se manifesta, a doença é dolorosa, diz um operário britânico atingido: "Inicialmente notei que meus dedos definhavam. Fui ao médico e recebi tratamento para circulação deficiente. Depois as articulações começaram a enrijecer e eu não podia mais abrir a boca o suficiente para comer. Agora a doença se espalhou e minha pele se tornou tão dura que o médico precisou usar cinco agulhas para colher amostra de sangue". A acro-osteólise cessa a evolução quando se retira o contato com o cloreto de vinil, porém as deformações dos ossos e articulações são irreversíveis.

Uma lista crescente de moléstias atribuídas ao cloreto de vinil e ao manuseio do PVC passou a receber o rótulo genérico de "moléstias do PVC": aumento do volume do fígado e baço, contaminação do sangue,

deformação de ossos e articulações, restrição ao funcionamento do pulmão e da circulação do sangue e impotência sexual. Mas a moléstia mais grave descoberta ainda é o angiosarcoma, e as perspectivas de que novos casos ocorram com maior frequência são alarmantes. O dr. Irving Selikoff, um conhecido pesquisador que demonstrou a relação entre a inspiração de partículas de asbestos (material fibroso) e o câncer, estima que 10 a 15% dos operários que trabalham ou trabalharam com o PVC morrerão inevitavelmente de angiosarcoma.

Os primeiros trabalhos sobre os níveis de periculosidade do cloreto de vinil, feitos pelo Instituto de Oncologia de Milão, mostravam que cobaias contraíam angiosarcoma quando expostas ao cloreto de vinil mesmo quando havia apenas 500 partes do gás em 1 milhão de partes de ar (500 ppm). Posteriormente verificou-se que mesmo a 50 ppm ainda havia risco.

Até então o risco do câncer se limitava aos operários que lidavam com a conversão de cloreto de vinil em PVC e com os encarregados da limpeza das autoclaves, mas em maio deste ano dois cientistas da Universidade de Bonn (Alemanha Ocidental) revelaram que pelo menos em seis casos comprovados operários que lidavam com PVC contraíram moléstias que parecem ser precursoras do angiosarcoma. Segundo as estatísticas conhecidas, existem perto de 6 mil operários nos EUA e 26 mil no mundo que trabalham com PVC. Mas segundo o dr. Selikoff existem dezenas de milhares lidando com a transformação de PVC em utensílios, desde discos até pisos de vinil.

Com isso, os sindicatos e órgãos governamentais em vários países pressionam as fábricas para que reduzam a densidade de cloreto de

vinil a 1 ppm. Essa restrição, que seria seguida da "tolerância zero", foi recebida com enorme desagrado pelas indústrias, apesar de várias delas terem adotadas medidas de segurança muito abaixo do permitido por lei atualmente (50ppm). A tolerância zero "tornará virtualmente impossível às indústrias operarem", diz um porta-voz da B. F. Goodrich, ameaçando os sindicatos com a perspectiva de desemprego maciço.

A resposta da IUD (Industrial Union Department), um organismo da AFL-CIO, rompendo uma tradição de militância do movimento operário americano, advertiu às indústrias dizendo que não está disposta a barganhar com a saúde dos seus sindicalizados. Para a IUD, "...é mais barato deixar morrerem alguns operários que investir alguns milhões, no controle dos gases tóxicos. O trabalhador está subsidiando o custo de produção com a própria vida". Para Walter B. Connolly, da Firestone, em recentes declarações à revista *Business Week*, "aumentar a segurança equivaleria, no caso, a aumentar em 100% a força de trabalho atual". E, é claro, menor produtividade equivale a menores lucros.

Mesmo para os organismos oficiais tem sido difícil lidar com essas poderosas empresas. A FDA (Food and Drug Administration) é obrigada a pedir a colaboração espontânea das fábricas para que enviem as fórmulas de seus produtos. A FDA, segundo a revista *New Republic*, "não testa, normalmente, os produtos que autoriza o lançamento no mercado. Ela tem dependido da honestidade dos dados fornecidos pelas fábricas. Honestidade não é, entretanto, a política das empresas: seus pedidos não tiveram ainda nenhum resultado", pois muitas empresas se recusam a

fornecer a fórmula de seus produtos alegando "segredos comerciais". Não contando com a colaboração das indústrias, o governo americano proibiu a venda de vários *sprays*, desde pesticidas até desodorantes e fixadores de cabelo, que utilizavam cloreto de vinil como gás propelente. A FDA descobriu que a aplicação de *spray* inseticida num banheiro comum, de dimensões médias, por apenas 30 segundos leva o ar a ficar contaminado em 400 ppm, ou seja, quatro vezes mais que o permitido nas indústrias. Os consumidores, entretanto, não estão seriamente ameaçados: nos EUA os *sprays* tiveram o propelente substituído por gás freon — que é inofensivo — a partir de abril desse ano.

Mas para os operários da indústria do plástico a ameaça permanece, com as empresas mantendo uma posição inflexível, na esperança de que a AFL-CIO — amedrontada com o fantasma do desemprego — concilie e não faça exigências que impliquem em grandes investimentos. Por outro lado, Peter Bommarino, presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Borracha, acusa as indústrias de estarem "chantageando" com a ameaça de criar perto de 1,6 milhão de desempregados, pela negativa em adotar os novos padrões de segurança de 1 ppm.

"Não há alternativa" — diz Bommarino — "a questão não é realmente o controle do cloreto de vinil. A questão principal é se a vida tem menos valor que os dólares e se podemos permitir que as empresas dirijam o país. A linguagem e intenção do Ato de Segurança e Saúde Empregatícia significa que a vida dos trabalhadores não pode, de maneira alguma, ser sacrificada para o ganho financeiro. Nossos órgãos vitais e nossos corpos não estão à venda".

DESTRUINDO O ESPETÁCULO

Carlos Murao

Muitas discussões sobre as funções e possibilidades do cinema travadas nas páginas de revistas francesas, como *Le Cahiers du Cinéma*, já influenciaram cineastas brasileiros, refletindo-se em muitos de nossos filmes, pelo menos em seus planejamentos. Agora essas discussões foram retomadas, num livro recentemente lançado na França, por Cristian Zimmer, crítico da revista *Les Temps Modernes*, a qual estão ligados alguns dos mais atuantes intelectuais franceses contemporâneos, como Sartre, por exemplo. O livro, *Cinéma et Politique* (1), é a obra sobre cinema mais comentada atualmente em Paris e certamente será o livro do ano em matéria de bibliografia cinematográfica. Além da retomada de discussões, Zimmer analisa a produção dos últimos anos (produção que é quase totalmente desconhecida no Brasil) à luz de suas teorias.

O centro da discussão é o papel social que a indústria acabou dando ao cinema: o filme é essencialmente um espetáculo que difunde a ideologia do sistema industrial sem que o espectador perceba. De fato, o filme não se apresenta como ideologia, mas como a própria vida. É o fenômeno chamado por vários teóricos de "impressão de realidade". Originalmente, a impressão de realidade aplicava-se à imagem; a reprodução fotográfica dava uma impressão de real: o trem realmente entrava na estação, impressão de realidade espacial. A indústria estendeu esta impressão de realidade espacial pelo tempo, da

imagem para o conjunto das imagens que constituem o enredo de um filme. É portanto necessário que se façam a análise e o processo não só do cinema elaborado pelo sistema industrial, como da linguagem cinematográfica em vigor, em todos os seus aspectos. Pois não é só o espaço/tempo que a ideologia industrial influenciou, mas a interpretação dos atores, a montagem, os gêneros dramáticos, etc. O sistema industrial permite atualmente esvaziar qualquer assunto que se aborde. É o caso, entre outros, dos filmes norte-americanos sobre a problemática dos negros. Ao invés de tratar a situação da população negra, inserem-se personagens negros em gêneros cinematográficos já convencionados: o drama psicológico, o policial,

O conjunto das normas que a indústria emprega para dar ao espectador a impressão de que ele não está assistindo a um filme, mas está vendo um pedaço de vida, pode ser chamado de verossimilhança. Esta é a imitação ideológica do real que se apresenta como o próprio real. Este falso real, assim construído, exerce sobre o espectador uma espécie de fascinação: parece ser a vida tal como ela é.

Para que o espectador não fique com a consciência pesada, esta verossimilhança é envolvida por uma ideologia do espetáculo, que, conforme Zimmer, apresenta três características básicas: 1) o espetáculo é apresentado como "necessário": o homem sente uma necessidade de divertimentos, todos nós precisamos, num momento ou noutro, esquecer as nossas preocupações diárias (diz a sociedade

de consumo) ou esquecer a nossa angústia metafísica (diz a religião judaico-cristã); 2) o espetáculo é dado como "inocente": os filmes contam histórias e estas histórias nada dizem além delas mesmas, não há significações latentes, ideologia subjacente; 3) finalmente, o espetáculo é "legal": ele é institucionalizado; ao assistir ao filme-espetáculo, ao ritual-espetáculo, o espectador não se opõe ao poder.

Zimmer completa sua análise do espetáculo com uma crítica do "filme de mensagem". A mensagem seria uma espécie de "caução moral" do espetáculo, algo sobreposto ao espetáculo para justificá-lo. A mensagem não abre o filme para as eventuais significações que o espectador poderia extrair dele: ao contrário, canaliza o espectador para uma significação determinada. A mensagem não é abertura, é fechamento.

Diante desse panorama oferecido pelo espetáculo, Zimmer valoriza todos os elementos que possam quebrar o espetáculo. Denunciar o espetáculo já é politizar o cinema. É claro que existem diversos níveis, mas já seria uma atitude política, por exemplo, introduzir no filme o cineasta filmando: inserir no espetáculo a fonte de informação já é apresentar o espetáculo como algo não real, mas sim artificialmente elaborado.

Estas considerações levam Zimmer a sugerir uma reavaliação do expressionismo alemão (geralmente tido como a expressão de uma intelectualidade alienada impressada entre a guerra de 1914-18 e o nazismo recente) e do neo-realismo italiano

(geralmente considerado como modelo do cinema que participa social e politicamente de sua época). Enquanto "o famoso respeito à realidade que pareceu revolucionário em obras como as de De Sica (...) só pode parecer hoje irrisório e mistificador", modernos cineastas italianos, como Elio Petri (*A Classe Operária Vai ao Paraíso*), desvincularam-se deste pseudo-respeito, pois a única maneira de respeitar o real é quem mudá-lo. E esta recusa do real já era "um pouco" o princípio do expressionismo. Pergunta Zimmer se as deformações do real observadas nos filmes expressionistas alemães já não traduziriam desejos recalçados do tipo daqueles que Petri quer despertar no espectador.

Já um momento mais complexo da politização do cinema se verifica quando conseguem falar aqueles que em geral não têm direito à fala. Zimmer cita três casos: os marginais, os subdesenvolvidos, os oprimidos. O primeiro caso é o *underground* que entra no "concerto selvagem das vozes novas" na medida em que recusa o profissionalismo, manifesta uma vontade de sabotar o produto entregue ao consumo, encarna desejos de ser subterrâneo, não socializado, que qualquer sociedade tem que rejeitar (por exemplo, certas formas de erotismo). Não se trata de filmes políticos; político é o fato de se fazer estes filmes. Outra voz nova é a dos países subdesenvolvidos. Ai Zimmer adota um ponto de vista que nos parece muito europeu: a simples exibição de filmes de países do Terceiro Mundo já seria uma brecha no sistema de exibição que domina o mercado. Mas o ensaísta não examina

os filmes à luz das contradições sociais de seus países de origem (como faz com os filmes europeus). Mais uma vez aqui pode ocorrer que política seja antes a produção e distribuição dos filmes do que os filmes em si. Sendo que filmes como *Os Herdeiros* e *Terra em Transe* são autenticamente políticos.

É um passo fundamental adiante é quando o cinema assume o ponto de vista dos oprimidos. Por exemplo, o filme de Marín Karmitz *Coup pour Coup* (*Olho por Olho*), que narra uma greve numa fábrica onde trabalham mulheres. Não se trata de mais um filme sobre greves como os cinemas francês, italiano ou americano já produziram muitos, porque tudo é enfocado pelos olhos dos personagens do filme. Não é um filme sobre estas personagens, mas a expressão destas personagens. O que liquida a noção de espetáculo e transforma a dramaturgia.

Importa que estes filmes não cheguem a uma conclusão única, mas permitam ao espectador circular no filme para captar ou elaborar significações. Por exemplo, o comportamento das personagens do filme de Karmitz nunca é óbvio, e decifrar as significações, múltiplas e contraditórias, deste comportamento, já é trabalho sobre a realidade. A fascinação exercida pelo espetáculo que finge ser o real, Zimmer opõe uma atitude de "decifração" dos filmes. Zimmer sintetiza tarefas que lhe parecem urgentes e que teriam certa viabilidade imediata: importa quebrar o espetáculo enquanto espetáculo e enquanto expressão ideológica, e importa alterar o sistema de produção-distribuição dominante.

(1) *Cinéma et Politique*, edição Seghers.

Congresso de psicanálise

O Congresso Latino-Americano de Psicanálise, que se realizou de 19 a 25 de julho no Rio de Janeiro, com a participação de mais de 300 analistas do continente, teve dois temas oficiais: *Identificação e Identidade no Mundo Atual e Psicanálise: Investigação ou Terapia*. Devido ao rigoroso código de ética em vigor, a imprensa não teve acesso às discussões, limitando-se a obter resumos dos grupos de estudo e a fazer pequenas entrevistas com as principais personalidades presentes.

O presidente da Associação Psicanalítica Internacional, dr. Serge Lebovici, por exemplo, falou aos repórteres sobre a questão econômica do tratamento analítico, até o momento reservado a uma elite. Para ele, ainda não existem fórmulas comuns, no plano internacional, para se tornar a psicanálise mais acessível. Alguns países, como a França, a Inglaterra e a Alemanha, têm dispositivos de previdência social capazes de assegurar ao trabalhador o tratamento necessário, e o dr. Lebovici acha que os Estados Unidos e uns poucos países latino-americanos estão caminhando nesse sentido.

Ainda sobre os altos preços cobrados pelos analistas foram ouvidos pela imprensa os drs. David Zimmermann, do Brasil, e Edward Joseph, dos Estados Unidos. Ambos consideram o tempo de uma sessão analítica — 50 minutos em média — o principal responsável por esses preços, que no Brasil oscilam entre 120 e 350 cruzeiros, argumentando que um clínico, por exemplo, atende entre cinco e 10 pacientes nesse mesmo período. Mas segundo o brasileiro Zimmermann — que afirma que a psicanálise não é um tratamento científico de massa — a importância da psicanálise não está na possibilidade de encaminhar o maior número possível de pessoas aos analistas, mas na capacidade dessa ciência orientar vários setores da vida.

O X Congresso Latino-Americano de Psicanálise serviu também para que os analistas elegeissem a nova diretoria do Comitê Coordenador das Organizações Psicanalíticas da América Latina (COPAL), um órgão encarregado de traçar a política de atuação da instituição psicanalítica em nosso continente. A diretoria eleita, tendo à frente o argentino Willy Baranger, estava na oposição há 15 anos e pode ser considerada mais liberal do que a sua predecessora.

O seu programa inclui, por exemplo, o desaparecimento do

psicanalista didata — aquele que forma analistas — considerando que isso é tarefa de todos os analistas titulares, sem distinção. Embora não possa ser considerada uma linha radical, como a dos analistas que pedem à instituição psicanalítica inclusive uma definição política, a atual diretoria da COPAL pretende fazer algumas modificações na estrutura psicanalítica. Uma delas possivelmente é a de abrir a formação psicanalítica para os psicólogos e outros profissionais em ciências humanas, acabando com a exclusividade da formação psicanalítica a médicos.

Bernard Dort em S. Paulo

Considerado por muitos como o mais importante crítico do teatro atual, Bernard Dort, 45 anos, encontra-se mais uma vez em S. Paulo (no ano passado Dort visitou o Brasil pela primeira vez, realizando palestras em S. Paulo, Rio e Porto Alegre); dará um curso de um mês, sobre as formas cênicas do teatro contemporâneo, na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de S. Paulo. Bernard Dort é professor do Instituto de Estudos Teatrais da Sorbonne Nouvelle, Paris, e no Centro de Estudos Teatrais da Universidade Católica de Louvain, Bélgica. Além de inúmeros ensaios de extraordinária importância, Dort tem quatro livros editados: *Cornuille*, o expressivo estudo *Lecture de Brecht* e duas coletâneas de ensaios, *Théâtre Public* e *Théâtre Réel* (uma seleção destes dois livros será brevemente editada, pela Editora Perspectiva, com o título de *O Teatro e Sua Realidade*).

Encerrando um de seus mais significativos ensaios, intitulado *Uma Propedêutica da Realidade*, afirma Bernard Dort: "A idéia de um repertório popular que seria a expressão ideal da vida de um povo corre o risco de permanecer para sempre um bellissimo mito. É no sentido de uma pesquisa nova, bem mais teatral do que dramaturgica, que devem se engajar os teatros que se preocupam com um repertório verdadeiramente contemporâneo. Uma pesquisa desta ordem não será realizada sem consequências: muitos provavelmente serão obrigados

a questionar a própria estrutura de suas atividades, algumas de suas conquistas ainda bem recentes (nas relações com o público e principalmente com o Estado). Pois, agora, se trata menos de refletir o mundo atual no espelho demasiado estreito da cena tradicional. Se trata de enraizar a atividade teatral em nossa sociedade em lugar de serem templos de uma verdade estética ou histórica, nossos teatros, sob pena de se esclerosarem, devem se transformar em laboratórios onde autores, encenadores, atores e espectadores possam livremente confrontar suas experiências e suas representações da realidade". Nitidamente influenciado pelo pensamento de Brecht, Dort é um dos que tem se preocupado (e conseguido efetivamente) enriquecer e dissolver este pensamento, utilizando o método e a poética brechtiana para uma compreensão mais profunda da realidade do teatro de hoje. Ele afirma insistentemente que o teatro contemporâneo deve, antes de mais nada, assumir sua teatralidade como realidade. Seu curso em S. Paulo é, sem dúvida, um dos acontecimentos mais importantes no teatro brasileiro atual.

Confusão na área dos Novos Baianos

Há três meses o horizonte profissional se apresentava tumultuado e incerto para os Novos Baianos (ver *Opinião* de 6/5/74). Mas talvez nem eles próprios imaginassem as nuvens pesadas ainda por vir. Após um sucesso tipo crítica-e-público com seus dois álbuns de 72/73 (*Acabou Chorare*, para a Som Livre, e *Novos Baianos F. C.*, para a Continental), o populoso grupo entrava numa fase que seu líder Gaivão chamou *barra pesada*: excursões tumultuadas e infrutíferas, *calotes*, falta de criatividade. E, sabe-se agora, alguns conflitos internos que se agravariam consideravelmente.

Mas entre abril e maio mudanças substanciais prometiam até mesmo um novo acontecimento na estagnada indústria brasileira de espetáculos: sob a asa protetora do empresário Guilherme Araújo, o colorido grupo-time-de-futebol era preparado para entrar com vigor "no vazio deixado pelo retraimento dos Secos e Molhados", como grande conjunto *pop* brasileiro. As pressões do estrelismo iminente, ao que parece, deflagraram conflitos que além de afastar os Baianos de Araújo provocariam a defecção do

compositor e fundador Moraes, e rumores sobre a provável separação do trio A Cor do Som (Jorginho, bateria e cavaquinho, Dadi, baixo, e Pepeu, guitarra e violão) do grupo original.

E enquanto sai pela gravadora Continental um melancólico último disco dos Novos Baianos em sua antiga formação, a Cor do Som é convidada a estrelar o programa *Sábado Som*, da Rede Globo, e Moraes (agora Moraes Moreira) lança sua carreira solo. Os Baianos por sua vez continuam no sítio de Jacarepaguá jogando futebol e preparando mais uma nova fase de sua tumultuada carreira.

Jorge Mautner vacilante

Tido e havido por muitos como uma das mais promissoras esperanças da música brasileira, o carioca Jorge Mautner, 34 anos, cantor, compositor, poeta e músico (violino e bandolim elétricos), teve finalmente a sua esperada estréia profissional em curta temporada (de 23 a 28 de julho) no Teatro Tereza Raquel, do Rio. Suas incursões musicais, no passado, haviam sido esparsas e confusas: breves aparições na Jovem Guarda de Roberto Carlos, um *séjour* de íntima colaboração com os baianos (Gil e Caetano) em Londres, um fracassado LP para o finado selo Pirata, da Phillips, alguns *shows* no eixo Rio-São Paulo. E, finalmente, uma aparição consagrada na temporada de verão dos baianos em Salvador, no início do ano. Contratado por Guilherme Araújo e dirigido musicalmente por Gilberto Gil, Mautner inicia agora sua escalada profissional distribuindo ainda em profusão os comentários aparentemente contraculturais que sempre rechearam sua trajetória de escritor.

Comentários à parte, a amostra musical servida por Mautner a uma platéia abarrotada de estrelas (entre outros, na estréia, Gil, Caetano, Gal Costa e Macalé) e amigos entusiasmados, deixa bastante a desejar. Muito pouco à vontade no palco, voz hesitante e desafinada, ele limitou-se a desfilar sua plástica (impecável) e um vacilante senso de humor que não faz jus às recomendações dos amigos ("olha o macaco na selva/ não é macaco não/ é o meu irmão"). Musicalmente, nada demais: um clima pronunciadamente *rock*, levado a cabo com competência em especial pela dupla Tuti Moreno (bateria) e Chico Azevedo (bateria e percussão) e o estreante pianista Roberto Carvalho.

Como elemento patético,

notar o fenecimento (ou desmaio?) de uma das plantas colocadas em destaque no palco (provável referência à sensibilidade dos vegetais reverenciada por Mautner), não se sabe se pelas homenagens prestadas ou pelo calor dos refletores da Rede Globo.

"Pop" resistente

Quando surgiu, no final da década de 50, a *pop art* parecia mais uma efêmera manifestação das agitadas vanguardas ocidentais. Afinal, uma escola que tinha como uma de suas principais características repetir pura e simplesmente imagens da propaganda comercial não poderia resistir ao desgaste do tempo. Logo as suas provocações se tornariam inócuas e as obras de Claes Oldenbourg, Roy Lichtenstein, Jasper Johns e outros deixariam de causar polêmica e mesmo de interessar.

A recente exposição *American Pop Art*, no Whitney Museum, Nova York, parece provar o contrário: a *pop* continua viva e cada vez mais difícil de ser rotulada. As suas obras, antigas revelam uma surpreendente atualidade e as novas produções de seus artistas continuam a provocar polémicas. Na verdade, como diz o crítico inglês John Russell, a *pop art* permanece indefinível e esta é a grande vantagem que leva sobre movimentos que foram seus rivais há alguns anos, como a *op art*, e que hoje pertencem ao passado da história da arte. A *op art*, por exemplo, não provoca discussões: toda a tarefa do espectador consiste em acompanhar os seus efeitos óticos.

Um dos principais artistas *pop* norte-americanos, Robert Indiana, afirmou certa vez que a "*pop art* era tudo o que a arte não tinha sido ao longo dos últimos anos". E de fato, desde a diluição do surrealismo, após a Segunda Guerra Mundial, a pintura no Ocidente concentrou-se mais e mais no abstracionismo e na solução de problemas formais. A contrapartida dessa tendência, no plano da vida, era sem dúvida o isolamento e a introspecção. A *pop*, ao retornar decididamente para o objeto e para o contato com o mundo exterior, retomava também à sua maneira uma tradição da vanguarda como provocadora de escândalos e perturbadora da ordem que havia se perdido desde o surrealismo.

O escritor Jorge Luis Borges, num prefácio para uma antologia de seus textos, disse que o tempo era de fato quem compilava as melhores an-

tologias. O mesmo se poderia dizer em relação às obras importantes: o tempo é quem as escolhe. A vitalidade de um movimento artístico é praticamente determinada por sua resistência ao tempo e nesse sentido a *pop art* está se mostrando, para espanto de muitos, das mais resistentes.

Gadda: escritor da neurose

Uma espécie de Guimarães Rosa italiano poderia ser uma simplista definição para o escritor italiano Carlo Emilio Gadda, ganhador do Grande Prêmio Internacional de Literatura em 1963. Ele seria, como o nosso escritor, praticamente intraduzível, pelo modo radicalmente novo com que lida com a língua italiana. Por isso a recente tradução francesa de *La Cognizione del Dolore* (*O Conhecimento da Dor*) está sendo considerada um acontecimento importante e até de certo modo uma aventura intelectual.

Gadda é desses escritores que apresenta dificuldades para os próprios leitores de sua língua, não só por sua linguagem como por seus temas, influenciados por uma leitura séria de Freud. Ele não é um escritor de temas vagamente freudianos, mas sim um escritor preocupado com a verdade daquele que está sendo chamado *O Copérnico da Psicologia*, título que compara a sua revolucionária atuação nesse campo com a de Copérnico na física.

A história de *La Connaissance de La Douleur*, por exemplo, é a história da neurose: a intrincada relação de um filho com sua velha mãe. Para contá-la Gadda usa a própria linguagem da neurose, com seus meandros, seus jogos secretos e seus desejos inconfessáveis, e aí é que está a dificuldade. Sem adotar a escritura automática dos surrealistas, que também pretendia reproduzir o inconsciente, Gadda tenta captar os movimentos da neurose por meio de uma escritura pensada, cheia de sinuosidades e de infrações à sintaxe e à gramática vigentes. Súbitas mudanças de tempo e o uso frequente de dialetos da lombardia e de palavras espanholas são alguns dos seus recursos. Esse caráter difícil, que não deve ser confundido com hermetismo, não impede todavia que Carlo Emilio Gadda (que morreu no ano passado com 80 anos) esteja conquistando a reputação de um dos maiores escritores europeus contemporâneos e um dos que melhor compreendeu a teoria de Freud.

Leonides Bayer Produções Artísticas Ltda.

GRUPO TABA apresenta
O MONTA-CARGA

de Harold Pinter
com Carlos Vereza e Stênio Garcia
TEATRO SENAC — Rua Pompeu Loureiro, 45
Tel. — 256-2746
de 4.ª a 6.ª: 21h 30m, sábado: 20h 30m e 22h 30m
domingo: 18h e 21h 30m

Aguardem, de 14 a 18 de agosto
TEMPORADA POPULAR

Cr\$5,00

Teatro João Caetano
O que mantém um
homem vivo?

de Bertolt Brecht

com RENATO BORGHI

Melhor ator: Molière 66 67 e APCA 67)

e ESTER GÔES

Melhor atriz de 1973 em São Paulo)

Músicas de Kurt Weill e Jards Macalé
patrocínio PAC, DAC e MEC

TEATRO PRINCESA ISABEL — Reservas: 236-3724

3.º mês! O maior sucesso do ano

**A TEORIA NA
PRÁTICA É A OUTRA.**

comédia de Ana Diosdado de Macedo,
na versão de Armindo Blanco
Canção-tema: Edu Lobo e Paulo César Pinheiro

com: Gracindo Júnior, Débora Duarte, Fábio Sabag,
Regina Viana, Vinícius Salvatori, Pedro Paulo Rangel
Direção: Antonio Pedro

De 3.ª a 6.ª: 21h30m — Sáb.: 20h30m e 22h30m
Doms.: 18h e 21h30m — Estudantes: Cr\$ 15,00

TELEVISÃO

Um caso realmente especial

O CRIME DE ZÉ BIGORNA, de Lauro César Muniz — produção da TV Globo — direção: Lima Duarte — Supervisão: Daniel Filho — Música: Edu Lobo — Elenco: Lima Duarte, Leonardo Villar, Sérgio Britto e outros.

Dentro dos esquemas das novelas dificilmente poderá surgir (apesar do esforço de um Dias Gomes ou de um Bráulio Pedrosa, que são os que mais têm procurado reformular as regras do jogo) uma "tele-dramaturgia" maior. Isto se torna evidente quando se compara os capítulos de *A Corrida do Ouro* de Lauro Cesar Muniz (onde algumas idéias poderiam ser boas se sintetizadas, mas ele é naturalmente obrigado a prolongá-las até o esgotamento) e um texto vigoroso (o melhor de Lauro até o momento) como foi o "caso especial" *O Crime de Zé Bigorna*.

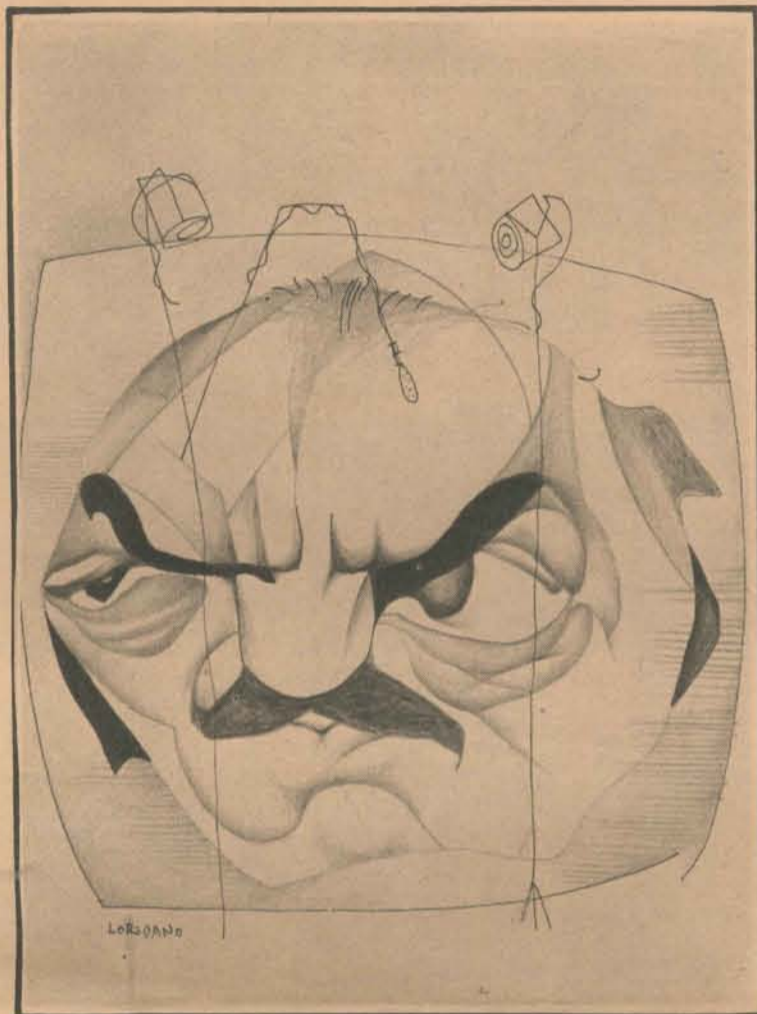
Dramaturgo e professor de dramaturgia, Lauro sempre evidenciou em sua obra uma preocupação séria, apesar de só ter escrito comédias de uma ambição literária e teatral limitada (e seu maior êxito de público não são as melhores: *O Santo Milagroso* e *A Morte do Imortal*, mas sim uma peça bem mais fraca, *Infidelidade ao Alcance de Todos*). No prefácio para o *Imortal*, Fernando Peixoto assinala que Lauro busca fixar tipos nítidos, localizando a ação em pequenas cidades do interior, que conhece a fundo, para que os personagens apareçam como símbolos de instituições e idéias, de uma posição na produção, e assim, através da inter-relação entre os personagens o que procura é "demonstrar a inter-relação das instituições que representam".

Mas o melhor texto de Lauro ainda está inédito: *Sinal de Vida*, uma mudança de rumo em sua obra. É uma reflexão sobre o intelectual brasileiro hoje, uma espécie de autoconfissão ou auto-indagação, feita com amargura. O personagem (e o autor) coloca-se em xeque através do confronto com as mulheres que passaram em sua vida na última década, cada uma propondo um tipo de exigência (ou fuga) de comportamento e opção. Refletindo sobre si mesmo (o personagem no final está disposto a enterrar suas ilusões e pensa em escrever novelas para televisão...), propõe o debate a todo o público.

Na verdade este sinal de vida reaparece, em *O Crime de Zé Bigorna*, curiosamente através de uma volta à temática das pequenas cidades do interior (e desta vez propondo uma eficaz distância no tempo: a ação se desenvolve em 1930 quando, segundo um personagem, as oligarquias estão de "perna bamba"). Agora não uma comédia de sátira de costumes e instituições, mas o esboço de uma tragédia político-social. E aqui é impossível deixar de compartilhar a alegria do autor: numa noite ele deve ter sido assistido seguramente por um público maior do que numa temporada de um ano em teatro. Mas este êxito tem também outro autor: Lima Duarte.

Como diretor de televisão, Lima possui uma segurança de linguagem que foge aos lugares-comuns das pseudo-soluções cotidianas: para ele a imagem representa um significado, a posição da câmara determina um conteúdo, o corte é uma opção dramática, o som não é um acompanhamento musical mas a integração de um elemento básico para fortalecer a imagem. As primeiras cenas e sobretudo os primeiros cortes de *O Crime de Zé Bigorna* já evidenciam esta consciência. E a imagem final é das mais fascinantes que já vimos em televisão no Brasil.

Mas a presença de Lima se faz sentir ainda mais profundamente em seu desempenho no papel-título, absolutamente extraordinário. Lima sabe como mostrar um personagem popular, tragicômico, com sua sim-



Lima Duarte

plicidade e suas contradições, com uma verdade humana que o distancia das interpretações triviais e preenchidas pelas soluções mais imediatas e epidérmicas, que são o habitual dos atores na televisão (e muitas vezes não por culpa dos mesmos: é o próprio sistema de trabalho, assim como a repetição dos chavões e da pobreza das situações, que os transforma em objetos de reprodução de sentimentos e emoções primárias).

E Lima sabe sobretudo como transformar o personagem, no nível da forma de interpretação, quando este se transforma de um pobre coitado e ingênuo ex-ferreiro, cuja aspiração máxima é dirigir a triste banda de sua cidade, num herói necessário aos novos interesses econômicos que surgem com a crise social do país; "a cidade precisa deste herói", insiste o responsável pelo crime do qual Zé Bigorna é inocente mas cuja culpa assume na segunda parte da narrativa. O final é de extrema coragem e introduz uma leitura nova no significado da trama: Zé Bigorna herói-popular, saudando o povo num balcão (depois de ter sido considerado culpado do assassinato do detestado coronel local), transformado em boneco, imagem que se repete mecanicamente, alternando um gesto populista com a saudação nazista, tendo ao fundo a significativa *Calvagada*

das *Valquirias* de Wagner. Neste instante, Lima Duarte não apenas confere uma dimensão mais profunda ao personagem e à telepeça, dignifica não apenas seu desempenho como principalmente a própria condição de ator, constantemente vilipendiada no vídeo.

O Crime de Zé Bigorna mereceria uma análise mais minuciosa. E poderia ser o ponto de partida para a formulação de muitas questões. Não é evidentemente uma obra perfeita; muitos problemas colocados pelo texto nem sempre são resolvidos, mas fica nítida a relação direta entre o acontecimento particular e aparentemente passional-policial, a morte do coronel, com o movimento da História, a transformação que o país começa a sofrer em 1930. As imagens do enterro são fortalecidas pelas vozes off; o povo comentando o crime, manifestando seu repúdio à tirania do coronelismo. E dentro da trama que envolve o crime e a situação social emerge um problema ainda mais complexo e fascinante a assustadora metamorfose de Zé Bigorna, contraditória e estimulante. Importa sobretudo assinalar que Lauro César Muniz e Lima Duarte transformaram um simples "caso especial" num "momento especial" de sensível dignidade. (Andréa Sarti)

LIVROS

Alegoria debochada

VENECECAVALO E O OUTRO POVO, João Ubaldo Ribeiro (Artenova, 135 págs., Cr\$ 22,00)

A ironia foi a arma antropofágica encontrada por Oswald de Andrade para recolocar em circulação o que ele chamou de "lado doutor", ou "lado citações" de nossa cultura; isto é, valores, símbolos e personagens já cristalizados em nosso panorama cultural, os quais, reativados pelo

recomposição de frases feitas, lugares-comuns e fragmentos de linguagens reconhecidamente gastas; tudo isso alinhavado por um humor às vezes repentino, que surpreende o leitor pelo inesperado desfecho de situações encaminhadas até então dentro de um encadeamento lógico. Este procedimento, além de assimilar uma especial habilidade técnica do autor, ressalta a comicidade absurda dos estereótipos que povoam nosso folclore cultural. As histórias são protagonizadas por cinco heróis de sobrenomes idênticos, embora sem nenhuma outra relação entre eles. O inusitado de seus nomes (Venecavallo, Lombatudo, Rombaquirica, Sangrador e Abusado) serve desde o início como referência do tratamento dado aos relatos, que é de caráter essencialmente alegórico.

O suporte maior de interesse é fornecido pela irreverência do deboche, que se manifesta em vários níveis, podendo o seu objetivo se encontrar inclusive na própria linguagem utilizada, como é o caso da última história (*Abusado Santos Bezerra*), onde o autor se utiliza de esquemas narrativos, próprios de novelas policiais ou de séries detetivescas da televisão, acentuando o seu aspecto artificial para que os mesmos surjam na plenitude de seu ridículo. Em outros casos o alvo é a literatura (e talvez alguns de nossos escritores), como se pode notar no trecho em que um dos personagens diz: "Ara, ara, bichinha. Antes peleses mundões, viu-que-te-viu, avistei deparado muito que assim-assim, luziluzindo, eu figurava rindo que nem-nem. Apois, A senhora tolere. Não glosa. Deus esteja, que-que vem a ser isso que nem-nem sei o que for"?

Uma nota de pé de página explica: "Na realidade, ninguém fala assim, mas vai para que seja mantida a alta qualidade literária e por uma questão de autenticidade". Esse aspecto autodesmascarador do relato retira da alegoria o peso morto do seu artificialismo, que é realçado criticamente, tornando-se um elemento dinâmico de representação do real.

O absurdo também se faz presente como na história do obstinado moralista Sangrador Santos Bezerra, que convicto do seu papel de redentor de seu país, o Kazingistão, ameaçado em sua honra nacional pelo comércio de certas aves obscenas, consegue alcançar a presidência, iniciando a promulgação de uma série de decretos, entre os quais o Decreto do Pensamento Positivo, cujo artigo segundo é na íntegra: "O país atravessa época de grande felicidade".

Uma outra característica é o tom libertino em algumas narrativas. A terceira história se aproxima de algumas criações da moderna ficção latino-americana, com a necessária dose de fantástico. Entretanto, o constante deboche, aliado aqui ao forte colorido libidinoso, confere-lhe características mais significativas, senão de uma tradição literária brasileira, ao menos de certos traços da linguagem cotidiana de nosso povo.

Venecavallo e o Outro Povo é um livro que agrada sobretudo pela criatividade humorística do autor, que entretanto não chega a ser, como afirma Alvaro Pacheco, seu editor, "um escritor que reúne o melhor de Graciliano Ramos ao melhor de Guimarães Rosa"; mesmo porque sua literatura nada tem a ver com a desses dois escritores. (João Carlos Padua)

CINEMA

O contra a favor

A LOUCA ESCAPADA (THE SUGARLAND EXPRESS) de Steven Spielberg, com Goldie Hawn, Ben Johnson e Michael Sacks

Há um renascimento do gênero policial norte-americano. Os filmes se ambientam ora nos anos 30, ora na atualidade. No primeiro caso, são filmes que vão desde o já antigo *Bonnie and Clyde* até *The Sting* (*Golpe de Mestre*) e que focalizam principalmente os bandidos, seus ataques contra a sociedade, rivalidade entre gangs; em geral, o espectador é levado a simpatizar com o anarquismo ou a irreverência que eles expressam.

Os filmes ambientados na atualidade dão um papel mais saliente à polícia, quando não são os próprios policiais os heróis dos filmes. Filmes que estão agora na praça, como *Sugarland Express* (*A Louca Escapada*), ou recentemente apresentados, como *Electra Glide in Blue* (*Asfalto Violento*), ou a serem apresentados, como *The Conversation*, estão preocupados em vender uma determinada imagem da polícia. Como não se pode pedir a um espectador atual que simpatize com a polícia logo nas primeiras seqüências, aparentemente são todos filmes críticos contra a polícia; de fato, são todos filmes cuja conclusão leva o espectador a aceitar a polícia.

Sugarland Express (de Steven Spielberg, o mesmo de *Encurralado*) é menos primário que *Asfalto Violento* (1). Os personagens centrais não são policiais, mas um casal de marginais. A Justiça entregou seu filho a pais adotivos, e a mãe quer reavê-lo, após o que pretende levar uma vida tranquila. Esta mulher é medíocre, mas o público simpatiza com seu dinamismo pitoresco. Quer dizer que sim-

patizamos com marginais que agem contra instituições da sociedade. Para reaver o filho, o casal prende um policial como refém; uma ação da polícia contra eles colocaria em risco a vida do refém.

Mas o comandante da polícia age diferentemente: quer poupar não só o refém, mas também o casal, ele não quer sangue. Os policiais que obedecem. O comandante os manda prender. O comandante chega a fazer um pacto com os marginais e respeita o pacto. Pode ser que os policiais sejam pessoas que respeitam pouco a vida humana; mas como a chefia preza a vida humana e sabe controlar seus homens, e impor sua autoridade quando necessário, o comandante merece toda a nossa estima. E se o pai do garoto morre no final, é totalmente contra a vontade e os esforços do comandante, e ele lamenta sinceramente esta morte. *Sugarland Express* realiza a façanha de nos fazer aceitar ao mesmo tempo o sistema e o anti-sistema. Simpatizamos com o comandante da polícia e simpatizamos com os marginais. É verdade que o ideal dos marginais não é senão o que recomenda o sistema: uma tranquila vida de família.

The Conversation (de Francis Ford Coppola, o mesmo de *O Poderoso Chefão*) é um pouco mais sutil e irônico. Seu personagem principal não é um policial, mas um especialista em escuta secreta, cujos serviços são contratados por particulares. Ele sofre com dois problemas. Supõe que um serviço que acaba de fazer pode provocar a morte de alguém. Por outro lado, ele mesmo é objeto de escuta secreta. O filme não aborda a polícia propriamente dita, mas enquanto os problemas maiores dos especialistas em escuta secreta forem os seus casos de consciência está tudo bem. Acho suspeito um filme que se limita a apresentar os casos de consciência de um policial ou parapolicial. O tom ligeiramente kafkiano, as elegâncias de estilo do diretor e a interpretação de Gene Hackman não chegam a mascarar as limitações da concepção do filme. (Carlos Murao)

(1) Ver *Opinião* n.º 69: *A Ópera do Anão Motorizado*.

Ad extremos morbos, extrema roemedia?

Uma aula exemplar do dr. Miguel Couto sobre o abuso no uso de remédios... em 1916

Como tenho apreciado vossa campanha em torno dos remédios nocivos ou inúteis, rebusquei em meu arquivo algumas páginas dignas de serem desenterradas, pelo que representam de atual e oportuno.

Velhos mestres vão ficando esquecidos e no entanto, em sua época, bradaram contra erros e fizeram as mesmas campanhas que fazemos hoje a bem da saúde pública.

Miguel Couto, na pág. 289 de *Lições de Clínica Médica*, 1916, escreve este trecho:

"Aliás, ou porque não tenham confiança própria em nenhum medicamento, ou de leitura a tenham em todos, os médicos novos são muito medicadores: não só dão muitos remédios, como os dão em alta dose desnecessária. Muitos o fazem para ostentar superioridade e intrepidez, e não se contendo, levam a rir-se dos medrosos.

Para tais, o aforismo de Hipócrates

— *ad extremos morbos, extrema roemedia, exquiesite optima* (1) — passou para o trivial, sem a restrição do *exquiesite*. Ora, de um lado a natureza não responde ao mesmo tempo a muitas solicitações, tantas vezes antagônicas; cada estado tem a sua indicação, e menos ainda nos casos graves não é do atropelo que há de sair a cura; de outro lado, a dosagem dos medicamentos ativos não é arbitrária e sim contingente, e não se intensa a dose de um remédio senão quando as circunstâncias o exigem e as condições do doente o suportam".

Escreveu isto a propósito da 914, que matou tanta gente em nosso meio. E prosseguiu:

"Se os remédios clássicos e seculares, que conseguiram contrastar a ação do tempo e alcançaram os nossos dias, se oferecem assim à crítica, imaginei agora essa aluvião de substâncias novas, que chegam de toda parte aos países consumidores, como nuvens de gafanhotos, e obrigam as drogarias a se fazer de borracha para se conter. Naqueles há ainda a os amparar a tradição, que se compõe de meia-verdade e meia-mentira, e é a facilidade da noção em voga ou a imitação que os revigora; nestas, nem isso: nove décimos, que digol, noventa e nove centésimos não representam a menor utilidade e nenhum progresso, mas todos têm boa acolhida e se alastram, porque a humanidade *blasseé* precisa ser sacudida em tudo pela novidade, e assim como há

(1) "Para doenças extremas, remédios extremos, os melhores possíveis".

remédios que se empregam, porque se empregam, outros, há que precisamente são empregados, porque ainda não são empregados; de um lado o doente em quem não faz mais efeito o medicamento velho, do outro o médico que só crê no medicamento novo. Curioso é, entretanto, que nos países originários das drogas ninguém as conhece, ninguém as receita, ninguém as toma; as fábricas trabalham para o exterior".

F.B. Azzi
Porto Alegre, RS

Os "heróis" que vêm do norte

De algum tempo para cá tornou-se comum, mesmo corriqueiro, atribuir-se à Editora Abril o grave pecado de usar as suas publicações para infundir, no espírito de nosso povo, valores e ideais alienígenas, estranhos à realidade brasileira e que se apresentam sob a forma de uma filosofia de vida que, imposta, visa atender a escusos interesses internacionais.

Claro está que tais afirmações realmente correspondem à realidade e, acho até, têm um aspecto salutar e saneador. O que, porém, me deixa pasmado é a forma restrita da direção tomada pelas acusações, como se fosse aquela editora a única responsável por tal estado de coisas. Parece-me que acusar apenas a Editora Abril de tais propósitos é má fé, sicofantismo puro.

Para comprovarmos que a culpa não cabe apenas a ela (e sim a todo um Sistema) basta, apenas, que nos coloquemos em frente a um aparelho de TV durante algumas horas, à noite, e passemos a assistir aos intermináveis "enlatados" *made-for-TV*, onde desfilam dezenas de "heróis", "dignos" representantes da nossa civilização ocidental e cristã, incumbidos de nos mostrar, de forma eficiente, e, por que não dizer, didática, quem é bom ou mau, o que está certo ou errado, segundo um critério de valoração falso, que, sabemos, é "fabricado" ao norte do Rio Grande e subvencionado pelas Exxons da vida. Tudo isso, naturalmente, sob a chancela do "padrão Globo de qualidade".

Por outro lado, se observarmos mais atentamente o que é publicado em nosso país, constataremos, sem muitas dificuldades, que a grande maioria de nossas publicações (jornais, revistas, etc.) segue a mesma linha de conduta que tanto se condena na editora do sr. Civita, utilizando, inclusive, os mesmos métodos e técnicas empregados por ela, sem, contudo, obter o mesmo nível e eficiência profissional que, malgrado a discordância ideológica, temos que reconhecer nas publicações Abril.

Torna-se, conseqüentemente, injusto imputar a uma única empresa editorial (que, diga-se a bem da verdade, renovou, há algum tempo, o esclerosado mercado editorial nacional) a culpa dos males de que padece quase todo um sistema.

Aurélio Miranda
São Paulo, capital

"VIDA E OBRA"

José Alvaro Editor S/A
Rua Gago Coutinho, 61
Fone: 246-0106
Rio de Janeiro — GB



- | | |
|---------------------------------|------------|
| HENRY MILLER, VIDA E OBRA | Cr\$ 15,00 |
| FREUD, VIDA E OBRA | Cr\$ 12,00 |
| CAMUS, VIDA E OBRA | Cr\$ 15,00 |
| KAFKA, VIDA E OBRA | Cr\$ 15,00 |
| SARTRE, VIDA E OBRA | Cr\$ 15,00 |
| MAIAKOVSKI, VIDA E OBRA | Cr\$ 15,00 |
| JUNG, VIDA E OBRA | Cr\$ 15,00 |
| MARCUSE, VIDA E OBRA | Cr\$ 15,00 |

GRUPO ALDEIA apresenta

BIEDERMANN E OS INCENDIARIOS

de MAX FRISCH

TEATRO GIL VICENTE

Av. Chile, 330
Direção: Vilma Dulcetti
Cenários e figurinos: Colmar Diniz
5.ª e 6.ª: 21h — Sáb.: 20h e 22h30m — Dom.: 18h e 21h
PREÇO: Cr\$ 12,00

A CENA MUDA

Diariamente:
21:30 hs.

Domingo: 19:00 hs.

50% para estudantes

MARIA BETHÂNIA

Teatro
CASA GRANDE
Rua Afrânio de Melo
Franco, 300
Tel.: 227-6475.

XADREZ

O estilo de pique

Leonard Barden

Algumas das partidas mais divertidas, tanto para os espectadores como para os leitores de colunas de xadrez, ocorrem quando um dos jogadores, ou ambos, opta por uma abertura ou um meio-jogo em que os dois lados atacam em diferentes partes do tabuleiro. Frequentemente os jogadores nem sabem quem está ganhando: sabem apenas que é improvável chegar a um empate (a não ser por xeque perpétuo).

Essas partidas em estilo de pique desenvolvem-se usualmente a partir de aberturas táticas e agressivas, que são passíveis de análise concreta. Assim sendo, um segundo aspecto interessante deste tipo de jogo é que surgem com frequência notáveis contribuições teóricas, como por exemplo na Defesa Siciliana estilo pique, variante Najdorf, com BSCR.

No sistema clássico da Defesa Índia do Rei, as brancas desenvolvem o seu bispo em 2R, fazem o pequeno roque, e avançam os peões da ala da dama para abrir colunas, através das quais torres e cavalos invadirão a posição negra. Enquanto isso, as negras retucam com um rolo compressor de peões sobre o rei branco.

Quem deverá ganhar? A graça da situação é que ninguém sabe, a despeito de centenas de partidas entre mestres usando esta abertura. A última foi jogada no torneio de Bauang, patrocinado pelos cigarros Marlboro, nas Filipinas. Larsen experimenta nela um aperfeiçoamento de uma variante que se julgava refutada há 20 anos. Seu adversário, que depois tornou-se o primeiro grande mestre da Ásia, arrasa com ela no tabuleiro mas depois resolve ser sutil demais e perde. Comenta Larsen, escrevendo em *Chess Life and Review*: "Um tempo é da maior importância, na corrida entre dois ataques a flanco".

Bent Larsen (Dinamarca) —
Eugenio Torre (Filipinas)
Defesa Índia do Rei

1 P4BD P3CR 2 C3BD B2C 3 P4D C3BR 4 P4R P3D 5 B2R 0-0 6 C3B P4R 7 0-0 C3B 8 P5D C2R 9 C1R C2D 10 B3R. Larsen comenta que analisara isto por ocasião de Taimanov-Najdorf, Zurique, 1953. Na época foi julgada errônea mas "eu... discordava". Em

duas importantes partidas antes desta (contra Najdorf e Tal), em que Larsen poderia ter jogado 10 B3R, optou ao invés pela continuação ortodoxa 10 C3D P4BR 11 B2D.

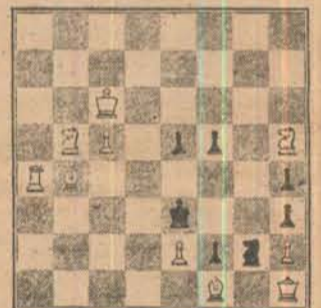
10... P4BR 11 P3B P5B 12 B2B P4CR 13 C3D C3BR 14 P5B C3C 15 P4TD. A tentativa de Larsen, no lugar de 15 T1B T2B! seguido de B1B e P5C-6C que ganhou rapidamente na Taimanov-Najdorf. A intenção agora é 15... T2B 16 P5T seguido de PBxPD e CSC, com as brancas em melhor posição; mas Torre encontra a melhor resposta.

15... P4TR 16 PxP PxP 17 P5T P5C 18 C5C P6C 19 BxPT C2T! Larsen ainda estava seguindo sua velha análise — mas não viu esta resposta óbvia. As negras estão ameaçando ao mesmo tempo D5T e B2D.

20 P3T D5T 21 B6C BxP 22 PxB DxB 23 T2B CST 24 D1BR PxT+ 25 CxP D6C+ 26 R1T T3B?? O lance natural 26... CxP ganha — mas depois deste lance de torre as negras perdem, a despeito de sua vantagem material, porque as peças brancas (os PTD e PCD) são mais ligeiras.

27 C3TR! C4C 28 CxC DxC 29 C7B C3C 30 D3T T1C 31 B7T T(1)1BR 32 B2B T(1)2B 33 C6R D3T 34 P4C C1B 35 P5C CxC 36 PxC T2B 37 P6T PxP 30 P6C T7B 39 P7R T3R 40 P7C T7C 41 B4B Abandonam.

Problema n.º 83



As brancas dão mate em dois lances, contra qualquer defesa (por 1. Kislis).

Solução do n.º 82

1 D2R (ameaça 2 Dxp). Se 1...P3D 2 C4D, ou se R4B 2 B4C, ou se P5R 2 Dxp. 1 D5C falha devido a 1...P4D.

ASSINE OPINIÃO

Envie junto com este cupom 190 cruzeiros no caso da assinatura anual e 95 cruzeiros no caso de ser semestral. Ou 40 dólares se a assinatura for anual para o exterior e 20 dólares se for semestral. O pagamento pode ser feito por cheque ou vale postal e deve ser enviado para Editora Inúbia Ltda. à Rua Abade Ramos, 78 Jardim Botânico — Rio de Janeiro — Guanabara — Brasil. Ou, no caso de assinaturas para a Europa, diretamente a Laymert Garcia dos Santos, BP. 05-07 — 75.327 Paris Cedex 07.

LIVROS
As origens do Integralismo
opinião



Nome _____
Rua _____ N.º _____
Cidade _____ Estado _____